

Reformulado
entregue 25/10/02

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

PIBIC-CNPq

RELATÓRIO FINAL

A TRAJETÓRIA DO LAZER NO BRASIL

ALUNA: CAMILA MUNARI MAGNUS

PROFESSORA ORIENTADORA: GISELA BLACK TASCHNER

SÃO PAULO, SETEMBRO DE 2002.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	2
O PROJETO INICIAL	3
TRAJETÓRIA DA PESQUISA E ATIVIDADES REALIZADAS.....	5
ESTILOS DE VIDA COMO PONTO DE PARTIDA.....	6
ESTRUTURA DOS FICHAMENTOS	7
LITERATURA ANALISADA.....	8
TEXTO ANALÍTICO SOBRE A	
BIBLIOGRAFIA JÁ ANALISADA	13
CONCLUSÃO	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	75
BIBLIOGRAFIA	80
ANEXO – AS FICHAS	88

INTRODUÇÃO

Este relatório é fruto do trabalho desenvolvido no período de agosto de 2001 a agosto de 2002. Temos como principal objetivo descrever as principais atividades realizadas no período em questão, contextualizando-as dentro do projeto inicial e ressaltando os resultados encontrados durante todo o processo.

Para isso, deve-se aqui reiterar que este projeto de iniciação científica é parte de uma pesquisa mais ampla sobre a história do consumo e a formação dos estilos de vida, sob um enquadramento em que se pensa o consumo a partir de suas conexões com a dimensão cultural da sociedade, pesquisa essa realizada pela Prof. Dr.a Gisela Black Taschner, com apoio do NPP- EAESP-FGV (A Revolução do consumidor) e, posteriormente, do CNPq. (*Sociedade de consumo, estilos de vida e cultura do consumidor*, em andamento).

O PROJETO INICIAL

O objetivo específico da investigação era recuperar a trajetória do consumo na história, desde o início do período moderno -- tomando-o (o consumo) como centro da análise e usando a sua relação com a cultura como enquadramento privilegiado -- de modo a definir momentos chaves de sua evolução até nossos dias.

Com uma compreensão real e de grande complexidade do surgimento da cultura do consumo no Brasil e no mundo torna-se possível um entendimento abrangente de sua estruturação até os tempos modernos, capacitando o administrador a uma melhor análise desse fenômeno, centro em estudos mercadológicos a nós designados e da cultura fundamentalmente capitalista por nós vivida atualmente, o que garante sua importância e relevância.

O recuo até o início da modernidade fazia-se necessário, uma vez que o berço da cultura do consumidor contemporâneo parecia estar no estilo de vida desenvolvido pelos nobres europeus, a partir do desenvolvimento das cortes reais.

Tratava-se de repensar o período de formação da sociedade capitalista contemporânea, da perspectiva de mudanças de padrões de consumo, entrelaçados com mudanças culturais e políticas e não como mera decorrência do aumento de capacidade produtiva.

O estudo seria feito por etapas, inicialmente privilegiando países de Primeiro Mundo (Inglaterra e França particularmente, dada a relevância de suas cortes e, em seguida, os

Estados Unidos, berço do Marketing). Em uma outra etapa ocorreria o estudo do consumo no Brasil, tendo-se o caso dos países de Primeiro Mundo como referência.

Os parâmetros temporais da pesquisa recuariam até o século XVII, época em que se consolidou um estilo de vida nas cortes reais européias que influenciou fortemente na configuração dos hábitos posteriores de consumo de todas as classes, tendo efeitos visíveis até o presente. No caso do Brasil, deveriam recuar apenas até o início do século XIX, uma vez que, como é amplamente sabido, a família real estabeleceu-se aqui apenas em 1808.

A pesquisa desenvolveu-se no período de 1999 a 2000, tendo como resultado diversos trabalhos publicados em *journals* e apresentados em encontros científicos nacionais e internacionais.

No andamento mais recente da pesquisa, descobriu-se um elo **crítico** para a compreensão da problemática acima especificada: a relação entre o consumo e o lazer. De fato, a cultura do consumo tomou grandes dimensões, merecedoras de atenção acadêmica e estudo, a partir do momento em que se imbricou com o lazer. A incorporação desta questão crucial referente às relações entre consumo e lazer tornou necessário ampliar o escopo da análise subsequente.

TRAJETÓRIA DA PESQUISA E ATIVIDADES REALIZADAS

Uma vez estabelecida essa importante relação, coube a mim, no plano de trabalho de Iniciação Científica desse projeto, participar de uma investigação da **trajetória do lazer no Brasil** e sua crescente ligação com a cultura do consumo.

Por falta de uma bibliografia voltada especificamente ao assunto, optamos por realizar uma investigação **através do estudo dos estilos de vida e cotidiano de diferentes classes ao longo dos anos**. Os parâmetros temporais foram recuados até a chegada dos portugueses em 1500, de modo a enriquecer e ampliar o estudo em si.

Os estilos de vida seriam estudados através de levantamento bibliográfico, complementado por material a ser obtido em outras fontes tais como relatórios de agências de pesquisa, e outras.

Este relatório centra-se no estudo bibliográfico.

ESTILOS DE VIDA COMO PONTO DE PARTIDA

A coleção organizada por Fernando A. Novais denominada “História da Vida Privada no Brasil” foi escolhida para a pesquisa como bibliografia inicial por possibilitar esta investigação do lazer na vida privada das pessoas que aqui vivem e viveram, de modo a produzir o conhecimento necessário para o desenvolvimento adequado do projeto.

A coleção tem quatro volumes, organizados de forma cronológica e constituídos por artigos de autores diferentes, o que enriquece ainda mais o estudo, por prover diferentes pontos de vista e trabalhar diferentes aspectos da vida privada através dos anos. Os textos são estruturados de forma heterogênea, já que cada um carrega características peculiares a seu autor.

ESTRUTURA DOS FICHAMENTOS

Após a leitura de cada artigo foi elaborada uma ficha com preenchimento em duas etapas, de modo a facilitar a organização e compreensão do material:

1. Visão geral do capítulo: essa etapa tem como principal objetivo a construção de um breve panorama do capítulo como um todo, delineando os objetivos do mesmo e facilitando a compreensão do cenário em que as anotações feitas na segunda etapa da ficha estão inseridas.
2. Aspectos mais relevantes do artigo: nessa etapa procurou-se anotar as principais informações encontradas, que trazem maior contribuição **para os objetivos da pesquisa**, transcrevendo trechos correspondentes. Deu-se ênfase a datas e classes sociais, já que o lazer acontece de maneira distinta no tempo e no espaço (físico e social) .

LITERATURA ANALISADA

I-História da Vida Privada no Brasil – Vol. 1:

- 1) Condições da Privacidade na Colônia – Fernando A. Novais

 - 2) Formas Provisórias de Existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações – Laura de Mello e Souza

 - 3) Famílias e Vida Doméstica – Leila Mezan Algranti

 - 4) Cotidiano e Vivência Religiosa: entre a capela e o calundu – Luiz Mott

 - 5) Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista – Ronaldo Vainfas

 - 6) Ritos da vida privada – Mary del Priore

 - 7) O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura – Luis Villalta

 - 8) A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII – István Jancsó
-

Conclusão – Laura de Mello e Souza

II - História da Vida Privada no Brasil – Vol. 2:

- 1) Vida privada e ordem privada no Império – Luiz Felipe de Alencastro
- 2) O cotidiano da morte no Brasil oitocentista – José João Reis
- 3) A opulência na província da Bahia – Kátia M. de Queirós Mattoso
- 4) Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado – Ana Maria Mauad
- 5) Senhores e subalternos no Oeste paulista – Robert W. Slenes
- 6) Caras e modos dos migrantes e imigrantes – Luiz Felipe de Alencastro e Maria Luiza Renaux
- 7) Laços de família e direitos no final da escravidão – Hebe M. Mattos de Castro
- 8) O fim das casas-grandes – Evaldo Cabral de Mello

Epílogo – Luiz Felipe de Alencastro

III - História da Vida Privada no Brasil – Vol. 3:

- 1) Da escravidão à Liberdade: dimensões de uma privacidade possível -
Maria Cristina Cortez Wissembach

- 2) Habitação e Vizinhaça: limites da privacidade no surgimento das
metrópoles brasileiras - Paulo César Garcez Marins

- 3) Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo - Zuleika Alvim

- 4) A dimensão cômica da vida privada na República - Elias Thomé
Saliba

- 5) Recônditos do mundo feminino - Marina Maluf e Maria Lúcia Mott

- 6) Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade - Nelson
Schapochnik

- 7) A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio - Nicolau Sevckenko

IV – História da Vida Privada no Brasil – Vol. 4:

- 1) Imigração: cortes e continuidades – Boris Fausto
- 2) As figuras do Sagrado: entre o público e o privado – Maria Lúcia Montes
- 3) Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade – Lilia Moritz Schwarcz
- 4) Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil – Alba Zaluar
- 5) Carro-zero e pau de arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar – Maria Hermínia Tavares de Almeida e Luiz Weis
- 6) Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica – Elza Berquó
- 7) Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano – Esther Hamburger
- 8) A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado – Ângela de Castro Gomes

9) **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna – João Manuel Cardoso de Mello e Fernando A. Novais**

10) **A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira – José de Souza Martins**

TEXTO ANALÍTICO SOBRE A BIBLIOGRAFIA ANALISADA

O lazer encontra-se dentro do âmbito privado da vida das pessoas. Dessa forma, uma análise do ambiente privado das mais diferentes camadas sociais desde o descobrimento do Brasil até os dias de hoje possibilita a investigação da trajetória do lazer em território nacional, tendo como objetivo secundário o descobrimento do estreitamento da relação entre o lazer e o consumo.

O Brasil quinhentista é caracterizado por uma baixa densidade populacional (a densidade aumentou com o passar do tempo e a chegada incessante de contingentes populacionais), intensa mobilidade da população local, grande mistura de diferentes raças e etnias, além de uma forte clivagem que dividiu a população entre dominantes e dominados.

Todas essas características apresentadas conferem grandes dificuldades de sedimentação de laços entre as pessoas e uma quase inexistência da vida privada como um todo, o que torna a investigação ainda mais difícil. Já a clivagem mencionada no parágrafo anterior faz com que as atividades que hoje reputamos como lazer estejam, a princípio, somente relacionadas à classe dominante e ociosa, da mesma maneira que ocorria nas cortes européias, mencionadas no texto inicial deste relatório.

“A atitude em face do trabalho, decisiva em qualquer formação social, fica marcada pelo estigma insuperável que identifica trabalho com servidão, lazer com dominação”. (NOVAIS, 1997, vol.1, pág. 31).

A construção da vida privada deu-se simultaneamente ao processo de colonização do país. Em condições de pouca ou nenhuma privacidade, esta tentava ser constituída nas possíveis maneiras existentes. Os sertanistas encarregados de desbravar o sertão do país que encontrava-se cerrado e ocupado esparsamente por nativos após a chegada dos portugueses a partir do séc. XVI, são um claro exemplo desta tentativa, como explicita a citação abaixo:

“Quase toda a roupa que tinham ia no corpo. O resto do enxoval era constituído pela rede de dormir, o cobertor, “a almofadinha com sua fronha”. Um ou outro sertanista mais cioso do bem-estar levava pentes, toalhas de rosto e de mão, vários guardanapos, lençóis, tinteiros, uma faca de mesa, “seis ou sete carreiras de alfinete”, tesouras, algumas colheres de prata. Manoel Preto [*um dos sertanistas que aqui viveram*] foi o único a levar um baralho e dois livros velhos – objetos, todos eles, que indicam preocupações de conforto, mesmo se rudimentar, e o intuito de construir, como possível fosse, uma certa bolha de privacidade no meio das andanças pelo sertão.” (MACHADO, pág. 254-256 apud SOUZA, 1997, pág. 55).

A grande mobilidade da população fez criar-se a necessidade de existência de fazendas especializadas em hospedar e reabastecer os transeuntes, fazendo com que colonos passassem a pedir sesmarias com este único objetivo. Surgem também, nestes estabelecimentos, serviços especializados como o de ferreiro, já que intensificou-se o movimento de tropas de mulas pelo território nacional por volta de 1730. Com o passar do tempo, tais estalagens evoluíram, tornando-se fazendas de pouso capazes de articular elementos de uma vida privada.

Existem relatos de expedições mais “requintadas”, envolvendo figurões da administração e das armas luso-brasileiras, de cunho essencialmente militar. Em tais relatos, há presença de traços de sociabilidade própria às elites européias em manifestações como visitas nas quais era de praxe a oferta de presentes de utilidade mais íntima, banquetes

oferecidos a pessoas ilustres e, finalmente, as festas. Estas, nas quais todos os convidados encontravam-se muito bem vestidos, tinham como entretenimento apresentações de dança (encenadas por oficiais e subalternos), belas mulheres devidamente adereçadas e missas cantadas por índios (em festividades de caráter mais acentuadamente público).

“Nas fronteiras, nas lonjuras e nos sertões luso-brasileiros dos tempos coloniais, portanto, homens que circulavam anos a fio longe de sua família e de sua morada procuravam, sempre que possível, recriar a domesticidade e organizar, mesmo que de forma provisória, os hábitos reguladores do cotidiano. (...) Nada, contudo, substituíam a alegria de voltar ao lar, reduto verdadeiro da intimidade.”(SOUZA, vol. 1, 1997, pág. 81).

Esta tentativa de recriar o privado e o conforto torna-se clara ao constatar-se elementos que buscam o conforto e o entretenimento em pleno sertão, como talheres, toalhas, baralhos e livros.

No que diz respeito a literatura, a grande maioria dos livros que circularam na América portuguesa nos séc. XVI e XVII eram de origem religiosa havendo, entretanto, a presença de obras proibidas (como livros de sorte) e outras raridades. “ A partir do séc XVIII, assistiu-se a uma mudança na composição das bibliotecas. Se, no modo geral, a tendência foi a continuidade do predomínio de obras devocionais e, de resto, religiosas, em algumas livrarias, em particular nas pertencentes a pessoas que tiveram acesso a uma educação mais esmerada, abriu-se espaço para as ciências e os saberes profanos, deixando-se contaminar pela ilustração.” (VILLALTA, 1997, vol. 1, pág.361).

Na Colônia, com efeito, jornais e livros proibidos eram facilmente contrabandeados. E, com eles, vinham idéias que questionavam a Fé, a Lei e o Rei (GANDAVO, pág. 124 apud, VILLALTA, 1997, pág. 332), "estimulando, se não sedições, ao menos tertúlias literário-políticas que tinham por alvo a ordem colonial.” (VILLALTA, 1997, vol.1, pág. 368). Por outro lado, temos a utilização dos livros como forma de decoração das casas da elite.

“A relação estabelecida com os livros esteve perpassada pela oralidade e pela indistinção entre o público e o privado: a leitura privada e silenciosa, feita em bibliotecas de escolas, conventos ou residências, convivia com a leitura oral, desenvolvida no recôndito dos lares; e, ainda, com a leitura oral pública, realizada principalmente nas igrejas, sociedades literárias e salas de aula. A leitura oral, pública e privada, proliferou na medida em que reinava o analfabetismo.” (VILLALTA, 1997, Vol.1, págs. 373 e 374). Assim, entre os séc. XVIII e XIX, a leitura e posse de livros pelo setor privado predominou, principalmente entre a elite intelectual da América portuguesa.

“Lidos de diferentes modos – intensiva ou extensivamente, oral e silenciosamente, privada e publicamente -, os livros foram motivo de inventividade para alguns leitores. Presente desde o século XVI, esta percorreu um longo caminho, do qual restauram poucos vestígios, sendo patente, no entanto, um acirramento dos ânimos entre F, L e R na passagem do Setecentos para o Oitocentos. Monarquia, sistema colonial, Igreja, fidalguia,... Nada parecia ser poupado, evidenciando que a ordem F, L e R estava em seus estertores. Um império colonial estava prestes a ruir; e outro, numa transação conservadora, prestes a nascer.” (VILLALTA, 1997, Vol. 1, Cap. 7, pág. 385).

Ao se analisar o ambiente interno das casas da população como um todo, encontramos grandes discrepâncias ao comparar-se diferentes classes sociais. As casas dos colonos pobres, por exemplo, possuíam, em geral, apenas um ou dois cômodos que buscavam satisfazer todas as necessidades dos moradores. Pessoas de maiores recursos, por sua vez, possuíam habitações mais diferenciadas, com diversos cômodos. No entanto, em ambos os casos, procurava-se proteger a privacidade da família contra estranhos, já que viajantes eram regularmente hospedados devido à falta de lugares de pouso: alpendre e varandas eram freqüentemente utilizados por eles, além de áreas em anexo e cômodos com tal finalidade.

É possível, entretanto, estabelecer uma regra geral de que quanto mais humilde seja o ambiente familiar, menor a possibilidade de existência de uma vida privada para os moradores, já que poucos cômodos desempenham muitas funções, impossibilitando uma vivência que não seja grupal. Em se tratando de escravos, essa possibilidade é reduzida a inexistente, ou muito próxima disso.

“A visibilidade da vida íntima das camadas mais pobres é sempre mais intensa que a das classes altas da sociedade, as quais podem dissimulá-la melhor. (...) Somente quando novas regras de conduta, de intimidades familiares e de pudor se impuserem definitivamente aos corpos e sentimentos, é que se ordenarão os dispositivos espaciais das intimidades, seja nos lares das famílias abastadas, seja nos dos mais pobres.” (ALGRANTI, 1997, Vol. 1, pág. 110).

Em um ambiente caracterizado por essa bipolarização entre senhores e escravos, não pode-se deixar de analisar as relações sexuais ocorridas entre os dois segmentos, caracterizadas por uma hierarquia opressora e “pela violência física, combinada com a exploração da miséria, traços essenciais do colonialismo escravocrata e das práticas do poder do Antigo Regime.” (VAINFAS, 1997, Vol.1, pág.242).

Tais relações, inter ou intra-raciais, eram condenadas aos olhos da Igreja caso não estivessem sacramentadas devidamente. O concubinato, prática muito comum principalmente entre os séculos XVI e XVIII, era basicamente constituído por relações intra-raciais (geralmente com um homem branco e uma mulher de outra raça).

“Era, pois, em meio às deleitações de portugueses e índias, senhores e escravas, padres e suas mucamas que se ia processando a miscigenação e o povoamento da Colônia. Mas nem de longe as deleitações interétnicas e a miscigenação que delas resulta poderiam comprovar ausência de preconceito racial nos tempos da Colônia.” (VAINFAS, 1997, Vol. 1, pág. 238). Muito pelo contrário: o preconceito racial girava em torno da

escravidão negra e indígena, além de mouros e judeus, documentado através de expressões como “raças infectas”.

“No Brasil colonial, terra rústica de poucas cidades, não pôde haver nem *civilità puttanescas*, (OLIVIERI, in: ARIÈS e BEJÍN, pág. 93 apud VAINFAS, 1997, pág. 254) nem sequer bordéis. Sociedade em que a prostituição funcionava sem o tradicional *prostibulum*, assim era a América portuguesa, o que bem mostrava a vulnerabilidade das mulheres pobres, forras ou escravas daquele tempo.” (VAINFAS, 1997, Vol. 1, pág.254), o que caracteriza melhor a hierarquização das relações entre as pessoas (principalmente entre raças diferentes). À América portuguesa faltavam bordéis, é verdade, mas a Colônia toda era ou podia ser um grande *prostibulum*, em especial as cafuas dos pobres, que não raro alcovitavam as próprias mulheres e filhas. Com razão Gilberto Freyre afirmou, num de seus rompantes, que o Brasil “parece ter-se sifilizado antes de se haver civilizado”. (FREYRE, pág. 47 apud VAINFAS, 1997, pág. 255). E tudo isso sem os bordéis que tanto afamavam a Europa.” (VAINFAS, 1997, Vol. 1, pág.255).

A falta de privacidade das pessoas em suas próprias casas faziam com que lugares públicos (como beira de rios e matagais) fossem muito mais procurados para o ato sexual (principalmente sendo esse ilícito aos olhos da Igreja), havendo uma inversão entre o público e o privado. Um outro paradoxo é encontrado na própria Igreja, visto que paróquias, conventos e mosteiros eram palcos de encontros sexuais ilícitos em sua maioria, evidenciando uma confusão entre profano e o sagrado na América portuguesa.

Falaremos agora um pouco a respeito da sociabilidade dos colonos. A cidade e suas dependências tornavam-se o palco para tais manifestações (festas públicas), já que a convivência entre os colonos era dificultada por fatores já mencionados. Esta era, possivelmente, a principal forma de confraternização e divertimento de habitantes mais pobres.

“Sabemos, contudo, que, tanto para ricos como para pobres as atividades cotidianas eram marcadas pela luz solar. Levantava-se com o nascer do sol, descansava-se quando ele estava a pino e dormia-se quando ele se punha. As velas de sebo, por economia, apagavam-se cedo e impediam uma convivência maior entre os membros da família.

As transformações no sistema de iluminação foram responsáveis por mudanças nas práticas sociais, permitindo os serões noturnos e demais reuniões sociais” (ALGRANTI, 1997, Vol. 1, pág.115). A presença de baralhos e tabuleiros de xadrez e gamão nos inventários dos séc. XVI e XVIII evidenciam uma outra forma de sociabilidade entre as famílias e amigos. Outra forma, esta bem mais elitizada, seria a leitura, visto que grande parte da população era iletrada até o início do séc. XIX.

O principal modo de sociabilidade encontrado foi, tanto no campo quanto na cidade, as visitas sem cerimônia (não havia um convite prévio por parte do dono da casa), principalmente nas classes mais diferenciadas economicamente. “Ocasionalmente, essas visitas tornavam-se, entre os membros das camadas mais altas da sociedade, alegres reuniões, nas quais se dançava, jogava cartas, e se conversava com animação entre comes e bebes” (ALGRANTI, 1997, Vol.1, pág.117). O ambiente doméstico ganhava maior dinamismo em ocasiões especiais como Natal, Páscoa e batizados, tornando-se um local de confraternização.

Temos como uma outra forma de interação social as obrigatórias missas aos domingos e feriados católicos, em uma forma muito particular de reunir a população tão dispersa devido a imensidão territorial da América Portuguesa. Por outro lado, tais cerimônias funcionavam como uma espécie de controle da população por parte do clero, uma manutenção da hierarquia eclesiástica, já que eram arrecadadas as indulgências em tais ocasiões.

A elite, entretanto, buscava isolar-se do resto da população em tais circunstâncias através de “balaustradas e colunatas próximas do altar-mor” (MOTT, 1997, Vol. 1, pág. 161). Uma outra forma muito utilizada era a construção, por parte dos mais abastados, de

templos particulares. Tais atitudes são reforçadas pela frequente falta de compostura tanto dos celebrantes (muitas vezes chegando ao assédio de donzelas durante a confissão) quanto da população durante as cerimônias, ocasiões raras de convívio em sociedade. Tal situação incentivou o exercício de uma vida religiosa privada em detrimento de práticas religiosas comunitárias, longe de um maior controle dos párocos.

Temos também as manifestações de religiosidade por grande parte dos colonos em âmbito privado devido a inexistência de uma paróquia à uma distância cabível do ambiente familiar, visto a amplitude territorial aqui presente, não existência de uma vida urbana significativa, perigos do transporte interno, pouca quantidade de ministros e templos.

“Era a sociabilidade externa que se impunha na vida dos colonos e imperava na maior parte da colônia, quando até mesmo os atos de fé e de devoção dos penitentes viam-se testemunhados pelos demais crentes nas igrejas e nas ruas. Essa sociabilidade externa ao domicílio era intercalada por pequenas brechas de vida social doméstica” (ALGRANTI, 1997, Vol. 1, pág.118).

Essa convivência familiar ocorria, no cotidiano dos colonos, durante o almoço, parte do dia em que se tinha o hábito de reunir a família. Tal fato é comprovado pelo hábito de não se fazer visitas, de modo a garantir certa privacidade nesse período.

Durante os séculos XVI a XVIII, não há uma preocupação efetiva com a vida em família e com a intimidade das pessoas. Tanto na vida urbana quanto no campo, há uma vivência quase que completamente pública entre a comunidade, mesmo que esta seja composta apenas pelos membros da família, seus empregados e escravos. “Assim, é possível afirmar que a vida privada se constrói conforme ocorre a colonização, o que reflete, muito provavelmente, mudanças nas formações familiares dos colonos.” (ALGRNTI, 1997, Vol. 1, pág. 154).

“Trabalho e lazer confundiam-se no dia-a-dia dos colonos, sobretudo dos senhores, que, enquanto administravam seus negócios e cuidavam do funcionamento da casa, dedicavam-se a outras atividades, algumas delas manuais. Esse não-trabalho, como eram vistas as ocupações domésticas, em especial a das mulheres mas também a dos homens, que poderia ser feito a qualquer hora, leva à questão do ócio dos senhores, tantas vezes enfatizada pelos representantes do governo metropolitano, pelos demais estrangeiros e até pela historiografia. A imagem da preguiça generalizada do brasileiro é bastante forte em nosso imaginário e na iconografia do período colonial, que aponta para escravos e mucamas abanando seus senhores, os quais são vistos esticados em suas redes ou confortavelmente instalados em suas cadeirinhas e seges de passeio. Deve-se lembrar, no entanto, que esses grandes proprietários foram minoria, vivendo a maior parte da população envolvida nas várias atividades domésticas que acabamos de mencionar.” (ALGRANTI, 1997, Vol. 1, pág.150).

O escravismo, assim como o antigo sistema colonial como um todo, tornam-se elementos não mais bem estruturados e solidificados na sociedade. Ao fim de séc. XVIII, tornam-se freqüentes as manifestações de descontentamento geral.

“Ao contrário da cultura política do absolutismo, circunscrita às elites e rigorosamente excludente, a nova que emerge tem por portadores os letrados, mas, ao lado destes, estão agora, também, homens de ínfima condição no dizer da época, dotados, contudo, de visão política, qualquer que seja seu nível cultural.”(JANCSÓ, 1997, Vol. 1, pág. 398).

“Em 1808, quando d. Maria I, seu filho, o príncipe regente, e boa parte da corte portuguesa se fixaram no Rio de Janeiro, a América portuguesa viu-se pela primeira vez dotada da máquina estatal em toda a sua complexidade, e pela primeira vez instituições públicas de monta aí começaram a funcionar. Foi só então que o universo público se delineou com mais clareza; que os jornais, antes inexistentes, passaram a conformar e a expressar a opinião pública; que, aos poucos, as elites deixaram de mandar os filhos

estudarem do outro lado do Atlântico, num atraso de dois ou três séculos em relação aos colonos da Nova Inglaterra, Virgínia, México, Peru.

Com a corte, por mais provinciana que se mostrasse quando comparada às demais da Europa, vieram hábitos e costumes civilizatórios.”(SOUZA, 1997, Vol. 1, Conclusão, pág.440). Essa mudança ocorre ainda com o auxílio da abertura dos portos , já que a colônia passa a importar as modas e usos da Europa com maior facilidade.

Até então, nestes três séculos analisados por esta obra (séc. XVI a XVIII) temos uma América portuguesa onde as distâncias impedem a comunicação entre as pessoas e a vida em sociedade mas, simultaneamente, impele as pessoas a viverem muito próximas uma das outras em pequenos grupos para possibilitar a sua sobrevivência. Temos uma linha não bem determinada entre o público e o privado, o espaço de um e de outro tornam-se interdependentes e indiferenciados.

Como fatores de restrição da intimidade temos a própria arquitetura das casas (paredes finas e cômodos polivalentes), a escravidão (convívio estreito e imposto entre raças de culturas muito diferentes, gerando um ambiente, em seu limite, potencialmente fatal) e o Santo Ofício, que incentivava delatores. Dessa forma, ações de natureza essencialmente privada eram realizadas em locais públicos afastados, longe da vista de todos. Como exemplo temos elementos antagônicos: a religiosidade e a sexualidade dos habitantes da América portuguesa, já que relações extraconjugais e homossexuais ocorriam em tais espaços, sendo que cultos condenáveis pelo Santo Ofício seguiam este mesmo padrão.

Essa falta de delimitação exata entre o sagrado e o profano é outra forte característica da sociedade em questão: padres assediavam donzelas em confessionários, encontros “pecaminosos” eram feitos dentro das Igrejas. As missas eram uma das poucas atividades que reuniam a sociedade em um mesmo ambiente e, por isso, tornaram-se um evento social acima de qualquer outra coisa.

O impedimento, por parte da Metrópole, da circulação de gazetas e da fundação de universidades na América portuguesa levou “para o âmbito doméstico o ensino das primeiras letras, as discussões políticas e intelectuais, o empréstimo de livros, a organização de bibliotecas e, até, uma relação peculiar com a própria língua.”(SOUZA, 1997, Vol. 1, Conclusão, pág.443).

“Os três séculos que antecederam a “interiorização da Metrópole” conheceram, portanto, formas descontínuas e intermitentes de intimidade (DIAS, in: MOTTA, pág. 160-184 apud SOUZA, 1997, pág. 444). Cotidiano e vida privada se entrecruzam durante todo este volume, e às vezes é difícil separá-los justamente por ser rarefeito o espaço específico da privacidade. (...) Cotidiano e privacidade, por fim, misturavam-se mais uma vez na vivência de certos rituais: o nascimento, o casamento, a morte, quando parentes e vizinhos se juntavam para partilhar dores e alegrias.

No decorrer do séc. XIX, muita coisa mudaria, e certamente o espaço da privacidade iria se ampliar, melhor definindo, contudo, os seus contornos. A vinda da família real, seria, sem dúvida, um ponto de inflexão. Mas nunca uma ruptura, como, aliás, também não o seria a independência de 1822.”(SOUZA, 1997, Vol. 1, Conclusão, pág. 444).

“A transferência da corte trouxe para a América portuguesa a família real e o governo da Metrópole. Trouxe também e, sobretudo, boa parte do aparato administrativo português. Personalidades diversas, funcionários régios continuaram embarcando para o Brasil atrás da corte, dos seus empregos e dos seus parentes, após o ano de 1808.”(ALENCASTRO, 1997, Vol. 2, Cap.1,pág.12).

O fim do tráfico internacional em 1850 marca um início do tráfico interno no Brasil: temos uma maior concentração escravista nas zonas rurais do Centro-Sul, principalmente São Paulo. Tais escravos, nascidos aqui em sua grande maioria, passam a revoltar-se e a ameaçar seus senhores (muitas vezes o assassinato é consumado). Tal revolta expressa o fim do escravismo no Brasil. No entanto, “as relações entre proprietários e empregados,

as novas formas de vida privada, ficariam, por muito tempo ainda, tributárias da ordem privada escravista que tinha vigorado por três séculos e meio em nosso território.” (ALENCASTRO, 1997, Vol. 2, Cap. 1, pág.92).

Neste período, houve uma crescente e profunda modificação étnica e social na população, principalmente no município fluminense. Temos uma imigração lusitana forte, paralela a uma diminuição da porcentagem de habitantes africanos (o Rio de Janeiro possui, nesta época, a maior concentração de escravos africanos do Império, fonte de grande tensão social). Nesta altura (por volta de 1872) não há uma efetiva estabilização do sotaque da corte, fazendo do Império uma "sucessão de falares distintos" (ALENCASTRO, 1997, Vol. 2, pág.32).

"Cessado o tráfico, ocorre um retorno das divisas obtidas nas vendas de produtos de exportação e até então reservadas para financiar a compra de africanos. O efeito na balança comercial e na balança de pagamentos do Império é imediato.(...) Vários fatores demonstram que houve um forte acréscimo na entrada de importados - bens de consumo duráveis, semiduráveis, supérfluos, jóias etc. - destinados aos consumidores endinheirados da corte e das zonas rurais vizinhas.” (ALENCASTRO, 1997, Vol. 2, pág.37).

"Entretanto, o estabelecimento do Segundo Império na França (1852 - 1870) dá ao Segundo Reinado um novo tom de modernidade e confirma o francesismo das elites brasileiras. Francesismo que ia além da cópia das modas parisienses expostas nas lojas da Rua do Ouvidor e referia-se, também, à vida rural francesa. (...) Folhetins, operetas e romances vindos da França difundiam no Império a imagem de um modo de vida rural, conservador e equilibrado, entrelaçado de aldeias e pequenas cidades nas quais o padre e o militar, quando havia casernas, apareciam como personagem de prestígio.”(ALENCASTRO, 1997, Vol. 2, pág. 43).

Nesse período, temos a entrada de instrumentos tradicionalmente europeus em poucas regiões brasileiras (algumas casas do Rio, Recife e Bahia) como a harpa, a cítara, o cravo e o piano. Estes juntam-se com os mais comuns aqui presentes até meados do séc. XIX : a flauta, a rabeca e o violão. Fortes influências da música e dança africanas aqui já estavam estabelecidas, refletindo a onipresença da escravidão afro-brasileira. O aumento da importação de pianos (mercadoria fetiche dessa fase econômica e cultural), por volta de 1850, transforma radicalmente este quadro.

"De alto valor agregado e de imediato efeito ostentatório - as duas características que fazem desde então a felicidade respectiva dos importadores e dos consumidores brasileiros de renda concentrada - , o piano apresentava-se como o objeto de desejo dos lares patriarcais. Comprado um piano, as famílias introduziam um móvel aristocrático no meio de um mobiliário doméstico incharacterístico e inauguravam - no sobrado urbano ou na sede das fazendas - o salão: um espaço privado de sociabilidade que tornará visível, para observadores selecionados, a representação da vida familiar. Saraus, bailes e serões musicais tomavam um novo ritmo." (ALENCASTRO, 1997, Vol. 2, pág.47).

Assim, com a ajuda dos pianos, temos uma maior diversidade de dança, ritmos e apresentações. A ópera chega ao Brasil em 1843, atraindo cantores italianos para território nacional (eram pagos altos salários pelo teatro imperial São Pedro de Alcântara).

“Entretanto, nos bailes maiores, mais públicos, ocorreu uma ruptura fundamental. Separou-se a festa da rua, popular e negra, embora de origem portuguesa – o entrudo -, da festa do salão branco e segregado, o Carnaval.” (ALENCASTRO, 1997, Vol. 2, pág. 52).

A iluminação a gás chega ao Império por volta de 1860 e, com ela, desenvolve-se um novo costume: “O início da iluminação a gás na parte central da cidade atrai para fora das casa – para os cafés, as confeitarias e os restaurantes – as famílias que antes só se expunham ao olhar público nas missas dominicais e, às vezes, nos teatros. (...) No

ambiente iluminado das casas, dos salões e dos cafés, a aparência individual devia revestir-se de novos atributos estéticos. Chapéus, luvas e vestidos, muitas vezes provenientes de estoques que as crises econômicas ou as viradas da moda haviam tornado invendáveis na Europa e nos Estados Unidos, são importados no Rio de Janeiro. Alguns desses adereços deixam entrever os hábitos e as expectativas íntimas das camadas ascendentes na sociedade imperial.” (MELLO e SOUZA, pág. 89-141 apud ALENCASTRO, 1997, pág. 85).

As perucas foram amplamente aceitas pela elite imperial de forma a esconder os cabelos pixaim, loções eram vendidas com a promessa de clarear a pele do usuário e fotógrafos se especializavam em clarear a pele de seus clientes: “a escravidão era um estatuto exclusivamente reservado aos negros, aos pretos e pardos”. (ALENCASTRO, 1997, Vol. 2, Cap. 1, pág.87).

A música encontrava-se também relacionada a um outro lado da vida dos brasileiros: a morte. A morte era algo que realmente importava e preocupava as pessoas no Brasil oitocentista, sendo que seus ritos, símbolos e tudo o mais que a ela era relacionado sofreram mudanças nessa época.

Era algo que merecia preparação através de rezas, confissão (morrer “em pecado” era algo temido pela maioria), testamento e missas diárias durante a velhice. Neste aspecto, a doença era vista como uma mensagem divina da hora da partida, possibilitando ao doente as devidas providências. A morte repentina era atemorizante justamente por privar o falecido de tais preparações, merecendo, portanto, atenção especial dos vivos.

A morte tornava-se uma ocasião social, já que um grande número de pessoas reuniam-se ao redor do leito de um moribundo, dentre eles o padre. Este assistia com certa regularidade a morte de seus fiéis no Brasil urbano de séc. XIX, o que não acontecia com

tanta frequência na zona rural, devido a distâncias e escassez dos mesmos. Tal costume é uma herança portuguesa, evidenciando a especificidade de nossa cultura funerária.

O cortejo fúnebre deveria se acompanhado por muitos, reforçando o prestígio do morto e de sua família. Era comum contratar pessoas pobres para tal função em troca de esmolas. Além disso, as velas de cortejos de certo requinte, eram distribuídas individualmente e eram bens escassos e de grande valor.

"Naquele tempo os funerais eram organizados com os detalhes das festas de hoje, objetivando impressionar os mortais, mas também pressionar os dignitários celestiais a receber bem o morto." (REIS, 1997, Vol. 2, pág. 120).

Outro fator de requinte comumente utilizado era a presença de grande quantidade de sacerdotes, figura não tão comum no interior profundo do país e mediadores da salvação. O número de sacerdotes presentes chegou a mais de cem ao final do séc. XVII e diminuindo com o passar do tempo. Orquestras também eram contratadas, já que era de bom tom morrer ao som de boa música.

O local da sepultura também era alvo de planejamento e preocupação, devendo ser próximo de casa (e dos amigos e parentes). As igrejas eram, durante o início do séc. XIX, o local mais procurado por todos, sendo a frequentada em vida a que deveria abrigar o corpo do falecido. “Vida e morte convergiam ao mesmo lugar, marcando o fechamento do círculo do tempo terreno do indivíduo. O que sugere uma concepção não linear de vida, mas de retorno a um novo começo.” (REIS, 1997, Vol. 2, Cap. 2, pág. 126).

No entanto, movidos pelas idéias higienistas européias, os médicos brasileiros passaram a exigir reformas funerárias já que acreditavam que os mortos emitiam gases maléficos a saúde dos vivos durante o processo de putrefação. Tal movimento regulamentou-se em 1835, através de leis produzidas pelas assembléias provinciais que proibiam a prática de enterrar mortos em igrejas. No entanto, tal reforma causou muito protesto e foi sendo

feita vagarosamente durante o desenrolar do mesmo século, apressada pelas epidemias de cólera.

Como consequência deste processo tem-se uma separação maior do mundo dos vivos e dos mortos e um distanciamento das relações entre as pessoas e o sagrado. “As mudanças no estilo de morrer refletiram e influenciaram mudanças no modo de pensar e sentir.” (REIS, 1997, Vol. 2, pág. 141).

Além de um funeral requintado, ao som de boa música e a presença de muitas pessoas e sacerdotes, outros ritos existentes na sociedade brasileira a partir de 1808 eram símbolos de riqueza e opulência, a maioria deles importados de uma Europa invejada.

Em uma Bahia de grandes contrastes econômicos, tem-se uma alta sociedade cujas mulheres esbanjam luxos e opulências, até mesmo para suas escravas, notando-se a valorização do cerimonial, o luxo necessário para honrar a Deus e aos santos e o ciúme de uma Europa invejada e imitada.

“A riqueza da Bahia se baseia, levando-se em conta certa flexibilidade das hierarquias sociais, na convicção de que cada um dos níveis dessas hierarquias engendra suas próprias elites, isto é, seus homens e suas mulheres capazes de dar proteção e apoio. As redes de solidariedade, o desenvolvimento das instituições de crédito, das associações religiosas ou sociais, das sociedades de comerciantes ou de negociantes são sinais de riqueza, de opulência.” (MATTOSO, Vol. 2, págs. 178 e 179).

Um outro simbolismo de riqueza e opulência, primeiramente disseminado no Rio de Janeiro do séc XIX, eram as fotografias, retratos, desenhos e pinturas. O interessante neste caso é que esse fenômeno não restringiu-se somente à elite, documentando diversas camadas sociais, como veremos a seguir.

“Imperador e Império tiveram a sua imagem desenhada pela pena aguçada e perspicaz dos viajantes e de seus “riscadores” (desenhistas), pelos pintores e retratistas e fotógrafos que por aqui transitaram. Independentemente da modalidade do registro, foi o olhar do estrangeiro que nos enquadrou, ao mesmo tempo que educava o nosso olhar, para que nós mesmos pudéssemos nos mirar nos espelhos da cultura importada de seus países de origem.” (MAUAD, 1997, Vol. 2, pág. 184).

A vinda da fotografia para o Império proporciona uma disseminação da imagem por toda a sociedade, já que a pintura de retratos, única forma de representação da imagem de uma família anteriormente, era exclusividade da elite. A fotografia de paisagens também torna-se muito comum durante o séc. XIX, em uma tentativa de representação do Império em suas mais diferentes formas.

“Ao escolher temas variados e isolados entre si para compor as vistas, tais imagens eliminam as relações sociais, justapondo-se numa colagem do real em que o progresso se equivale pelo que aparenta e não por sua realidade (FERRAZ DE LIMA, in: FABRIS, pág. 79 apud MAUAD, 1997, pág. 191). Guardando tal perspectiva, a fotografia brasileira no séc. XIX teve as exposições universais como espaço de excelência para a sua divulgação.”(MAUAD, 1997, Vol. 2, Cap. 4, pág. 191).

“Frequentar o ateliê fotográfico faz parte de um conjunto de códigos de comportamento que pretendem igualar o habitante do Rio ao morador de Paris, e a rua do Ouvidor ao Boulevard des Italiens, integrando a cidade na civilização ocidental. (MAUAD, 1997, Vol. 2, pág. 199).

“A destacada presença da publicidade na corte aponta para um mercado consumidor bastante movimentado já na década de 1850. Trinta anos depois os anúncios, que já ultrapassavam as folhas dos jornais diários, invadiam os muros e espaços vazios da cidade.

A cultura visual dos jornais, revistas e das ruas abre uma janela para o cotidiano oitocentista do Rio de Janeiro, permitindo avaliar os significados atribuídos às noções de conforto e bem viver.” (MAUAD, 1997, Vol. 2, pág. 202).

Os escravos tinham suas atividades cotidianas recriadas em estúdio e exportadas para a Europa, onde tinha-se uma espécie de curiosidade sórdida pelo escravismo. Após a abolição, torna-se comum o aparecimento das “negras da casa” nas extremidades do retrato. Mais para frente, no séc XX, tem-se negros e imigrantes brancos trabalhando juntos nas lavouras de café.

"A capital imperial, que nada tinha de metrópole européia, aparece em imagens ambíguas de cidade colonial. (...) As classes populares só figuravam nas fotografias na condição de “tipos humanos”, objetos de atenção das casas fotográficas para produzir o lado pitoresco da sociedade imperial.” (MAUAD, 1997, Vol. 2, pág. 208).

“Cidades do Vale do Paraíba no auge da produção cafeeira, concorriam com a própria corte como mercado consumidor de produtos importados, contratador de serviços fotográficos e de eventos culturais. Além dos fotógrafos itinerantes, companhias de espetáculos frequentaram a região, indicando que também na província o cotidiano se movimentava com base no consumo de bens simbólicos, ligados a um *habitus* de classe que se formulava.”(MAUAD, 1997, Vol. 2, pág. 211).

A corte era, assim, uma espécie de modelo a ser seguido. Os barões de café imitavam os costumes lá desenvolvidos, suas festas, bailes, saraus. Além dos bailes e saraus, outros entretenimentos eram comuns às famílias abastadas do Vale do Paraíba: jogos de cartas, dados, bilhar, entre outros. Na corte eram adquiridos utensílios como roupas, jóias, tecidos, prataria, móveis e tudo o mais que lá existisse ou que pudesse importar de Paris, evidenciando um consumo ostentatório

Retomando a questão sexual, agora em tempos de Império, as relações de parentesco entre as classes provenientes do assédio por parte dos senhores em relação às suas cativas derivam situações extremas de grande incoerência, como a escrava pertencer ao próprio

filho, exemplificado no texto através das histórias de Ana e Maria, alforriadas pelos filhos somente quando estes completaram a maioridade (podendo decidir o que seria feito com os bens deixados pelo pai das crianças, um senhor). Temas como este foram retratados no teatro (aqui temos a peça Mãe, de José de Alencar interpretada no Rio de Janeiro em 1860), trazendo acontecimentos como estes para discussão pública.

Com a imigração em massa de trabalhadores, em meados de 1880, as fazendas passaram a competir entre si para “atrair” a presença dos mesmos através de incentivos econômicos e não econômicos. Dessa forma, fazendas mais produtivas (capazes de pagar melhores salários aos colonos ou cedendo espaço para plantação de gêneros alimentícios pelo mesmo) possuíam, em sua maioria, acomodações de pior qualidade, como senzalas remodeladas, e vice-versa.

Como uma espécie de “arma de domínio”, os senhores achavam-se no direito de interferir na vida doméstica de seus colonos, devendo ser consultado nos mais diversos assuntos. Esse comportamento, uma provável extensão do tratamento dado pelo mesmo aos escravos, foi perdendo sentido conforme deu-se a expansão do colonialismo e as migrações tornaram-se freqüentes.

O assédio por parte dos fazendeiros em relação às colonas tornou-se uma prática relativamente freqüente, sendo mais uma herança do escravismo. Temos, no entanto, uma grande perda do poder de coação dos senhores que não mais podiam oferecer a liberdade ou ameaçar com castigos severos em troca de “favores” sexuais. Os colonos, em sua grande maioria de origem italiana, passaram a se mobilizar na defesa deste tipo de violência. O texto cita um caso de grande repercussão envolvendo a família do então presidente Campos Sales através de seu sobrinho, que acabou por assassinar o pai da moça pela qual se interessou e foi recusado. A comunidade italiana contratou um renomado advogado de defesa, um sinal da chegada de novos tempos.

Com o início do processo de substituição da força de trabalho escrava por imigrantes em meados do séc. XIX, deu-se o surgimento de duas correntes de pensamento que divergiam sobre como esse processo deveria ocorrer.

A primeira acreditava que os imigrantes viriam apenas para substituir os escravos nas fazendas, tendo sua força de trabalho como único bem. Dessa forma, não haveria restrições quanto à nacionalidade dos imigrantes (que poderiam ser inclusive africanos livres) e suas passagens seriam subsidiadas pelo Império. Por outro lado, poderia ocorrer uma reestruturação da propriedade de terra, através da imigração espontânea de colonos para cá, sendo esse possuidores de capital próprio e preferencialmente europeus, no que constituiria uma espécie de civilização do país (leia-se embranquecimento da população).

Em meio a tantas discussões temos a chegada dos imigrantes europeus aos latifúndios da América portuguesa. Neste momento, cria-se uma situação de impacto cultural com o ambiente aqui encontrado. A alimentação diferenciada dos europeus tornou-se um dos principais motivos de revolta no âmbito rural: artigos como vinhos, cervejas, queijos, manteiga e presunto eram aqui considerados como de luxo e, portanto, de difícil acesso. Em meio a esse conflito temos a introdução de um novo fator para os latifundiários: inicialmente denominada “pacto de ociosidade”, a greve surgiu em uma fazenda Martim de Sá, pelos trabalhadores alemães.

Temos, a partir de 1850, um aumento considerável de importações de gêneros alimentícios procurados pelos imigrantes, caracterizando uma mudança na dieta do país. Um claro exemplo deste fenômeno é a entrada do pão nos hábitos alimentícios da população, principalmente na corte. Isso ocorre devido a influência dos imigrantes portugueses no país, produtores e consumidores do alimento.

“Espalhado pelos imigrantes e a moda européia e americana, o consumo de pão aumente no Império e na República, transformando-se num item constante e incompressível das importações brasileiras. A exemplo do que representavam – num cálculo estritamente

contábil -, até meados do séc. XIX, as importações de escravos africanos no país” (ALENCASTRO e RENAUX, 1997, Vol. 2, pág.305).

Com a independência do país em 1822, os proprietários, fazendeiros e senhores de engenho foram obrigados a brasilianizar-se de modo a garantir seus direitos na nova ordem estabelecida. Já os proprietários de comércio, importação ou distribuição de importados (portugueses em sua maioria) não seguiram esse mesmo caminho, mantendo-se subordinados às matrizes européias. Esse movimento criou uma espécie de lusofobia frente aos comerciantes portugueses.

“A concentração de imigrantes pobres nas cidades confundem que contavam utilizar a imigração branca para “civilizar” o país. Torna-se evidente uma realidade social cujos termos eram até então antinômicos: a existência de europeus pobres, nivelados ao estatuto dos escravos de ganho e de eito, exercendo atividades insalubres e personificando formas de decadência social que pareciam estar reservadas aos negros.” (ALENCASTRO e RENAUX, 1997, Vol. 2, pág. 310).

“Majoritariamente desprovidos de posses, [*os imigrantes portugueses*] situavam-se, por um lado, como substitutos dos escravos nas fazendas e como empregados nas novas áreas pós-escravistas, atendendo assim às demandas dos fazendeiros. Por outro lado, como europeus e católicos, não destoavam do bloco cultural e demográfico formado pela classe dominante imperial, confortando as expectativas culturalistas da corrente “civilizatória” presente no aparelho de Estado.” (ALENCASTRO e RENAUX, 1997, Vol. 2, pág. 315).

A imigração alemã consistiu em diferentes segmentos sociais de diferentes regiões, constituindo certa heterogeneidade dentro do grupo. Os imigrantes estabeleceram-se, em sua maioria, na região sul do país. A colônia organizada por Hermann Blumenau, que denomina-se a partir de seu sobrenome, caracterizou uma proposta bem sucedida de colonização.

“Por meio da pequena propriedade e da produção doméstica introduziu-se um padrão cultural novo no Império. Em núcleos como Blumenau, todos os imigrantes deviam

começar a vida na mesma condição – a de colono -, fossem eles profissionais liberais, artesãos ou fabricantes em seu lugar de origem, determinando de entrada a estruturação de uma sociedade original no Vale do Itajaí. Isso não apenas era requisito básico imposto pelo fundador em concordância com as diretrizes do governo imperial: a situação econômica e social da maioria dos imigrantes não permitia que se envolvessem no grande comércio ou na grande agricultura de exportação.” (ALENCASTRO e RENAUX, 1997, Vol. 2, pág. 320).

“De fato, os imigrantes [*alemães*] tentaram recriar a noção de *Heimat* (pátria), objetivamente reconhecida como a região, a comunidade, a escola, a igreja, o parentesco e as amizades marcadas por uma mesma situação social, características dos lugares onde haviam passado a infância e a juventude”. (ALENCASTRO e RENAUX, 1997, Vol. 2, pág.322).

Nessas colônias formadas na região sul do país, torna-se clara a adaptação dos imigrantes em relação ao novo ambiente, um processo complicado e muitas vezes melancólico. As roupas foram adaptadas ao novo clima e a falta de contato social entre famílias isoladas em suas terras traziam um saudosismo muito grande da pátria original, principalmente para as mulheres.

“O modelo de convivência levou ao surgimento, entre os imigrantes, de uma série de associações cujo objetivo era a manutenção dos seus costumes.” (ALENCASTRO e RENAUX, 1997, vol. 2, pág. 326). Temos primeiro as escolas, seguidas pelas igrejas, grupos de leitura e trocas de livros, associações de ginástica, sociedades de fumo, entre outras. O objetivo era possibilitar o convívio social e a integração entre os colonos.

“Os clubes de caça e tiro obedeciam à mesma finalidade do lazer e do convívio. Sua origem remonta às corporações de jovens na Alemanha que, em tempos de perigo, se reuniam para a defesa de burgos e castelos e, em tempos de paz, participavam dos festivais de colheita da primavera. Aí, ao lado das competições de tiro, realizavam-se

jogos, danças, cantos, etc., cujo propósito era exercitar o corpo, promover a diversão e estimular a camaradagem.”(ALENCASTRO e RENAUX, 1997, Vol. 2, pág. 326).

“A vida espiritual imbricava-se na vida privada. Entre os documentos das famílias teuto-brasileiras encontraram-se velhas Bíblias nas quais se anotavam as datas dos eventos mais importantes – casamentos, batismos, óbitos – dos seus membros. Os livros de canto distribuídos à comunidade, que eram levados aos encontros dominicais, também registravam em suas páginas a memória familiar.” (ALENCASTRO e RENAUX, 1997, Vol. 2, pág. 328).

O protestantismo torna-se uma forma de conservar os costumes dos alemães ou teuto-brasileiros que viviam nas colônias da região Sul do país desde a chegada de pastores da Alemanha. A convivência do protestantismo com o catolicismo cria certa aversão entre os fiéis, tendo como resultado certa opressão dos protestantes, minoria entre a população do país.

A educação possuía maior importância aos olhos dos alemães em relação aos portugueses. Isso acontece já que, no catolicismo, cabe ao padre ler e interpretar a Bíblia, sendo que os fiéis protestantes precisavam ler os textos sagrados.

“Os imigrantes [alemães] implantaram a escola em casa, daí nascendo as escolas comunitárias, nas quais em geral o professor era escolhido entre os próprios colonos, cuidando da roça e criando porcos paralelamente à sua atividade profissional.” (ALENCASTRO e RENAUX, 1997, Vol. 2, pág. 332).

“A cartilha escolar adotada nas colônias alemãs ainda no começo do séc. XX ilustra o biculturalismo dessas comunidades e o recorte entre a casa e a rua, a vida privada e a vida pública dos teuto-brasileiros. Escrita em alemão, a cartilha continha, além do ensino da gramática e da ciência, um resumo da história do Brasil. A certa altura, o texto aborda a

questão da nacionalidade e da tradição cultural.”. (ROTERMUND apud ALENCASTRO e RENOAUX, 1997, pág. 333).

A expansão cafeeira foi nutrida pelo tráfico interno de escravos e não a vinda de um maior número de contingente africano, como é sabido. Por esse motivo, temos uma maior concentração de cativos nascidos no país a partir de 1850, principalmente nas fazendas de café.

“A generalização do tráfico interno, a troca de experiências de cativo, especialmente nas fazendas novas, onde tudo ainda estava para ser estabelecido, tendiam assim a levar os escravos a propor, de forma até então inusitada, um código geral de direitos dos cativos. Desde logo, esfacelava-se a própria essência da dominação escravista, que residia na capacidade de transformar em privilégio toda e qualquer concessão à ausência de prerrogativas inerente ao estatuto de escravo.”(CASTRO, 1997, Vol. 2, págs. 359 e 360).

[A lei de 13 de maio] “limitou-se a reconhecer e confirmar um fato preexistente, evitando com esse reconhecimento as maiores perturbações e desordens, se não terríveis calamidades. A emancipação estava feita no dia em que os ex-escravos recusaram marchar para o eito e começaram o êxodo das fazendas. A lei confirmou-a, deu-lhe sanção dos poderes públicos mas sem a lei não deixaria de ser um fato que se impunha contra todas as resistências”, ponderava o *Jornal do Comércio* em outubro de 1888. (Jornal do Comércio, 17/10/1888 apud CASTRO, 1997, pág. 364).

Podemos ver, desde o início de texto, como a vida privada das pessoas vai sendo construída conforme o processo de colonização acontece. Temos, ao máximo, uma tentativa de criação de um privacidade inexistente no Brasil de 1500, o que vai melhorando muito vagarosamente ao longo dos séculos. Dentro das casas, os poucos cômodos existentes faziam com que a vida acontecesse quase que de forma pública, pelo menos perante aos presentes. As famílias de maiores recursos, por não possuírem a noção de intimidade, tentavam apenas proteger a família em relação aos olhos de hóspedes

estranhos, prática frequente em uma terra sem qualquer estrutura hoteleira e com uma população de grande mobilidade.

Com a vinda da família real, temos uma série de novidades importadas para território nacional. A Europa, modelo a ser seguido e invejada por todos, nos apresenta à ópera, ao piano, ao consumo conspícuo, à fotografia, aos símbolos de riqueza e opulência restritos a uma elite ociosa, seguindo o padrão das cortes européias do séc. XVIII.

A educação restringia-se a uma minoria absoluta, fazendo com que a leitura oral prevalecesse. Este quadro foi infimamente amenizado após a abolição da escravatura, já que certos imigrantes que aqui chegaram, como os alemães., atribuíam maior importância a cultura e a tradição de seus costumes, em uma tentativa de reconstituição da pátria original.

A sociabilidade entre as pessoas vê-se prejudicada em um país com tamanha extensão territorial e baixa densidade populacional, como a América portuguesa. Com a chegada de muitos contingentes populacionais (tanto cativos quanto imigrantes livres) esse quadro vai revertendo-se. As missas eram, originalmente, um dos principais eventos sociais. Com a chegada do Império e da luz, temos o surgimento de festas, bailes e saraus e a presença de cafês e restaurantes, ambientes restritos à elite. À população, restava as frequentes visitas casuais que não precisavam de convite ou hora marcada.

Por outro lado, no que tange ainda as relações sociais dos indivíduos aqui presentes, temos a grande dificuldade de reintegração social enfrentada pelos ex-cativos após a Abolição. Essa integração da população ex-escrava com o resto da sociedade deu-se por diferentes meios dados a fatores como conjuntura econômica, regionalidade, representatividade perante a população local, entre outros. Temos, assim, sua integração a diferentes cenários da população brasileira, acentuando ainda mais o caráter mestiço da população, e, conseqüentemente, a diversos estilos de vida diferentes.

Tem-se, como característica de homens livres e pobres brasileiros em um contexto de monopólio de terras e latifúndios, a grande mobilidade geográfica, impedindo o enraizamento destes indivíduos em uma região.

“Nos limiares do séc XX, o fenômeno da mobilidade dos homens livres e a intensidade do processo de miscigenação impõem, assim, outras dimensões para se interpretar os elementos constitutivos da privacidade desses grupos e os parâmetros que presidiam a vida cotidiana de largas parcelas da população brasileira” (WISSENBACH, 1998, Vol. 3, pág. 59).

A vida do homem livre e pobre rural brasileiro, excluído do sistema monopolístico latifundiário vigente em território nacional, dava-se através de uma plantação itinerante voltada para a subsistência, possível devido a grande quantidade territorial ainda não povoada. Esses indivíduos, constituídos por uma grande parcela de negros após a abolição da escravidão, residiam em cabanas de apenas um cômodo construídas de forma simples e artesanal, cujos materiais variavam nas diferentes regiões do país. Em condições precárias de subsistência, as comuns doenças e infecções curavam-se através da sabedoria popular, indicadora de plantas e ervas encontradas pelas matas, muitas de efeito meramente psicológico. No que tange a alimentação, essa era baseada basicamente pela plantação existente, sendo complementada pela caça. Artigos como carvão, sal, fumo e pinga, no entanto, precisavam ser adquiridos em armazéns, o que garantia muitas vezes a única sociabilidade de alguns indivíduos com vilarejos vizinhos.

Nesse tipo de estilo de vida, a falta de representantes oficiais da Igreja era substituída por rezadores nos vilarejos, fazendo deste uma pessoa de destaque dentro do grupo. A relação dos indivíduos com as imagens de santos era de grande intimidade e respeito, sendo que costumava-se conversar com elas. Tinha-se rezas específicas para cada situação e as festas religiosas eram ocasiões solenes muito importantes, quando agradecia-se as graças concebidas e pagava-se as promessas realizadas.

Já em cenário urbano, tinha-se uma outra situação no que tange sociabilidade entre os habitantes: “enquanto saraus se davam nas grandes moradias, nos terreiros assistia-se aos sambas, lundus, cocos e batuques dos negros com seus gestos e sonoridade particulares.” (WISSENBACH, 1998, Vol. 3, pág. 86).

As cidades, dadas as fortes correntes migratórias desencadeadas pela abolição e pelo contingente imigrante aqui estabelecido nesse período, sofreram um aumento populacional grandioso, dando origem a uma espécie de inchaço urbano, visto que tal fenômeno não pode ser denominado desenvolvimento uma vez que tornou-se aparente a incapacidade destes centros urbanos de comportar dignamente toda a população presente.

O inchaço urbano originado através de fortes correntes migratórias principalmente pós-abolição devido ao saturamento de mão de obra rural trouxe conseqüências severas para as principais cidades do país. O desenvolvimento das mesmas foi incapaz de acompanhar esse crescimento populacional, causando aglomerações de indivíduos miseráveis em favelas e cortiços, vivendo em condições precárias de existência.

As epidemias de doenças alastravam-se facilmente nessas condições, o que pressionava ainda mais a elite no sentido de tomar atitudes drásticas. Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, uma reengenharia tentou ser implementada no início do séc. XX, destruindo cortiços e favelas e embelezando grandes avenidas. O resultado, no entanto, foi descontentamento em massa, deslocamento das aglomerações a reivindicações de peso como a Revolta da Vacina. As cidades continuaram não comportando dignamente seus habitantes e a pobreza continuou fortemente presente.

Tentativas de reestruturação deram-se também na capital paulista, no sentido de planejar e ordenar o crescimento da cidade, através de, por exemplo, controle de construções domésticas. Com tal crescimento e reestruturação surgem os apartamentos, uma nova

forma de vivência doméstica no país, pondo fim a resistência da população a habitações coletivas, surgida com as experiências sanitárias catastróficas ocorridas no passado.

Foram construídos conjuntos habitacionais com o intuito de por fim a barracos, cortiços e favelas. Esses, no entanto, continuaram existindo e expondo seus moradores a uma convivência intensa, cuja violência permeava tanto o espaço público quanto o privado, nos grandes centros urbanos.

O que acontecia era uma tentativa, por parte do país inteiro, de realocação populacional, com correntes migratórias fortíssimas (do campo para as cidades) e um aumento populacional continuamente considerável, integrado pelos imigrantes de todo o mundo que aqui chegavam em busca de uma vida digna não encontrada em seu país de origem.

Com um afluxo estrondoso de imigrantes para o país, entre 1830 e 1930, tem-se uma convivência compulsória de culturas e hábitos extremamente diferentes em um país cuja cultura por si só já destoava em muito da de seus novos habitantes.

A Europa expulsora atravessava um período em que não conseguia absorver a quantidade de mão-de-obra existente, principalmente em países como Itália e Espanha, obrigando seus habitantes a uma vida miserável.

“Assim, motivos econômicos, perseguições religiosas, crescimento demográfico, desenvolvimento tecnológico, expansão das companhias de navegação, podem ser apontados como causas da emigração em larga escala, principalmente a partir de 1850”.(ALVIM, 1998, Vol. 3, pág. 230).

As diferenças culturais eram encontradas dentro de um mesmo país, através de diferentes dialetos e hábitos que ressaltavam já durante a precária travessia enfrentada pelos emigrantes até a nova terra, não sendo necessário comparar países muito diferentes para

encontra-las. A viagem tornava-se uma espécie de trauma, o que podia ser facilmente compreendido dadas às circunstâncias, aumentando a apreensão desses indivíduos em relação à nova terra.

Uma vez aqui, muitos se encontravam isolados em seus lotes localizados em plena floresta, procurando erguer o quanto antes um barraco para proteção da família. A paisagem em que se inseriam, se possível, buscava remontar a existente na terra de origem. O mesmo dava-se com o estilo arquitetônico da terceira moradia, visto que as anteriores eram erguidas rapidamente sem maiores preocupações estéticas. Nelas, a cozinha, cômodo em que tudo acontecia, corpo principal da moradia, com o intuito de evitar incêndios.

Já os imigrantes cujo destino era as fazendas cafeeiras paulistas, encontraram um ambiente bem diferente do caso anterior, voltado para ocupação territorial e não substituição da mão-de-obra escrava. Estes não conseguiram o tão esperado lote de terra e tiveram que se enquadrar aos recursos oferecidos pelos senhores dos latifúndios cafeeiros.

Suas casas eram pré-construídas (muitas vezes apenas senzalas adaptadas) e plantações próprias ocorriam apenas entre os pés de café, salvo pequenas hortas ao lado das casas destinadas a subsistência. Nestas hortas eram plantados os alimentos consumidos na terra natal, em uma tentativa de adaptação aos novos suprimentos alimentícios encontrados aqui. No que diz respeito aos hábitos de higiene pessoal, os imigrantes japoneses foram os mais prejudicados a princípio, tão acostumados a banhos diários de imersão. Os italianos, por exemplo, tinham o costume de lavar apenas mãos, pés e rosto após um dia de trabalho, banhando-se apenas aos sábados.

No que tange a religião, os imigrantes inicialmente foram obrigados a sanar a falta de um padre com encontros dominicais em que um integrante da comunidade, muitas vezes um dos únicos alfabetizados, tentava suprir tal falta. Associações de imigrantes foram feitas

possibilitando com que igrejas fossem construídas e tornando possível a presença de representantes oficiais da Igreja. Estes, com o passar do tempo, tiveram suas funções ampliadas, dando conselhos em relação às plantações e difundindo conhecimentos de medicina popular. Além dos padres, a falta de médicos era suprida por curandeiros, benzeduras e orações repletas de misticismo.

A convivência social dava-se através da Igreja católica, sendo freqüentes as festas dominicais e em dias santos, muitas vezes única forma de convivência social existente, quebrando o marasmo das fazendas. Os pastores protestantes, no entanto, condenavam veementemente tais celebrações.

A convivência era minada, porém, pelo ódio existente entre povos de diferentes países, como o caso dos alemães e poloneses, ou de um mesmo país mas diferentes regiões, trazendo uma hostilização diária entre indivíduos carregada de preconceitos. Os negros e caboclos eram considerados, de maneira geral, como inferiores em relação aos imigrantes. No entanto, a ajuda dos nativos tornou-se indispensável para a sobrevivência dos mesmos logo após sua chegada. Afinal, torna-se imprescindível à sabedoria local no que tange técnicas de lavoura, forma de lidar com a terra, construção de moradias e criação de animais.

Os negros e caboclos também foram de grande serventia aos imigrantes no combate aos índios, cujas terras estavam sendo invadidas e usurpadas. Mesmo não participando diretamente das matanças, os imigrantes foram omissos nessa questão.

A vinda de um imigrante para um país tão distante e peculiar como o Brasil é um evento de grande dramaticidade para essas pessoas. Remontar em ambiente doméstico o vivido anteriormente na terra de origem torna-se um hábito frequente em uma tentativa de facilitar o processo de adaptação.

“A visão do estrangeiro como outro, objeto de curiosidade algumas vezes, objeto de temor e desprezo quase sempre, tem fundas raízes na história do mundo ocidental.”(pág. 20). Tal fenômeno é agravado pelas muitas diferenças encontradas entre nacionais e imigrantes, como será explicitado a seguir.

“Algumas cerimônias, relacionadas com momentos decisivos da existência, demarcam sensíveis diferenças entre nacionais e certos grupos de imigrantes. Comparecendo a um casamento israelita – índice em si mesmo de aproximação -, o nacional, assim como o imigrante de outra origem, terá a sensação de distância, revelada por um ritual que lhe é estranho, seja pelas orações, seja pelos gestos, que culminam com o simbolismo do copo quebrado sob os pés do noivo.” (FAUSTO, Vol. 4, 1998, págs. 24 e 25).

“Se os estrangeiros despertavam sentimentos contraditórios nos nacionais, a mesma contradição surgia em sentido inverso, embora com traços diversos: de um lado, inveja da forma como os nacionais se apresentavam, comportando-se como “donos da terra”; de outro, desprezo pela sua suposta condição física doentia, pela aversão ao trabalho. Os estrangeiros não formavam, é bem verdade, uma frente homogênea, pois as diferentes etnias distinguiam-se umas das outras, elaborando ou reforçando imagens preconceituosas do “judeu da prestação”, do “espanhol encrenqueiro”, do “turco embrulhão”, etc. Mas tinham em comum uma convicção essencial: todos se consideravam gente devotada ao trabalho, os verdadeiros construtores de uma cidade (*São Paulo*) que ia se convertendo em metrópole.”(FAUSTO, Vol. 4, 1998, pág. 26).

“A referência aos laços de grupo diz respeito à organização de microssociedades, situadas a meio caminho entre as esferas pública e privada, como é o caso dos clubes comunitários, teatros, associações de socorros mútuos formadas por pessoas de uma determinada etnia ou de uma determinada região do país de origem, sindicatos, templos religiosos, etc.” (PERROT, in: História da Vida Privada – da revolução francesa à Primeira Guerra, apud FAUSTO, 1998, pág. 28).

“Convém lembrar que, ao me concentrar no mundo da casa, não o encaro como um universo desligado do mundo da rua; ao contrário, um dos aspectos mais significativos da vivência doméstica me parece ser aquele em que se dá a confluência dos dois mundos no interior do lar. Desse modo, o jornal o rádio e, posteriormente, a televisão, constituem veículos por meio dos quais mensagens de um amplo e variado universo penetram na esfera privada, impondo determinados hábitos e uma nova organização do espaço e do tempo.”(FAUSTO, Vol. 4, 1998, págs. 36 e 37).

O imigrante pobre e recém chegado a metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro era obrigado a viver em cortiços, local de privacidade quase inexistente. O mesmo dava-se nos tão comuns bairros étnicos, fazendo com que a mudança para outra região fosse vista como forma de aumento dessa almejada privacidade.

“A casa, com características de espaço privado, tem sido associada à ascensão da burguesia e à sedimentação de seus valores, ao longo do séc. XIX.”(FAUSTO, Vol. 4, 1998, pág. 40). As camadas imigrantes que obtiveram maior acumulação de riquezas não se contentaram com apenas uma casa, construindo tradicionais palacetes pela cidade de São Paulo. “Além de expressar êxito econômico de seu proprietário, o palacete combina a vida no interior do círculo familiar com outra dimensão, consistindo em um núcleo de prestígio e de proveitosos contatos com a elite.” (FAUSTO, Vol. 4, 1998, pág. 42). “No palacete, nem tudo era ostentação. Nele, o imigrante que chegara pobre e enriquecera ia refinando a etiqueta, com os olhos postos no paulista de elite que, por seu turno, imitava o francês. A falta de “Classe” representava uma barreira, aliás logo superada, ao ingresso no mundo dos chamados paulistas de quatrocentos anos.”(FAUSTO, Vol. 4, 1998, pág. 44).

A língua possuiu um aspecto de sertã contradição aos imigrantes, por viabilizar e ao mesmo tempo restringir a comunicação. “A língua funciona também como uma forma consciente e inconsciente de resistência à integração.”(FAUSTO, Vol. 4, 1998, pág. 52).

Um outro aspecto a ser considerado a comida representou uma espécie de elo do imigrante com sua cultura, seus antepassados, sua família distante, sua terra natal. No entanto, os ingredientes específicos a certos grupos (como o molho *shoyu*, no caso japonês), só eram encontrados nas grandes cidades, o que trouxe problemas para os habitantes do interior.

Em um cenário muito diferente, a vida nas grandes cidades presenciava a chegada dos avanços tecnológicos e a difusão de novas idéias entre seus habitantes, em mudanças que abrangem desde o modo produtivo a novas formas de comportamento feminino. Tais mudanças serão relatadas e analisadas daqui em diante.

Com a chegada da República tem-se, em centros urbanos e culturais como a cidade do Rio de Janeiro da época, uma tentativa de modernizar pensamentos e idéias vigentes na vida privada dos indivíduos, em uma tentativa de, mais uma vez, imitar os padrões europeus em plena Belle Époque.

“A vida privada dos brasileiros apresentava-se distante sobretudo dos ideais liberais, que serviram de inspiração para implementar uma esfera pública, de forma ainda mais ambiciosa que no Império, a partir da Constituição de 1891”.(SALIBA, 1998, Vol.3, pág. 294)

O cômico correspondia à busca de uma singular e peculiar forma de representação (*cultural*), pois como representar e simbolizar a vida privada e individual no interior daquela indefinida comunidade imaginada chamada Brasil? Jogo de contrastes, deslocamentos dos significados, ligação entre o formal e o informal, trânsito entre o prescrito e o vivido, inversão da dimensão espaço-temporal – haveria algo de mais apropriado do que essas formas de representação, típicas do cômico, para retratar a vida privada brasileira na república?”(SALIBA, 1998, Vol.3, pág. 297)”.

Como jogo que mistura e embaralha os registros, numa indistinção notável, que se desdobrava do próprio processo aleatório da República brasileira, a representação pelo humor paródico ajudava a correr por dentro quaisquer possibilidades de consistência, tanto do público quanto do privado.”(SALIBA, 1998, Vol.3, pág. 312)”.

Essa vida privada retratada e satirizada nos registros cômicos é restrita a elites cosmopolitas de cidades como o Rio de Janeiro, esquecendo os indivíduos não tão expostos nem tão retratados, habitantes pobres dos bairros de subúrbio, longe dos olhos e da atenção de uma elite em vitrine.

“Diante daquela instabilidade que praticamente se desdobrava da exclusão social, dos contrastes regionais e da mobilidade populacional, o humor paródico apegou-se ao movimento da dança e do jogo, ao movimento dos corpos e ao apelo dos sentidos...”
(SALIBA, 1998, Vol.3, pág. 319).

“Maxixe, bailão ou farândola, era, afinal, pela dança, pelo domínio da agilidade movimentada e da animação pura que se procurava filtrar os formalismos e as distantes prescrições institucionais dos espaços públicos”.(SALIBA, 1998, Vol.3, pág. 326).

“A representação da sociedade brasileira pela dimensão cômica mostrava que o privado não apenas se confundia com o público, diluindo-o, mas também criava um espaço para o indivíduo afirmar-se perante aquela espécie de vazio moral, que se criava cada vez que a aceleração da história reforçava, por estruturas mais gerais e vastas temporalidades, os redutos da racionalidade”.(SALIBA, 1998, Vol.3, pág. 364).

Outro importante setor em que tivemos mudanças importantes foi, como acima citado, o modo de pensar das mulheres.

No início do séc XX, tem-se mudanças no comportamento feminino que incomodaram bastante os conservadores. Em artigos de revistas femininas, as mulheres começavam a

exigir igualdade em relação aos homens e a encará-los de uma maneira mais hostil, em tratamentos como “tirano”, demonstrando revolta em relação a situação vigente.

O homem, ao deparar-se com essa “nova mulher” mostrava certa desconfiança, principalmente na hora de contrair matrimônio. Tais mudanças refletiram-se no cenário público, com o Código Civil de 1916 atestando ser responsabilidade de ambos os cônjuges a manutenção da família, o que era atribuído somente ao marido no Código de 1890.

A violência física era freqüentemente usada como forma de opressão às esposas, em matrimônios de todas as classes sociais. O ato de violência só seria repreensível caso ocorresse de modo humilhante para a mulher, na frente de outras pessoas de mesmo nível (o que excluía empregados da casa).

Com medo da ameaça que constituía essa nova linha de pensamento feminino que colocava em risco a ordem social vigente, a elite conservadora passa a condenar veementemente os relacionamentos fora do matrimônio, considerando ilícitos esses relacionamentos pelos promotores da moral e da ordem.

À mulher, caberia manter o casamento e abrandar a sensualidade do casal. A beleza era relacionada à higiene e saúde, nunca à sedução. As mulheres deveriam tolerar as falhas dos maridos, mesmo relacionadas à fidelidade.

Na outra corrente, as mulheres passam a ser cobradas em relação a outros atributos, como intelecto. Nas revistas femininas, o homem também é posto em julgamento. A ala mais radical deste movimento feminino passa a defender o sexo fora do matrimônio e garantir o sustento da família sem o marido.

O desenvolvimento tecnológico e industrial trouxe uma nova gama de produtos domésticos, como o fogão a gás e o ferro elétrico de passar roupa facilitando um pouco a dura vida da dona de casa, cuja imagem era de privilegiada (já que o marido era provedor

de todas as necessidades materiais e nada lhe faltava) e perdulária, uma espécie de carga a ser carregada pelo homem.

“Ao solidificar a concepção das esferas separadas, a mulher foi convocada a assumir a direção do lar em nome de uma determinada definição de família, e o homem o papel de provedor e chefe dessa família. Isso acabou por encobrir grande parte da população masculina, que nas primeiras décadas do século vivia à margem de um trabalho regular; como também da feminina, que mediante o trabalho remunerado se constituía na única provedora do lar e responsável pelos filhos, já que a presença do pai não é, como nunca foi, uma realidade absoluta em todas as famílias.” (MALUF e MOTT, 1998, Vol.3, pág. 421).

“ Perversamente, acabou também por circunscrever a família ao “lar feliz”, onde a mulher é apresentada como rainha, escamoteando-se, assim, o drama da história, os conflitos, as diferenças e as relações de poder que se dão no seu interior, e atribuindo-se às mulheres, sobretudo às casadas, uma importância social como forma de indenização, já que as portas de acesso à igualdade de direitos com os homens foram cuidadosamente fechadas.” (MALUF e MOTT, 1998, Vol.3, pág. 421).

As mudanças que o país sofreu, tanto espacialmente na reestruturação das grandes metrópoles como comportamentalmente na modernização do pensar, foram devidamente documentadas através da imagem fotográfica, mais um advento desta modernidade, através de cartões-postais, retratos profissionais e amadores, como veremos a seguir.

Os cartões-postais difundiram-se rapidamente no país devido a seu baixo custo de envio, facilitando a comunicação entre as pessoas, seja intra ou internacionalmente. Suas fotos retratavam as belezas nacionais e satisfaziam a curiosidade do resto do mundo em relação ao Brasil.

As paisagens escolhidas buscavam contemplar um país moderno e civilizado, sempre seguindo os moldes por nós importados da Europa. O culto às formas e à nudez feminina estampado em alguns postais revelam uma corrente liberal que coça a manifestar-se publicamente.

Nas grande metrópoles com São Paulo e Rio de Janeiro, retrata-se o progresso e a urbanização nos postais, evidenciando o desenvolvimento e modernização de tais locais e excluindo a grande massa populacional que não fazia parte de tais cenários e estilos de vida.

“No cartão-postal, a imagem imbuída de um claro “valor de exibição” incita o destinatário a ver a paisagem pelos olhos do remetente, apelando para o uso da imaginação ou daquela faculdade que Mário de Andrade cunhou de “conhecimento sensível”. (SCHAPOCHNIK, 1998, Vol. 3, pág. 457)

As fotos e retratos familiares possuíam um caráter de culto a família, em uma espécie de tentativa de ligação com o passado ancestral. “Talvez uma das características de um álbum de família seja o fato de ele se apresentar como uma obra aberta. Embora o guardião da iconoteca familiar se esforce para preservar o acervo e imprimir uma lógica no seu ordenamento, algumas peças podem ser perdidas, outras podem ser acrescentadas e, ao fim e ao cabo, a sua própria morte propiciará uma redistribuição e a “invenção” de uma nova crônica familiar.” (SCHAPOCHNIK, 1998, Vol. 3, pág. 463).

Era comum a procura de ateliês de fotógrafos profissionais para retratar a família, onde encontrava-se uma série de objetos peculiares utilizados. “À presença de um mobiliário variado (cadeiras, poltronas, pianos, mesas e aparadores), de objetos decorativos e ornamentais (colunas, vasos, livros, quadros, animais empalhados, flores), peças de vestuário (gravatas, bengalas, paletós, Chapéus, mantas), além de acessórios (armas, cortinas, escudos, toalhas, leques, tapetes, bonecas, e até mesmo uma bicicleta), poderíamos acrescentar a existência de painéis, biombos e telões pintados, que serviam para criar uma espacialidade, remetendo o retratado para cenários pitorescos e longínquos

(jardins europeus, pagodes e palácios, bosques tropicais, colunas gregas).” (SCHAPOCHNIK, 1998, Vol. 3, pág. 464).

As máquinas fotográficas portáteis surgiram no início do séc. XX, possibilitado a presença de fotos em jornais e periódicos. Estas tornam-se mais populares em 1930, trazendo a documentação de festividades e ocasiões de menor formalidade, em que não era necessário um fotógrafo profissional, como aniversários, batizados, entre outros. Outras ocasiões documentadas eram as temporadas de férias em cidades como Poços de Caldas e Petrópolis, muito procuradas durante o verão.

O casamento era, sem dúvida, a ocasião de documentação fotográfica mais intensa, buscando retratar a importância e solenidade do evento. “A importância e centralidade conferida à noiva e todos os atavios aninhados sobre o seu corpo (vestido, véu, cauda, jóias) sublinhavam o papel que a mulher, excluída da vida pública, ocupava na esfera privada.” (SCHAPOCHNIK, 1998, Vol. 3, pág. 475).

Os objetos encontrados em muitas fotografias buscam remontar o espírito doméstico ou de uma situação especial, como o globo presente em fotos de conclusão de curso superior, evidenciando a intimidade e a busca pela opulência.

“Nenhuma impressão marcou mais fortemente as gerações que viveram entre o final do século XIX e o início do séc XX que a mudança vertiginosa dos cenários e dos comportamentos, sobretudo no âmbito das grandes cidades”.(SEVCENKO, 1998, Vol. 3, pág. 514).

“No Brasil. No período estudado, esse papel de metrópole-modelo recai sem dúvida sobre o Rio de Janeiro, sede do governo, centro cultural, maior porto, maior cidade e cartão de visita do país, atraindo tanto estrangeiros quanto nacionais. O desenvolvimento dos novos meios de comunicação, telegrafia sem fio, telefone, os meios de transporte movidos a derivados do petróleo, a aviação, a imprensa ilustrada, a indústria fonográfica, o rádio e o

cinema intensificarão esse papel da capital da República, tornando-a eixo de irradiação e caixa de ressonância das grandes transformações em marcha pelo mundo, assim como no palco de sua visibilidade e atuação em território brasileiro. O Rio passa a ditar não só as novas modas e comportamentos, mas acima de tudo os sistemas de valores, o modo de vida, a sensibilidade, o estado de espírito e as disposições pulsionais que articulam a modernidade como uma experiência existencial íntima”.(SEVCENKO, 1998, Vol. 3, pág. 522).

Os hábitos e costumes da população tiveram que adaptar-se ao que era dito como de bom gosto pela capital do país e centro cultural. As novas regras, desde comportamentais até modismos de vestuário e outros bens de consumo, foram cuidadosamente seguidas pelos indivíduos de classes mais favorecidas, cujas condições permitiam tais caprichos. Abaixo, temos algumas passagens que refletem estas mudanças:

“Se, como era o caso, muitos vinham de uma zona rural, habituados a andar descalços, ou de ambientes rústicos que obrigassem ao uso da bota, ou ainda de atividades subalternas exercidas com tamancos e chinelas, adaptar-se aos sapatos era um martírio, imediatamente revelado pelo ridículo de andar claudicante. No caso das moças essa complicação era acrescida pela exigência elegante dos saltos altos”.(pág. 556)

“Receber ou não energia elétrica e ter ou não acesso fácil à rede de bondes passou a ser não apenas o principal referencial da especulação imobiliária mas também um dos mais distintivos elementos de status, para a população que não dispunha de veículos próprios”.(SEVCENKO, 1998, Vol. 3, pág.548).

Em se tratando de veículos, esses rapidamente despertaram a cobiça da população e a sua posse tornou-se sinônimo de status para os homens. O país, no entanto, não possuía a infraestrutura necessária para recebe-los, desencadeando um resultado caótico.

“Os carros começaram a afluir para cá antes que existissem uma estrutura viária, sinalização ou códigos de trânsito, gerando uma situação calamitosa, agravada pelo fato de que atropelamentos, mesmo seguidos da morte das vítimas, eram apenas passíveis de uma multa pecuniária de valor ínfimo para os infratores”.(SEVCENKO, 1998, Vol. 3, pág.558)

Uma importante mudança cultural foi o desenvolvimento de uma cultura do esporte ligada à saúde, que refletiu na moda e nos padrões de beleza da sociedade, como veremos a seguir.

“A saúde enfim era a chave de um corpo moderno. Já vimos o papel que os tônicos, modeladores e aparatos elétricos cumpriam para esse fim. Papel semelhante passavam a ter também os banhos de mar, os passeios ao ar livre, os piqueniques, o clima das montanhas e as estâncias hidrominerais”.(SEVCENKO, 1998, Vol. 3, pág. 558).

“As filosofias da ação, os homens de ação, as doutrinas militantes, os atos de arrebatamento e bravura se tornam os índices nos quais as pessoas passam a se guiar. (...) As modas mudam para se tornar esportivas, leves, curtas, coladas ao corpo, expondo amplas áreas para a respiração e a insolação, exibindo os músculos e formas torneadas do físico”.(SEVCENKO, 1998, Vol. 3, pág. 569).

“Nessa nova sociedade da cultura desportiva o valor máximo é necessariamente a idéia de saúde, cuja condição básica é a limpeza e cuja prova patente é a beleza”.(SEVCENKO, 1998, Vol. 3, pág. 571).

“Nesse complexo sistema articulado pelas noções básicas de limpeza, saúde e beleza, o símbolo central era sem dúvida a imagem do corpo humano, utilizado intensamente pela publicidade comercial ou pela oficial, e apresentado em geral semidespido, jovem, saudável, atlético e impoluto”.(SEVCENKO, 1998, Vol. 3, pág. 575).

Tais padrões e modismos eram, como se previa, importados da Europa e difundidos através das revistas, periódicos, televisão e outros meios de comunicação.

“Além dos jornais e revistas mundanas, outra fonte de assimilação dos mandamentos sempre fugazes do gosto era o teatro, mormente o das companhias estrangeiras, as francesas em primeiro lugar”.(SEVCENKO, 1998, Vol. 3, pág. 539).

“Sua introdução (*do rádio*) aqui só se deu no início dos anos 20, mas tantos eram os problemas técnicos de transmissão, difusão, qualidade de sinal e programação, que só a partir dos anos 30 é que ele teria impacto decisivo para a cultura brasileira. A idéia inicial era fazer dele uma espécie de teatro burguês irradiado, com músicas clássicas, leituras de longos textos literários, recitação poética e discursos políticos intermináveis”.(SEVCENKO, 1998, Vol. 3, pág. 588).

“Naturalmente nessa nova sociedade centrada no culto da ação, em paralelo ao grande desenvolvimento dos esportes há um surto das danças. Não qualquer tipo de dança e não a dança no seu sentido tradicional de entretenimento social cortês, praticada em grupos maiores ou menores, movendo-se em figurações coordenadas e gestos convencionais delicados. A dança que surge para empolgar o panorama cultural do século XX é baseada no ritmo pulsante, sincopado, frenético, de base negra, cigana ou latina e o que é buscado nela é um estado de completo abandono, excitação e euforia extática”.(SEVCENKO, 1998, Vol. 3, pág. 593).

“Mas se havia uma prática cultural mais forte ainda que a dança, a música e o esporte, era sem dúvida o cinema, que era uma soma disso tudo e muito mais”.(SEVCENKO, 1998, Vol. 3, pág. 597 e 598).

“Ir ao cinema pelo menos uma vez por semana, vestido com a melhor roupa, tornou-se uma obrigação para garantir a condição de moderno e manter o reconhecimento social”.(SEVCENKO, 1998, Vol. 3, pág. 599).

“Os cenários (*dos filmes, Hollywoodianos em maioria*) passam também a ditar estilos, objetos e arranjos obrigatórios para os interiores das casas. Nos períodos de prosperidade e grande diversificação de consumo, como após a Segunda Guerra, o cinema se tornou a vitrine por excelência da exibição e glamourização dos novos materiais, objetos utilitários e equipamentos de conforto e decoração modesta”.(SEVCENKO, 1998, Vol. 3, pág. 602).

“Além da televisão, outra fonte que se beneficiou da erotização dos objetos generalizada pelo cinema foi a publicidade. (...) O objeto do desejo se torna inseparável do desejo do objeto e um pode suprir simbolicamente a ausência do outro. O ato de consumo se torna assim, ele próprio, carregado de uma energia sensual, ao mesmo tempo fetichista e voyerista, marcado pelo gozo de desfilas entre os artigos, ver bem de perto e tocar os objetos, eventualmente possuí-los e exibi-los a outros olhos cobiçosos”.(SEVCENKO, 1998, Vol. 3, pág. 603).

“Nessas condições, os rituais e celebrações mais relevantes passam a ser aqueles que consagram o indivíduo ou relações pessoais imediatas, como o aniversário, que diz respeito a cada um, o reveillon, que é uma festa propiciatória do sucesso e prosperidade individuais, o casamento, os aniversários de casamento e os dias das mães, dos pais, dos namorados, das crianças, etc. E todos eles estão centrados na troca de presentes ou de cartões. Ou seja, indispostas ou incapazes de se tocarem, de se falarem abrindo o coração, de transmitirem carinho pela vibração emocional ou pelo contato físico, as pessoas os substituem cada vez mais pelos objetos, na convicção, é claro, de que quem recebe também prefere a comunicação pela mercadoria”.(SEVCENKO, 1998, Vol. 3, pág. 605).

“Num mercado cuja competitividade obriga à inovação, variedade e sofisticação constante dos produtos, o casal jovem é o alvo ideal. É fundamental para a indústria de bens de consumo, usando dos recursos prodigiosos da publicidade, quebrar os elos de família e a cadeia de gerações”.(SEVCENKO, 1998, Vol. 3, pág. 608).

“Nesse arranjo das coisas, a moça é sobretudo a portadora das fantasias relativas ao conforto, ao bem-estar e à decoração da casa, enquanto o rapaz fica no papel do provedor e do provador. É no sentido dessa representação estereotipada e desequilibrada dos papéis sexuais que atuam as chamadas Revistas Femininas, o grosso da publicidade e as diferentes formas de ficção que circulam na cultura massificada. É assim também com os brinquedos, ao menos se observamos pelo viés da campeã mundial e indisputável de vendas, a boneca Barbie. Um dos slogans de promoção da célebre criatura é “Eu quero ser como a Barbie, ela tem tudo!” (SEVCENKO, 1998, Vol. 3, pág. 609).

A cidade do Rio de Janeiro, capital do país e centro artístico, cultural e político, sofreu uma grande perda com a transferência do governo para Brasília. “Desventrada ficou mesmo a cidade do Rio quando, em 1960, a capital federal foi transferida para a recém-inaugurada Brasília”.(SEVCENKO, 1998, Vol. 3, pág. 617)

“(…) a intenção das facções era separar a política da história, a fim de tornar os círculos dirigentes imunes às pressões crescentes das tensões sociais. Era um modo de privatizar a política, distanciando-a da cena pública. Quando o decreto se cumpriu, em 1960, não foi casual ele coincidir com a difusão da TV. Afinal, seria mediado por ela que o público agora poderia, à distância, assistir ao espetáculo político de Brasília. A mudança foi completa. O Rio de Janeiro nunca mais foi o mesmo. Nem o Brasil”.(SEVCENKO, 1998, Vol. 3, pág. 619).

“Na representação vitoriosa dos anos 30, o mestiço transformou-se em ícone nacional, em um símbolo de nossa identidade cruzada no sangue, sincrética na cultura, isto é, no samba, na capoeira, no candomblé e no futebol. Redenção verbal que não se concretiza no cotidiano, a valorização do nacional é acima de tudo uma retórica que não tem contrapartida na valorização das populações mestiças discriminadas. (...) Assim, comparado ao período anterior, quando miscigenação significava no máximo uma aposta no branqueamento, esse contexto destaca-se na valorização diversa dada à mistura,

sobretudo cultural, que repercute em momentos futuros.”(MONTES, Vol. 4, 1998, pág 178).

“Era a cultura mestiça que, nos anos 30, despontava como representação oficial da nação. Afinal, como qualquer movimento nacionalista, também no Brasil a criação de símbolos nacionais nasce ambivalente: um domínio em que interesses privados assumem sentidos públicos.”(MONTES, Vol. 4, 1998,pág. 192).

Essa cultura passa a ser retratada e celebrada nessa época através da arte, como o livro *Macunaíma*, de Mario de Andrade, publicado em 1928, retratando as mais diferentes raças presente no país através de um “herói nacional sem nenhum caráter”. A escolha de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil, em 1923, também reflete esse fenômeno.

“Para além do debate intelectual, tudo leva a crer que, a partir dos anos 30, no discurso oficial “o mestiço vira nacional”, ao lado de um processo de desafricanização de vários elementos culturais, simbolicamente clareados. Esse é o caso da feijoada, naquele contexto destacada como um “prato típico da culinária brasileira”. A princípio conhecida como “comida de escravos”, a feijoada se converte, em “prato nacional”, carregando consigo a representação simbólica da mestiçagem.”(MONTES, Vol. 4, 1998,pág. 196).

“Vinculada a todo esse ambiente, e em especial à todas as rodas de samba, é que surge a famosa figura do malandro brasileiro. Personagem caracterizada por uma simpatia contagiante, o malandro representava a recusa de trabalhos regulares e a prática de expedientes temporários para a garantia de boa sobrevivência. A malandragem,

evidentemente mestiça. Ganha uma versão internacional quando, em 1943, Walt Disney apresenta pela primeira vez Zé Carioca. No filme *Alô, amigos*, o alegre papagaio introduzia Pato Donald nas terras brasileiras, tudo com muito ritmo, cachaça e direito a Carmem Miranda – mais um símbolo para exportação -, que misturava samba, maracás e frutas tropicais.”(MONTES, Vol. 4, 1998,pág. 198).

“O racismo aparece, dessa maneira – e mais uma vez -, como uma expressão de foro íntimo, mais apropriado para o recesso do lar; quase um estilo de vida. É como se os brasileiros repetissem o passado no presente, traduzindo-o na esfera privada. A extinção da escravidão, a universalização das leis do trabalho, não teriam afetado o padrão tradicional de acomodação racial; ao contrário, agiriam no sentido de camuflá-lo.”(MONTES, Vol. 4, 1998, pág. 204).

“Uma nova série de denominações –“Miscigenação, embranquecimento, mista” – aponta de que maneira a imagem de uma nação mestiça e branqueada tornou-se um grande senso comum. Além disso, a quantidade de variações do termo branca (“branca, branca-avermelhada, branca-melada, branca-morena, branca-pálida, branca-queimada, branca-suja, branquiça, branquinha”) demonstra de forma definitiva que, mais do que uma cor, essa é quase uma aspiração social.”(MONTES, Vol. 4, 1998,pág. 229).

“País historicamente marcado pela influência da religião, o Brasil encontrou no catolicismo um conjunto de valores, crenças e práticas institucionalmente organizadas e incontestavelmente hegemônicas que por quatro séculos definiram de modo coerente os limites e as interseções entre a vida pública e a privada.”(MONTES, 1998, Vol. 4, pág. 73).

Com o passar dos anos a igreja católica passou a desprender-se crescentemente de causas antes defendidas por ela veementemente, como a política e a vida pública de modo geral. As causas defendidas pelos pobres também perderam importância, fazendo com que as classes mais desfavorecidas se identificassem cada vez menos com essa nova igreja. “Sentindo-se abandonados à própria sorte, muitos deles se bandearam para o lado do protestantismo então em plena expansão, e das religiões afro-brasileiras, que enfim conquistavam reconhecimento e legitimidade no campo religioso no Brasil.” (MONTES, 1998, Vol. 4, pág. 79).

“É que, então (*na década de 70*), começa a surgir um novo tipo de igreja evangélica, inédito no Brasil, sendo as suas mais conhecidas representantes a Igreja Universal do Reino de Deus, a Igreja Internacional da Graça de Deus ou a Renascer em Cristo. Em menos de três décadas, essas igrejas conhecem um crescimento vertiginoso, diversificando suas atividades e formas de atuação a ponto de definir um perfil próprio, que as distingue entre si e mesmo no interior do campo evangélico, onde configuram o que veio a ser chamado de “neopentecostalismo” (MARIANO, apud MONTES, 1998, pág. 85). Entretanto, apesar de suas diferenças significativas, o que aproxima essas igrejas é o mesmo uso extensivo e agressivo que fazem dos meios de comunicação, principalmente o rádio e a TV, como instrumento de evangelização de massa.” (MONTES, 1998, Vol. 4, pág. 85).

“De fato, à diferenciadas igrejas pentecostais “neoclássicas” que as precederam, oriundas de empreendimentos proselitistas vindos do exterior, estas são igrejas nacionais, contando com líderes genuinamente brasileiros.” (MONTES, 1998, Vol. 4, pág. 91).

As festividades religiosas, com essa crescente mudança no papel da igreja católica, passaram a adquirir uma forte característica popular, unindo religião, música e dança. “Assim, abandonada pelas elites e pelo poder eclesiástico, a antiga glória da festa iria permanecer como memória ou forma viva apenas entre os segmentos populares – estes

mesmos a quem, no mundo colonial, se destinava a pedagogia da festa -, entre os quais desaprenderíamos, contudo, a entender a forma de *cultura*, para não ver mais que a contrafação degradada do *folclore*.”(MONTES, 1998, Vol. 4, pág. 111).

Outra forma de perda de adesão enfrentada pela igreja de modo geral foi o comparecimento às missas dominicais, principalmente por parte dos jovens. “Quanto aos jovens, já não são mais necessárias as missas e festas litúrgicas como ocasião de encontro, substituídas pela sessão de cinema ou o passeio nos shoppings centers.”(MONTES, 1998, Vol. 4, pág. 147).

“É no entanto do interior dessa civilização global, saindo de suas próprias entranhas, que hoje se assiste ao ressurgimento dessas religiões outras que ela parecia ter tragado no movimento vertiginoso de sua expansão, e que se reafirmaram como uma das linguagens por excelência de expressão da diferença, constituindo ao mesmo tempo o epicentro de um processo de transformação igualmente vertiginoso, que completa nas sociedades contemporâneas o ciclo das metamorfoses do sagrado.”(MONTES, 1998, Vol. 4, pág. 168 e 169)

Com o golpe militar de 9 de abril de 1964, o país entra em uma nova etapa de sua história, interrompendo os dezoito anos vividos em regime democrático. A política passa a refletir tanto no âmbito público quanto no privado da sociedade, principalmente para aqueles que fizeram da oposição uma escolha de vida.

“Nos regimes de força, os limites entre as dimensões pública e privada são mais imprecisos e movediços do que nas democracias. Pois, embora o autoritarismo procure restringir a participação política autônoma e promova a desmobilização, a resistência ao regime inevitavelmente arrasta a política para dentro da órbita privada.”(TAVARES e WEIS, Vol. 4, 1998, pág. 327).

A censura passa a examinar as principais formas de comunicação, como os jornais, teatros, músicas populares, filmes, etc. Para os artistas, ela torna-se uma ameaça ao sucesso de seus trabalhos e uma forma de silenciá-lo contra o regime em vigor, visto que estes compunham uma classe intelectualizada contestadora do regime em vigor.

“Uma de suas dimensões mais conhecidas foi a virulência (e a falta de inteligência) com que o regime atacou a produção artística e cultural do país – com impacto às vezes devastador sobre os seus profissionais. Só em 1969, o primeiro ano da era do AI-5, foram censurados dez filmes e cinquenta peças teatrais. (...) A repressão às atividades artísticas foi proporcional à sua importância como veículo de crítica ao autoritarismo e expressão de idéias libertárias, bem como ao prestígio público desses artistas.”(TAVARES e WEIS, Vol. 4, 1998pág. 341)

“A censura abateu-se duramente sobre músicos e compositores de oposição. Não surpreende: a canção popular, pelo lugar que ocupa na indústria cultural e na cultura da juventude, foi o mais amplo canal de denúncia do autoritarismo no Brasil.”(TAVARES e WEIS, Vol. 4, 1998pág. 345).

“Apenas uma minoria muito restrita da população de classe média intelectualizada faz da resistência ao regime uma atividade em tempo integral. Nessas circunstâncias, naturalmente, subvertiam-se de alto a baixo os padrões habituais da vida privada, então submetida aos imprevistos da luta organizada.”(TAVARES e WEIS, Vol. 4, 1998pág. 338).

A contestação tornou-se uma espécie de filosofia de vida, refletindo-se em outros cenários da vida privada não relacionados com política, como o surgimento de relacionamentos modernos, a utilização de vestuário colorido e informal, cabelos compridos, consumo de drogas ilícitas, entre outros. Essa nova mentalidade que surge com essa juventude contestadora passa a dar espaço a temas antes proibidos, como o sexo sem compromisso e o homossexualismo, vistos agora como opções válidas e aceitas.

A mídia, principalmente a televisão, passam a ter grande poder de divulgação de informações para a população. Esse poder e a sua utilização serão discutidos a seguir.

A grande abrangência da presença do televisor na sociedade brasileira é algo de peculiar que confere a este meio de comunicação grande poder e responsabilidade. Pessoas de diferentes classes sociais, sexo, idade, localização geográfica e meio de sociabilidade usufruem deste mesmo meio e possuem a alternativa de assistirem aos mesmos canais e programas, pelo menos no que tange a televisão aberta.

“A televisão oferece a difusão de informações acessíveis a todos sem distinção de pertencimento social, classe social ou região geográfica. Ao fazê-lo, ela torna disponíveis repertórios anteriormente de alçada privilegiada de certas instituições socializadoras tradicionais como a escola, a família, a Igreja, o partido político, a agência estatal . A televisão dissemina a propaganda e orienta o consumo que inspira a formação de identidades. Nesse sentido, a televisão, e a telenovela em particular, é emblemática do surgimento de um novo espaço público, no qual o controle da formação e dos repertórios disponíveis mudou de mãos, deixou de ser monopólio dos intelectuais, políticos e governantes titulares dos postos de comando nas diversas instituições estatais.”(HAMBURGER, Vol. 4, 1998, pág. 443).

“As novelas difundem, por todo o país, o que os emissores imaginam como o universo glamouroso das classes médias urbanas, com suas inquietações subjetivas, sua ânsia de modernização, sua identidade construída em torno de uma atualidade sempre renovada e exibida por meio do consumo de últimos lançamentos eletrônicos, de decoração e vestuário. Nesse mundo de ficção, a desigualdade social se resolve em geral pela ascensão social, muitas vezes via casamento.”(HAMBURGER, Vol. 4, 1998,pág. 443).

“A moda, a gíria e a música que cada novela lança transmitem uma certa noção do que é ser contemporâneo. Personagens usam telefones sem fio, celulares, faxes, computadores, trens, helicópteros, aviões, meios de comunicação e de transporte que atualizam de modo recorrente os padrões do que significa ser moderno. Os modelos de homem e mulher, de namoro e casamento, de organização familiar, divulgados pela novela e sucessivamente atualizados, amplificam para todo o território nacional as angústias privadas das famílias de classe média urbana do Rio de Janeiro e de São Paulo. A novela estabelecem padrões com os quais os telespectadores não necessariamente concordam mas que servem como referência legítima para que eles se posicionem. A novela dá visibilidade a certos assuntos, comportamentos, produtos e não a outros; ela define uma certa pauta que regula as interseções entre a vida pública e a vida privada.”(HAMBURGER, Vol. 4, 1998,pág. 443).

“A oposição entre novelas “realistas”, críticas da realidade social e política brasileira, e novelas “fantasiosas”, ou dramalhões feitos para fazer chorar, marcou o debate entre os profissionais de novela, assim como a literatura sobre o tema. A partir do final dos anos 60 e seguindo modelo proposto na Tupi, as novelas globais se contrapuseram ao estilo “fantasioso” que dominava a produção anterior, propondo uma alternativa “realista”.”(HAMBURGER, Vol. 4, 1998,pág. 463).

Os temas retratados nas novelas passam a ser de grande polêmica e relevância, como o papel da mulher na sociedade, o sexo antes do casamento, questões políticas e muitas outras que abrangem o cenário político-social em que o país está inserido.

“Esse renovado senso de contemporaneidade é fruto de uma estratégia de marketing dos produtores, que se ajusta bem às pretensões críticas dos escritores, aos objetivos

econômicos desenvolvimentistas dos militares, às suas ambições de integração nacional. Essa quase-obsessão pela conjuntura e a moda se acomoda também à estrutura seriada e interativa do folhetim, e mobiliza repetidamente a matriz melodramática convencional.”(HAMBURGER, Vol. 4, 1998,pág. 467).

“Mas nos anos 70 o ritmo das transformações na maneira como as novelas representaram os tipos ideais de mulher, de relações amorosas e de estrutura familiar acelerou-se. O privilégio do beijo seria rapidamente substituído por uma liberalização crescente das novelas, que adentraram os aposentos íntimos dos personagens; cenários de quarto, casais na cama e gestos que simbolizam o orgasmo passaram a ser admitidos.”(HAMBURGER, Vol. 4, 1998,pág. 471).

“Pesquisas de opinião, revistas especializadas em comentários e fofocas sobre novelas, cadernos especiais de jornais diários, programas de rádio e de televisão, cartas d fãs, trilhas sonoras, grifes de roupas, espetáculos teatrais e anúncios comerciais com atores pertencentes a elencos de novelas que estão no ar são alguns mecanismos atuantes sobretudo nas cidades grandes e que alimentam todos os dias a conversa envolvente sobre novela.”(HAMBURGER, Vol. 4, 1998,págs. 479 e 481).

A industrialização do país deu-se efetivamente neste período, mais precisamente entre 1950 e o fim da década de 70, em moldes de produção e consumo imitando as grandes economias modernas mundiais. Aqui produzia-se de tudo, desde a indústria pesada até os mais supérfluos bens de consumo, passando por novidades eletrodomésticas (como o ferro elétrico e o fogão a gás) e a praticidade de alimentos industrializados (aqui introduzidos em ampla variedade)

“Os avanços produtivos acompanharam-se de mudanças significativas no sistema de comercialização. As duas grandes novidades foram certamente o supermercado e o shopping center. (...) O shopping center, o primeiro do Brasil, o Iguatemi, em São Paulo, inaugurado em 1966, transformou-se num verdadeiro templo do consumo e do lazer, cheio de lojas que vendem quase tudo, de cinemas, de doceiras, cafés, lanchonetes, *fast-*

foods etc. Mas, ao lado do supermercado e do shopping center, surgem, também, as grandes cadeias de lojas de eletrodomésticos, a revendedora de automóveis. As lojas de departamento, como o Mappin e a Mesbla, buscam clientes de faixas mais baixas de renda, em vez de seus tradicionais, de elite e de classe média alta, que se deslocaram para a loja ou a boutique elegante.”(CARDOSO DE MELLO e NOVAIS, Vol. 4, 1998, págs. 566 e 567).

Com essa nova gama de produtos revigorando o consumo interno do país, temos uma mudança no que tange os mais diferentes aspectos da vida privada dos brasileiros: uma melhoria na higiene da casa e pessoal (através da difusão de hábitos como escovar os dentes e utilização de desodorante pelas classes de menor renda), maquiagem e beleza, vestuário (peças mais baratas através da produção em massa, surgimento da calça jeans e de camisetas coloridas e estampadas, incorporação da roupa masculina no vestuário feminino a partir de 1960, saias mais curtas, biquínis, soutiens, foram apenas algumas de tantas transformações ocorridas nesse sentido).

“Vai desaparecendo, para homens e mulheres, a distinção rígida entre a roupa de ficar em casa e o traje de sair, de sair para a cidade, para visitar o fulano ou sicrano, de ir à missa todos os domingos, de ir às festas.”(CARDOSO DE MELLO e NOVAIS, Vol. 4, 1998,pág. 572).

A transformações não são restritas apenas ao consumo, estendendo-se também para os relacionamentos entre homens e mulheres, agora mais compreensivos e menos hierarquizados. No que diz respeito a educação de crianças e jovens, “A educação das crianças perdeu seus aspectos francamente autoritários: o uso da violência foi justamente condenado; a comunicação e o diálogo ganharam força. Triunfou a liberdade sexual entre os jovens.”(CARDOSO DE MELLO e NOVAIS, Vol. 4, 1998,pág. 653)

“Na ausência de valores nos quais os pais possam se apoiar para modelar o caráter dos filhos e restringir seus desejos de gratificação imediata, as crianças e os adolescentes

ficam desnorteados, sem parâmetros que regulem seu comportamento social.”(CARDOSO DE MELLO e NOVAIS, Vol. 4, 1998,pág. 654)

Voltando ao consumo, este estende-se apenas à classes de maiôs poder aquisitivo e a recém formada classe média, excluindo uma massa de indivíduos sem renda suficiente para a simples sobrevivência.

“É a alta renda de todos estes grupos – dos que dirigem a maquinaria capitalista (grandes, pequenos e médios empresários, o pessoal de direção da empresa privada). Dos que estão na cúpula do Estado e de todos que cuidam dos endinheirados – que alimenta o mercado de consumo de luxo, de bens ou serviços.”(CARDOSO DE MELLO e NOVAIS, Vol. 4, 1998,pág. 630)

“A nova classe média está, em geral, plenamente integrada nos padrões de consumo moderno de massas, de alimentação, de higiene pessoal e beleza, de higiene da casa. Tem todas as maravilhas eletrodomésticas, inclusive a TV em cores, 21 polegadas. (...) Tem telefone. Tira férias e viaja com a família pelo Brasil, de avião ou de carro; hospeda-se em hotéis “razoáveis”. Mas talvez o símbolo de status mais significativo seja o automóvel.”(CARDOSO DE MELLO e NOVAIS, Vol. 4, 1998,págs. 631 e 632).

“Exposta ao impacto da indústria cultural, centrada na televisão, *a sociedade brasileira passou diretamente de iletrada e deseducada a massificada, sem percorrer a etapa intermediária de absorção da cultura moderna.* “(CARDOSO DE MELLO e NOVAIS, Vol. 4, 1998,pág. 640)

A partir da década de 80, temos uma difusão do debate sobre a questão da violência em todo o país, principalmente em grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro, tornando-o uma das preocupações centrais da população de forma geral. A mídia passa a veicular diariamente matérias sobre o assunto, vulgarizando e banalizando o mesmo perante a sociedade.

“Em veículos que passam um discurso da seriedade, o próprio conceito de violência tem sido usado de maneira abusiva para encobrir qualquer acontecimento ou problema visto como socialmente ruim ou ideologicamente condenável, resultando disso a confusão com a desigualdade social, a miséria e outros fenômenos. Como efeito não previsto nem desejado, em todos os veículos, outra distorção do fenômeno “mediatizado” torna-se presente nas subjetividades dos que cometem os atos violentos.”(ZALUAR, Vol. 4, 1998,pág. 247).

“O quadro é, assim, paradoxal. Os que mais padecem enquanto vítimas da violência difusa e privatizada são também os mais apontados como seus agentes. A pobreza é o determinante, ora da vitimização, ora da ação violenta.”(ZALUAR, Vol. 4, 1998,pág. 252).

Um grande problema ao se tentar entender e analisar o problema da violência no país é a impossibilidade de determinação de causas e atores sociais precisos. Tem-se apenas um emaranhado de fatores de grande participação no problema, como o comércio de drogas, responsável por incitar a violência e a criminalidade. No caso brasileiro, o aumento do fluxo deste comércio deu-se na década de 80, e seu principal produto é a cocaína.

Outros aspectos relevantes são a nova estrutura familiar, menos coesa e muitas vezes composta por apenas um responsável, o trabalho infantil como tentativa de aumento da restrita renda familiar, o mercado ilegal de contrabando como alternativa para o desemprego, o ineficiente sistema de Justiça vigente no país.

“Dentro da família, as divisões e afastamentos se dão pelo pertencimento a diferentes comandos (o Vermelho, o Terceiro, o Negro), e por posições diferentes na trincheira da guerra que às vezes separa polícia e bandido, soldado de suboficial e de bandido, assim como pela conversão às igrejas pentecostais, que proíbem o contato com as outras religiões, apresentadas via Embratel e satélite como manifestações do diabo. O processo

de globalização de cultura, efetivado pela rápida difusão dos novos estilos de cultura jovem, transformou em parte os jovens em consumidores de produtos especialmente fabricados para eles: vestimentas, estilos musicais, drogas ilegais.”(ZALUAR, Vol. 4, 1998,pág. 290).

“Exatamente por estar num meio social pobre, no qual a solidariedade e a necessidade de cooperar sempre foram marcas, a quadrilha, enquanto um dos centros de reprodução da criminalidade como meio de vida – ensino das técnicas, transmissão de valores e de histórias de seus personagens, internalização das regras de organização -, opõe-se à família e com ela compete, bem como com outras formas de organização vicinal: os times esportivos, os blocos de Carnaval e as escolas de samba.”(ZALUAR, Vol. 4, 1998,pág. 297).

“O próprio funcionamento ineficiente e iníquo do sistema de justiça no Brasil certamente teve um papel crucial no modo como a crise da moralidade, o enfraquecimento do etos do trabalho, a importância cada vez maior do lazer e do prazer de gastar na sociedade de consumo, bem como as novas organizações transacionais, inclusive as criminais, vieram a se concretizar nesse país.”(ZALUAR, Vol. 4, 1998,pág. 305).

“É imprescindível a recuperação das redes de sociabilidade vicinal e o fortalecimento das organizações vicinais, com a participação efetiva dos moradores no espaço público construído pela crítica social que desenvolveram no passado, assim como no processo recente de decisão sobre a urbanização de favelas, sobre a distribuição dos serviços e recursos do Estado, revitalizando sua tradição política baseada no associativismo, na produção e crítica cultural, bem como na festa. Essa prática social é indispensável para se desconstruir a violência difusa, que está em toda a parte porque tomou conta de corações e mentes, principalmente dos homens mais jovens que se trata de reconquistar.”(ZALUAR, Vol. 4, 1998,pág. 318).

Um tema de grande importância a ser retratado, como pode ser percebido, é a família brasileira e as mudanças ocorridas em sua estrutura e comportamento através dos anos, como veremos a seguir.

“Pode-se dizer que, do ponto de vista demográfico e estatístico, mudanças e permanências vêm marcando a estrutura familiar brasileira nas últimas décadas. O caráter nuclear da família, isto é, casal com ou sem filhos, continua predominante, mas o “tamanho” da família diminuiu, e cresceu o número de uniões conjugais sem vínculos legais e de arranjos monoparentais – aqueles caracterizados pela presença do pai com filhos ou da mãe com filhos, contando ou não com outros parentes habitando conjuntamente.”(BERQUÓ, Vol. 4, 1998, pág. 414)

“O comportamento matrimonial dos brasileiros nas últimas décadas alterou-se em alguns aspectos, mantendo-se em outros. Aumentou o número de separações e divórcios, conservou-se o da média das idades ao casar, e o papel das uniões não legalizadas cresceu na preferência das pessoas.”(BERQUÓ, Vol. 4, 1998, pág. 415).

“O fato de os homens se casarem com mulheres mais jovens é uma constante praticamente universal e, segundo parte significativa das interpretações (GUTTENTAG e SECORD, in: Too many Women?, apud BERQUÓ, 1998, pág. 417), deve-se às relações de poder entre os sexos.”(BERQUÓ, Vol. 4, 1998, pág. 417).

“A restrição civil a casamentos legais de mulheres com menos de dezesseis anos e homens com menos de dezoito não explica, por si só, a elevada taxa de uniões não legalizadas. A transitoriedade que caracteriza essa fase da vida, aliada à percepção da instabilidade do vínculo conjugal de seus familiares e amigos, pode levar os jovens a buscar formas de união mais coerentes com seu estilo de vida.”(BERQUÓ, Vol. 4, 1998, pág. 421).

“Morar sozinho em um domicílio é uma situação que apresenta índices ascendentes no conjunto dos arranjos domésticos.”(BERQUÓ, Vol. 4, 1998, pág. 432)

CONCLUSÃO

Por este projeto procurou-se remontar a trajetória do lazer no Brasil de acordo com uma investigação do cotidiano de vida privada dos habitantes do país, desde seu descobrimento em 1500 até a atualidade, abrangendo as mais diferentes classes sociais e estilos de vida de uma terra tão particular em suas diferenças.

Primeiramente vimos que o surgimento da própria privacidade acompanhou o desenvolvimento da América portuguesa, inicialmente sem uma distinção clara entre o público e o privado, dada as condições em que a vida ocorria: baixa densidade populacional, grande mobilidade geográfica e quase nenhuma infra-estrutura. Tem-se aqui práticas simples e raras de lazer, como jogos, banhos de rios e outras brincadeiras.

A presença dos livros não era muito considerável, vista a baixa taxa de alfabetização da população em geral. As festas e comemorações, talvez única forma de sociabilidade entre os colonos, ocorriam no âmbito público e tinha caráter religioso. Outro fator significativo de sociabilidade e confraternização eram as visitas, feitas sem hora marcada ou aviso prévio. O trabalho era realizado no próprio domicílio, principalmente no que diz respeito às mulheres, e as atividades de lazer dos colonos muitas vezes se confundiam com as de caráter de subsistência.

Com a chegada da corte em 1808, temos um grande fluxo de importações que trouxeram para território nacional bens de consumo e lazer, como livros, instrumentos musicais (o piano, principalmente), mobiliário, louças e outros aparatos domésticos, tecidos e vestimentas, entre outros.

Com a chegada da música, tem-se um desenvolvimento de ritmos e danças e a presença de bailes e saraus, restritos a uma elite ociosa. Estes eventos procuravam em tudo imitar o modelo das cortes européias, tido como sinônimo de bom gosto e requinte.

Neste período há uma clivagem clara das celebrações dos pobres e dos ricos, dos batuques dos escravos e outras festas populares em relação aos bailes da corte supramencionados.

Com a chegada da eletricidade no Rio de Janeiro em 1860, as famílias passam a expor-se em confeitarias e cafés durante à noite, o que ocorria anteriormente apenas em teatros e missas dominicais.

O luxo e a opulência eram encontrados em uma elite imperial e na alta sociedade bahiana, através de vestimentas, jóias, perucas e outros artigos. A corte era, assim, uma espécie de modelo a ser seguido. Os barões de café imitavam os costumes lá desenvolvidos, suas festas, bailes, saraus. Além dos bailes e saraus, outros entretenimentos eram comuns às famílias abastadas do Vale do Paraíba: jogos de cartas, dados, bilhar, entre outros. Na corte eram adquiridos utensílios como roupas, jóias, tecidos, pratarias, móveis e tudo o mais que lá existisse ou que pudesse importar de Paris, evidenciando um consumo ostentatório.

Com a chegada dos imigrantes durante o século XIX, o país presencia uma grande mistura de hábitos e culturas. Tem-se uma tendência de formação de núcleos de cada nacionalidade aqui encontrada, em uma tentativa de remontar o ambiente vivido na pátria de origem dessas pessoas.

A sociabilidade entre as pessoas vê-se prejudicada em um país com tamanha extensão territorial e baixa densidade populacional, como a América portuguesa. Com a chegada de muitos contingentes populacionais (tanto cativos quanto imigrantes livres) esse quadro vai revertendo-se. As missas eram, originalmente, um dos principais eventos sociais. Com a chegada do Império e da luz, temos o surgimento de festas, bailes e saraus e a presença de cafés e restaurantes, ambientes restritos à elite. À população, restava as frequentes visitas casuais que não precisavam de convite ou hora marcada.

As cidades, dadas as fortes correntes migratórias desencadeadas pela abolição e pelo contingente imigrante aqui estabelecido nesse período, sofreram um aumento populacional grandioso, dando origem a uma espécie de inchaço urbano, visto que tal fenômeno não pode ser denominado desenvolvimento uma vez que tornou-se aparente a incapacidade destes centros urbanos de comportar dignamente toda a população presente. O imigrante pobre e recém chegado a metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro era obrigado a viver em cortiços, local de privacidade quase inexistente.

Com a chegada da República tem-se, em centros urbanos e culturais como a cidade do Rio de Janeiro da época, uma tentativa de modernizar pensamentos e idéias vigentes na vida privada dos indivíduos, em uma tentativa de, mais uma vez, imitar os padrões europeus em plena Belle Époque.

As mudanças que o país sofreu, tanto espacialmente na reestruturação das grandes metrópoles como comportamentalmente na modernização do pensar, foram devidamente documentadas através da imagem fotográfica, mais um advento desta modernidade, através de cartões-postais, retratos profissionais e amadores.

Os hábitos e costumes da população tiveram que adaptar-se ao que era dito como de bom gosto pela capital do país e centro cultural. As novas regras, desde comportamentais até modismos de vestuário e outros bens de consumo, foram cuidadosamente seguidas pelos indivíduos de classes mais favorecidas, cujas condições permitiam tais caprichos.

Em se tratando de veículos, esses rapidamente despertaram a cobiça da população e a sua posse tornou-se sinônimo de status para os homens. O país, no entanto, não possuía a infraestrutura necessária para recebe-los, desencadeando um resultado caótico.

Uma importante mudança cultural foi o desenvolvimento de uma cultura do esporte ligada à saúde, que refletiu na moda e nos padrões de beleza da sociedade. Tais padrões e

modismos eram, como se previa, importados da Europa e difundidos através das revistas, periódicos, televisão e outros meios de comunicação.

Os meios de comunicação deve-se ressaltar o papel da televisão brasileira na sociedade. A grande abrangência da presença do televisor na sociedade brasileira é algo de peculiar que confere a este meio de comunicação grande poder e responsabilidade. Pessoas de diferentes classes sociais, sexo, idade, localização geográfica e meio de sociabilidade usufruem deste mesmo meio e possuem a alternativa de assistirem aos mesmos canais e programas, pelo menos no que tange a televisão aberta.

Os programas de forma geral e, principalmente, as novelas passam a ditar modismos, promover bens de consumo, difundir estilos musicais, levantar polêmicas e discutir tabus por toda a população. A televisão estabelece os padrões da vida contemporânea, seguidos em diferentes escalas por todas as classes sociais.

Com o golpe militar de 9 de abril de 1964, o país entra em uma nova etapa de sua história, interrompendo os dezoito anos vividos em regime democrático. A política passa a refletir tanto no âmbito público quanto no privado da sociedade, principalmente para aqueles que fizeram da oposição uma escolha de vida.

A censura passa a examinar as principais formas de comunicação, como os jornais, teatros, músicas populares, filmes, etc. Para os artistas, ela torna-se uma ameaça ao sucesso de seus trabalhos e uma forma de silenciá-lo contra o regime em vigor, visto que estes compunham uma classe intelectualizada contestadora do regime em vigor.

A contestação tornou-se uma espécie de filosofia de vida, refletindo-se em outros cenários da vida privada não relacionados com política, como o surgimento de relacionamentos modernos, a utilização de vestuário colorido e informal, cabelos compridos, consumo de drogas ilícitas, entre outros. Essa nova mentalidade que surge com essa juventude contestadora passa a dar espaço a temas antes proibidos, como o sexo sem compromisso e o homossexualismo, vistos agora como opções válidas e aceitas.

A industrialização do país deu-se efetivamente neste período, mais precisamente entre 1950 e o fim da década de 70, em moldes de produção e consumo imitando as grandes economias modernas mundiais. Aqui produzia-se de tudo, desde a indústria pesada até os mais supérfluos bens de consumo, passando por novidades eletrodomésticas (como o ferro elétrico e o fogão a gás) e a praticidade de alimentos industrializados (aqui introduzidos em ampla variedade).

Com essa nova gama de produtos revigorando o consumo interno do país, temos uma mudança no que tange os mais diferentes aspectos da vida privada dos brasileiros: uma melhoria na higiene da casa e pessoal (através da difusão de hábitos como escovar os dentes e utilização de desodorante pelas classes de menor renda), maquiagem e beleza, vestuário (peças mais baratas através da produção em massa, surgimento da calça jeans e de camisetas coloridas e estampadas, incorporação da roupa masculina no vestuário feminino a partir de 1960, saias mais curtas, biquínis, soutiens, foram apenas algumas de tantas transformações ocorridas nesse sentido).

Buscou-se, assim, possibilitar uma espécie de remontagem da vida da população dentro da história do país, investigando o lazer na vida privada dos indivíduos. A diferença temporal e a especificidade de cada estilo de vida remontado torna impossível uma linearidade homogênea em todo o estudo realizado. Constata-se, no entanto, a falta de caracterização de uma população essencialmente brasileira, e sim um grande caldeirão de mistura de raças, costumes e culturas, trazendo a necessidade de importar, em diferentes momentos históricos, modelos de comportamento, consumo e estilo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: NOVAIS, Fernando (org) et al. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, vol. 1, São Paulo: Cia das Letras, 1997.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, Fernando (org) et al. *História da Vida Privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*, vol.2, São Paulo: Cia das Letras, 1997.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de e RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: NOVAIS, Fernando (org) et al. *História da Vida Privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*, vol.2, São Paulo: Cia das Letras, 1997.

ALMEIDA, Maria Ermínia Tavares de e WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição da classe média ao regime militar. In: NOVAIS, Fernando (org) et al. *História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*, vol.4, São Paulo: Cia das Letras, 1998.

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privado dos pobres do campo. In: NOVAIS, Fernando (org) et al. *História da Vida Privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*, vol.3, São Paulo: Cia das Letras, 1998.

BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: NOVAIS, Fernando (org) et al. *História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*, vol.4, São Paulo: Cia das Letras, 1998.

CASTRO, Hebe M. Mattos. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: NOVAIS, Fernando (org) et al. *História da Vida Privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*, vol. 2, São Paulo: Cia das Letras, 1997.

FAUSTO, Boris. Imigração: cortes e continuidades. In: NOVAIS, Fernando (org) et al. *História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*, vol.4, São Paulo: Cia das Letras, 1998.

GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando (org) et al. *História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*, vol.4, São Paulo: Cia das Letras, 1998.

HAMBURGER, Esther. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: NOVAIS, Fernando (org) et al. *História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*, vol.4, São Paulo: Cia das Letras, 1998.

JANCSÓ, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: NOVAIS, Fernando (org) et al. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, vol.1, São Paulo: Cia das Letras, 1997.

MALUF, Marina e MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando (org) et al. *História da Vida Privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*, vol.3, São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: NOVAIS, Fernando (org) et al. *História da Vida Privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*, vol.3, São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: NOVAIS, Fernando (org) et al. *História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*, vol.4, São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. A opulência na província da Bahia. In: NOVAIS, Fernando (org) et al. *História da Vida Privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*, vol.2, São Paulo: Cia das Letras, 1997.

MELLO, Evaldo Cabral de. O fim das casas-grandes. In: NOVAIS, Fernando (org) et al. *História da Vida Privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*, vol. 2, São Paulo: Cia das Letras, 1997

MELLO, João Manuel Cardoso de e NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, Fernando (org) et al. *História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*, vol.4, São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MONTES, Maria Lúcia. As figuras do sagrado: entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando (org) et al. *História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*, vol.4, São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: NOVAIS, Fernando (org) et al. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, vol. 1, São Paulo: Cia das Letras, 1997.

NAUAD, Ana Maria. Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado. In: NOVAIS, Fernando (org) et al. *História da Vida Privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*, vol. 2, São Paulo: Cia das Letras, 1997.

NOVAIS, Fernando. Condições da privacidade na colônia. In: NOVAIS, Fernando (org) et al. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, vol. 1, São Paulo: Cia das Letras, 1997.

PRIORE, Mary del. Ritos da vida privada. In: NOVAIS, Fernando (org) et al. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, vol. 1, São Paulo: Cia das Letras, 1997.

REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: NOVAIS, Fernando (org) et al. *História da Vida Privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*, vol. 2, São Paulo: Cia das Letras, 1997.

SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na República. In: NOVAIS, Fernando (org) et al. *História da Vida Privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*, vol.3, São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Cartões-postais, álbuns de família e ícones de intimidade. In: NOVAIS, Fernando (org) et al. *História da Vida Privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*, vol.3, São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: NOVAIS, Fernando (org) et al. *História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*, vol.4, São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: NOVAIS, Fernando (org) et al. *História da Vida Privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*, vol.3, São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no Oeste paulista. In: NOVAIS, Fernando (org) et al. *História da Vida Privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*, vol. 2, São Paulo: Cia das Letras, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: NOVAIS, Fernando (org) et al. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, vol. 1, São Paulo: Cia das Letras, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e. Conclusão. In: NOVAIS, Fernando (org) et al. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, vol. 1, São Paulo: Cia das Letras, 1997.

VAIFAS, Ronaldo. Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista. In: NOVAIS, Fernando (org) et al. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, vol. 1, São Paulo: Cia das Letras, 1997.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando (org) et al. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, vol. 1, São Paulo: Cia das Letras, 1997.

WISSEMBACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: NOVAIS, Fernando (org) et al. *História da Vida Privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*, vol.3, São Paulo: Cia das Letras, 1998.

ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In: NOVAIS, Fernando (org) et al. *História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*, vol.4, São Paulo: Cia das Letras, 1998.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor W. *Prismas* (trad. esp.), Barcelona, Ariel, 1962.

ANDERSON, Gail-Nina e WRIGHT, Joanne. *The Pursuit of Leisure: Victorian Depictions of pastimes*. Catálogo da exposição do mesmo nome, na Djanogly Art Gallery e no Royal Albert Memorial Museum, em Londres, 1997, que teve as duas autoras como curadoras

ARIES, Philippe e Georges DUBY (orgs.) *História da Vida Privada*. S.Paulo, Cia. das Letras, 1990 vol. 2 e segs.

NOVAIS, Fernando (coordenador da coleção) *História da Vida Privada no Brasil*, 4 volumes, São Paulo: Cia. Das Letras 1998.

BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*, (trad. port.) S.Paulo, Perspectiva, 1974.

BOURDIEU, Pierre. *La Distinction*. Paris, Minuit, 1979.

BOWDEN, Sue and Avner Offer “Household appliances and the use of time: the United States and Britain since the 1920s” *The Economic History Review*, vol. XLVII, NR 4, November 1994, Oxford, pp. 725-748. 1994.

BRAUDEL, Fernand. *Civilization and Capitalism 15th-18th century. Vol. 1, The Structures of Everyday Life*. Berkeley, Los Angeles: Univ. of California Press, chaps. 3 and 4. 1992.

BUTSCH, Richard. (ed.) *For Fun and Profit*. Philadelphia, Temple University Press, 1990.

BUSHMAN, Richard L. *The Refinement of America- persons, houses, cities* New York: Vintage Books, 1993.

CROSS, Gary *A Social Theory of Leisure since 1600*. State College, PA: Venture Publishing Inc, 1990.

CARSON, Cary; Ronald HOFFMAN and Peter J. ALBERT (eds.) *Of Consuming Interests - The Style of Life in the Eighteenth Century*. Charlottesville and London: University Press of Virginia. 1994.

DE GRAZIA, Sebastian. *Of Time, Work and Leisure*. New York: Vintage Books, 1994

ELIAS, Norbert. *The Civilizing Process* (trad. ingl.), Oxford, Blackwell, 1994 (1ª ed. alemã 1939).

FEATHERSTONE, Mike. *Consumer Culture and Postmodernism*. London: Sage. 1991

FRIEDMANN, Georges and NAVILLE, Pierre (ed.) *Tratado de Sociologia do Trabalho*, S. Paulo, Cultrix/USP. (1973) Trad port de *Traité de Sociologie du Travail*, 1961

GEERTZ, Clifford. *The Interpretation of Cultures*. USA, Basic Books, 1973.

GOMES, Laura, G; Barbosa, Livia e Drummond, José A . *O Brasil não é para principiantes*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

GRANGER-JONES, Byron. *Managing Leisure*. Oxford: Butterworth Heinemann, 1999.

HOLTON, Robert J. *Economy and Society*. London, Routledge, 1992.

JAMESON, Fredric. *Postmodernism, or, The Cultural Logic of Late Capitalism*. London, Verso, 1991.

KRAUS, Richard. *Leisure in a Changing America*. New York: MacMillan College Publishing Co, 1994.

LEE, Martyn J. *Consumer Culture Reborn*. London, Routledge, 1993.

LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. (Trad. port.). S.Paulo, Companhia das Letras, 1989

- MacFARLANE, Alan. *História do Casamento e do Amor*.(Trad. port.) S.Paulo, Cia. das Letras,1990.
- MANCHESTER, William. *A World lit only by fire*. Boston e New York, Back Bay Books,1993.
- MARCHAND, Roland. *Advertising the American Dream*. Berkeley, University of California Press,1986 (first ed. 1985).
- McCRACKEN, Grant David. *Culture and Consumption - New Approaches to the Symbolic Character of Consumer Goods and Activities*. Bloomington and Indianapolis, Indiana University Press, 1990(1ª ed.).
- McKENDRICK, Neil, John Brewer and J.H. Plumb, *The Birth of a Consumer Society: The Commercialization of Eighteenth-Century England*, Bloomington: Indiana University Press,1982.
- PEISS, Kathy. *Cheap Amusements*. Philadelphia: Temple Univesity Press, 1986.
- REARIC, Charles. *Pleasures of the Belle Epoque*. New Haven e London: Yale Unversirty Press,1985.
- RIBEIRO, Darcy. *Os Brasileiros, Livro I:Teoria do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- SCHOR, Juliet. B. *The Overworked American*. New York: Basic Books,1992.
- SCHOR, Juliet B. *The Overspent American*. New York : Basic Books 1998.
- SCHWARTZ, Vanessa R. *Spectacular Realities*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1998.
- SIMMEL, G. 1904 “Fashion”, *International Quarterly* 10 : 130-155.
- SMITH, Bonnie G. *Ladies of the Leisure Class*. Princeton: Princeton, University Press, 1981.
-

SZTOMPKA, Piotr. *The Sociology of Social Change*. Cambridge (US), Blackwell, 1994. (first published in Oxford, UK, 1993).

STRUNA, Nancy L. *People of Prowess*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 1996.

TARDE, Gabriel. de 1962 *The Laws of Imitation*, Gloucester,, MA: P. Smith.

TRIBE, John, *The Economics of Leisure and Tourism*. Oxford (e outras cidades) Butterworth Heinemann, 1998.

TRIGO, *Viagem na memória : guia histórico d ...*

VEBLEN, Thorstein. *Teoria de la Clase Ociosa*. (trad. esp.) Mexico, FCE, 1966. (1ª ed ingles, 1899)

WERNECK, Christiane. *Lazer, Trabalho e Educação*. Belo Horizonte, CELAR, DEF, ED. UFMG, 2000.

WILLIAMS, Raymond. *The Long Revolution*. London, The Hogarth Press, 1992 (first published 1961).

WILLIAMS, Rosalind H. *Dreamworlds: Mass Consumption in Late Nineteenth Century France*, Berkeley, University of California Press, 1982.

WITHEY, Linne. *Grand Tours and Cook's Tours- A History of leisure travel*. New York: William Morrow, 1997

Anais ANPAD

SLONGO, Luiz Antonio e MEIRA, Paulo Ricardo *De templo de consumo a templo de lazer - O shopping center como provedor de lazer e entretenimento a seus clientes*. 1998

Artigos de Periódicos – ProQuest

Access No: 00383863 ProQuest ABI/INFORM (R) Global Edition
Title: An Analysis of State Image Change over a Twelve-Yea Period (1971-1983)
Authors: Gartner, William C; Hunt, John D
Journal: Journal of Travel Research (JTR) ISSN: 0047-2875
Vol: 26 Iss: 2 Date: Fall 1987 p: 15-19
Illus: Graphs; References
Subjects: Image; Tourism; Studies; Perceptions; Statistical data;

Market research; Recreation; Leisure; Marketing;
Correlations
Geo Places: Utah
Codes: 7100 (Market research); 9140 (Statistical data); 9190
(United States)

Access No: 00741235 ProQuest ABI/INFORM (R) Global Edition
Title: Strategy and tactics: Marketing leisure facilities
Authors: Dibb, Sally; Simkin, Lyndon
Journal: Service Industries Journal [SIJ] ISSN: 0264-2609
Vol: 13 Iss: 3 Date: Jul 1993 p: 110-124
Illus: Charts; References
Reprint: Contact UMI for article reprint (order no. 16436.01).
Restrictions may apply.
Subjects: Studies; Marketing management; Strategic planning;
Service industries; Leisure
Geo Places: UK
Codes: 9175 (Western Europe); 9130 (Experimental/theoretical);
7000 (Marketing); 2310 (Planning); 8300 (Other services)

Access No: 00799139 ProQuest ABI/INFORM (R) Global Edition
Title: Good guest work
Authors: Nutley, Michael
Journal: Marketing Week [MWE] Vol: 16 Iss: 7 Date: Apr 23, 1993
p: 35-38
Reprint: Contact UMI for article reprint. Restrictions may apply.
Subjects: Marketing; Advertising; Leisure; Entertainment industry;
Trends; Techniques
Geo Places: UK
Codes: 9175 (Western Europe); 7000 (Marketing); 8307
(Entertainment industry)

Access No: 00922713 ProQuest ABI/INFORM (R) Global
Title: The importance of servicescapes in leisure service settings
Authors: Wakefield, Kirk L; Blodgett, Jeffrey G
Journal: Journal of Services Marketing [JSV] ISSN: 0887-6045
Vol: 8 Iss: 3 Date: 1994 p: 66-76
Illus: Charts; Appendix; References
Reprint: Contact UMI for article reprint (order no. 16364.00). Restrictions may apply.
Subjects: Studies; Statistical analysis; Service industries; Leisure; Customer satisfaction;
Interior design; Marketing
Geo Places: US
Codes: 9190 (United States); 7000 (Marketing); 8300 (Other
services); 9130 (Experimental/theoretical)

Access No: 01888404 ProQuest ABI/INFORM (R) Global
Title: MGA provides WC for leisure sites
Authors: Gjertsen, Lee Ann

Journal: National Underwriter [Property & Casualty/Risk & Benefits
Management] [NUN] ISSN: 1042-6841

Vol: 103 Iss: 37 Date: Sep 13, 1999 p: 23

Reprint: Contact UMI for article reprint (order no. 2017.00).

Restrictions may apply.

Companies: High Performance Programs Group

Subjects: Workers compensation; Insurance agents & brokers; Tourist
attractions; Special events; Leisure; Niche marketing; Underwriting

Geo Places: US

Codes: 9190 (United States); 8220 (Property casualty insuran 7000 (Marketing)

Access No: 01796732 ProQuest ABI/INFORM (R) Global

Title: The role of satisfaction with leisure travel/tourism services and experience in
satisfaction with leisure life and overall life

Authors: Neal, Janet D; Sirgy, M Joseph; Uysal, Muzaffer

Journal: Journal of Business Research [JBU] ISSN: 0148-2963

Vol: 44 Iss: 3 Date: Mar 1999 p: 153-163

Illus: Charts; Appendix; References

Reprint: Contact UMI for article reprint (order no. 42222.00). Restrictions may apply.

Subjects: Tourism; Studies; Attitudes; Quality of life; Marketing; Effects

Geo Places: US

Codes: 8380 (Hotel & restaurant industries); 9130 (Experimental/theoretical); 7000
(Marketing); 9190 (United States)

Access No: 01594079 ProQuest ABI/INFORM (R) Global

Title: Time is new currency in quick-fire economy

Authors: Mitchell, Alan

Journal: Marketing Week [MWE] ISSN: 0141-9285

Vol: 20 Iss: 45 Date: Feb 19, 1998 p: 42-43

Reprint: Contact UMI for article reprint. Restrictions may apply.

Subjects: Social conditions & trends; Marketing; Time; Competition;
Consumer behavior; Retailing; Leisure

Geo Places: UK

Codes: 9175 (Western Europe); 7100 (Market research); 8390 (Retail stores)

ANEXO - AS FICHAS

História da Vida Privada no Brasil. *Vol.1 – Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*

1) Condições da Privacidade na Colônia – Fernando A. Novais

1. visão geral do capítulo

Procura-se retratar, neste livro como um todo, “as estruturas mais gerais do universo colonial e as expressões do privado no seu cotidiano” (pág. 16). Esta tarefa torna-se um pouco difícil se considerarmos que “a privacidade vai abrindo caminho não só em contraponto com a formação do Estado, mais ainda com a gestação da nacionalidade”.

Em termos demográficos, a intensa mobilidade aparece como grande característica da população (contínua chegada de novos contingentes populacionais). Esta, além de móbil, era instável e dispersa, criando dificuldade de sedimentação de laços entre as pessoas. Isto ainda era agravado pela característica de itinerância de uma colonização do tipo *plantation*.

Outra importante característica da população é sua diversidade, já que o *melting-pot* colonial é composto por contingentes diferentes, como os colonizadores (europeus), nativos (ameríndios) e escravos africanos. Os dois últimos ainda possuíam grande diversidade interna.

Há, no período analisado, uma grande clivagem dividindo a população em dois pólos: “os que são compelidos ao trabalho e aqueles que os compelem, os dominadores e os dominados, os senhores e os escravos” (pág 27).

2. aspectos mais relevantes:

“A atitude em face do trabalho, decisiva em qualquer formação social, fica marcada pelo estigma insuperável que identifica trabalho com servidão, lazer com dominação” (pág.30).

História da Vida Privada no Brasil

Vol.1 – Cotidiano e vida privada na América Portuguesa

2) Formas Provisórias de Existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações – Laura de Mello e Souza

1. visão geral do capítulo

Este capítulo busca retratar as privacidades insólitas e improvisadas, características de habitantes de aldeias e vilarejos distantes da costa brasileira, durante o processo de colonização portuguesa, onde não havia influência européia mais imediata. Essas formas variadas e originais de convívio íntimo surgiram como modo encontrado pelos colonos “para poderem suportar melhor o imprevisível de situações inéditas e neutralizar a angústia ante seus desdobramentos” (pág 44).

“Como decorrência do caminho, do movimento, constituiu-se a civilização paulista” (FREI VICENTE DO SALVADOR, pág. 42-43 apud SOUZA, 1997, pág. 45), na qual se desenvolveram hábitos próprios, tributários dos indígenas e incorporados mesmo por aqueles que haviam nascido na Europa. Costumavam andar a pé improvisando sua subsistência em um meio hostil, como por exemplo, no que tange à alimentação: coleta, caça, pilhagem, plantio de roças de subsistência (que colhiam na volta ou seriam usufruídas por outros sertanistas), entre outros. Outros obstáculos a ser enfrentados pelos sertanistas eram as mais variadas castas de animais, e nem sempre era possível defender-se delas. O meio fornecia remédios para diversos tipos de doenças que abatiam os sertanistas, receitas essas conhecidas em todo o Brasil da época, por “remédios dos paulistas”. Tais remédios eram complementados por outros levados pelos viajantes.

Se mortes ocorressem no sertão, “reproduzia-se naquelas lonjuras um ritual profundamente identificado com a vida privada. As Bandeiras não deixavam de levar capelães, mesmo porque morria muita gente” (pág. 54).

2. aspectos mais relevantes

“Quase toda a roupa que tinham ia no corpo. O resto do enxoval era constituído pela rede de dormir, o cobertor, “a almofadinha com sua fronha”. Um ou outro sertanista mais cioso do bem-estar levava pentes, toalhas de rosto e de mão, vários guardanapos, lençóis, tinteiros, uma faca de mesa, “seis ou sete carreiras de alfinete”, tesouras, algumas colheres de prata. Manuel Preto foi o único a levar um baralho e dois livros velhos – objetos, todos eles, que indicam preocupações de conforto, mesmo se rudimentar, e o intuito de construir, como possível fosse, uma certa bolha de privacidade no meio das andanças pelo sertão” (MACHADO, pág. 254-256 apud SOUZA, 1997, pág. 55).

Em se tratando de altos funcionários da administração colonial da época, suas viagens contavam com manifestações de hospitalidade por parte de habitantes do interior que encontrassem pelo caminho, que lhes forneciam acomodações ou o que mais estivesse a seu alcance. “Fica claro que instituições religiosas e militares desempenhavam papel destacado como locais de sociabilidade e do exercício de uma privacidade possível, por contraditório que tal possa parecer” (pág 61).

Nesse período, colonos passaram a pedir sesmarias, com o intuito de explorá-las , estabelecendo nestes locais estalagens para hospedar comerciantes, estocar suas cargas e fornecer-lhes serviços, como o de ferreiros, já que se intensificara o movimento de tropas de mulas por volta de 1730. Tais estalagens, mais comuns ao longo do Caminho Novo, em Minas, evoluíram com o passar do tempo, tornando-se fazendas de pouso capazes de

articular elementos de uma vida privada. “O pouso podia ser ocasião de se construir um ambiente de domesticidade e polidez, recuperando, talvez, o desejo de uma vida privada que os núcleos urbanos de Minas já conheciam, e que seus habitantes, com uma ponta de nostalgia, recriavam no sertão por desbravar” (pág. 67).

Vale a pena ressaltar que tais tentativas de recriação de uma intimidade característica da vida privada são tentativas escassas e geralmente frustradas frente a condições que possibilitariam pouco ou nenhum sucesso nesse sentido. Isso ocorria mesmo nos centros urbanos, onde as noções de privacidade e intimidade ainda não tinham sido criadas para a maioria absoluta. Tal fenômeno começa a se estabelecer somente pelo séc. XIX, dado que as cortes européias, vistas como modelos a serem imitados pela população local, também não possuíam ainda tais valores. São relatadas aqui meras tentativas de criação privacidades insólitas e, geralmente, frustradas.

Existem relatos de expedições mais “requintadas”, envolvendo figurões da administração e das armas luso-brasileiras, de cunho essencialmente militar. Em tais relatos, há a presença de traços de sociabilidade própria às elites européias, em manifestações como visitas, nas quais era praxe a oferta de presentes de utilidade mais íntima, banquetes oferecidos a pessoas ilustres e, finalmente, as festas. Essas, nas quais todos os convidados encontravam-se muito bem vestidos, tinham como entretenimento apresentações de dança (encenadas por oficiais e subalternos), belas mulheres devidamente adereçadas e missas cantadas por índios (em festividades de caráter mais acentuadamente público).

Finalmente, um último tipo de expedição precisa ser citado: as que ocorreram nos moldes da que partiu de Ararituaba em 1769, levando homens, mulheres e crianças de todas as idades com destino ao presídio do Iguatemi. Seu principal objetivo era a ocupação compulsória de áreas mais distantes.

Em viagens como essa, a precariedade aniquilava qualquer possibilidade de privacidade para seus participantes, obrigando mulheres a darem à luz em meio a estranhos e doentes a serem carregados pelos outros.

Por outro lado, o total isolamento em situações como as vividas pelos viajantes poderia trazer sérios riscos físicos, já que uma pessoa não seria capaz de se defender dos animais ferozes, facilmente encontrados na região, por exemplo.

Uma vez em seu domicílio novo, os povoadores tentavam organizar suas vidas aos poucos, improvisando soluções, sempre temerosos dos freqüentes e violentos ataques indígenas.

O grupo estabelecido no Iguatemi (acima citado) teve um fim trágico, já que a expedição não sobreviveu a tantos obstáculos enfrentados no local, entre os quais os freqüentes massacres indígenas, que acabaram por dizimar grande parte do grupo.

Concluindo, “nas fronteiras, nas lonjuras e nos sertões luso-brasileiros dos tempos coloniais, portanto, homens que circulavam anos a fio longe de sua família e de sua morada procuravam, sempre que possível, recriar a domesticidade e organizar, mesmo que de forma provisória, os hábitos reguladores do cotidiano. (...) Nada, contudo, substituía a alegria de voltar ao lar, reduto verdadeiro da intimidade” (pág. 81).

História da Vida Privada no Brasil

Vol.1 – Cotidiano e vida privada na América Portuguesa

3) Famílias e Vida Doméstica – Leila Mezan Algranti

1. visão geral do capítulo

É praticamente impossível encontrar um **padrão** de vida e de organização familiar, mesmo no interior de uma mesma camada da população. Isso decorre de fatores que levaram a transformações de práticas e costumes, relativos à constituição de famílias, a padrões de moradia, alimentação e a hábitos domésticos: entre eles, a distância da Metrópole (que muitas vezes dividia famílias entre os dois lados do Atlântico), a falta de mulheres brancas, a constante expansão territorial, a escravidão negra e indígena. Devemos ainda ter em vista que uma sociedade estratificada como a existente na época, dividia os indivíduos em livres e escravos, brancos e negros, dificultando ainda mais a compreensão daquele cotidiano. Fatores temporais e espaciais (rural x urbano) também devem ser considerados.

“Tratar da vida doméstica na Colônia, no seu sentido mais estrito, implica penetrar no âmbito do domicílio, pois ele foi de fato o espaço de convivência da intimidade” (pág 85). “O domicílio se sobrepõe à família em uma análise deste tipo, na medida em que as famílias, além de se constituírem a partir de diferentes tipos de uniões (sacramentadas ou não), encontravam-se muito freqüentemente dispersas por longos períodos” (pág.86).

2. aspectos mais relevantes:

“Com o avançar dos séculos, a rusticidade dos primeiros tempos dará lugar a um mínimo de conforto e também a significados distintos atribuídos à intimidade, embora, aos olhos de alguns luso-brasileiros, continuassem a ter costumes primitivos ainda em meados do séc. XVII” (pág. 89).-

Os aspectos das moradas dos colonos variavam muito, , em função de fatores como localização, época e posição social. A arquitetura portuguesa era mais fielmente recriada em ambiente urbano. Espaços anexos eram muito utilizados, tanto no campo quanto na cidade, onde eram plantados alimentos e criados animais para a subsistência do próprio colono. Neles encontravam-se também áreas de serviço, nas quais as mulheres passavam a maior parte do dia. Caso houvesse um número relevante de escravos, as senzalas também estariam nos quintais.

Somente no início do séc. XIX existem relatos da presença de jardins nos domicílios. “Numa sociedade continuamente devassada pelo olhar dos vizinhos, os jardins talvez fossem um dos raros espaços onde se podia usufruir um pouco de intimidade, que não era muito freqüente na sociedade colonial” (pág.96-97).

Internamente, as casas de colonos pobres possuíam, em geral, apenas um ou dois cômodos que buscavam satisfazer todas as necessidades dos moradores. Pessoas de mais recursos, por sua vez, possuíam habitações mais diferenciadas, com diversos cômodos. No entanto, em ambos os casos, procurava-se proteger a privacidade da família contra estranhos, já que viajantes eram regularmente hospedados devido à falta de lugares de pouso na época: alpendre e varandas eram freqüentemente utilizados por eles, além das áreas em anexo e quartos com tal finalidade.

Com o passar do tempo, mudanças na configuração interna das casas como um todo evidenciam uma crescente preocupação com a privacidade. Um claro exemplo é a

substituição das pequenas capelas, existentes nas vivendas do campo, por oratórios portáteis colocados nos quartos para uso individual.

Uma característica geral de todas as casas brasileiras do período colonial era a precariedade e escassez dos utensílios domésticos, situação que começa a ser revertida somente no séc. XIX: “para as famílias remediadas, tal carência começou a ser suprida no início do séc. XIX, com a chegada aos portos de Recife, Bahia e Rio de Janeiro de mobílias mais elaboradas e outras espécies de tabuados, conforme registra a literatura de viagens, indicativos de que a vida íntima requeria certos aparatos e maior atenção” (KOSTER, pág. 39 apud SOUZA, 1997, pág. 108). Esse primitivismo deu-se em razão do modo de vida dos colonos (de caráter tipicamente passageiro) e do trabalho árduo para a sobrevivência, não havendo tempo para se pensar em requintes nas moradias.

No interior dos lares ocorrem as manifestações da intimidade das pessoas. “A visibilidade da vida íntima das camadas mais pobres é sempre mais intensa que a das classes altas da sociedade, as quais podem dissimulá-la melhor. (...) Somente quando novas regras de conduta, de intimidades familiares e de pudor se impuserem definitivamente aos corpos e sentimentos, é que se ordenarão os dispositivos espaciais das intimidades, seja nos lares das famílias abastadas, seja nos dos mais pobres” (pág.110).

Falaremos agora um pouco a respeito da sociabilidade dos colonos. A cidade e suas dependências tornavam-se o palco para tais manifestações (festas públicas), já que a convivência entre os colonos era dificultada por fatores já mencionados. Esta era, possivelmente, a principal forma de confraternização e divertimento de habitantes mais pobres.

“Sabemos, contudo, que, tanto para ricos como para pobres as atividades cotidianas eram marcadas pela luz solar. Levantava-se com o nascer do sol, descansava-se quando ele

estava a pino e dormia-se quando ele se punha. As velas de sebo, por economia, apagavam-se cedo e impediam uma convivência maior entre os membros da família.

As transformações no sistema de iluminação foram responsáveis por mudanças nas práticas sociais, permitindo os serões noturnos e demais reuniões sociais, mas isso só com a introdução dos candeeiros de querosene” (pág.115).

A presença de baralhos e tabuleiros de xadrez e gamão nos inventários dos séc. XVI e XVIII evidencia uma possível forma de sociabilidade entre as famílias e amigos. Outra forma, esta bem mais elitizada e ocasional, era a leitura (silenciosa ou em voz alta), visto que grande parte da população era iletrada até o início do séc. XIX. (p 115-116)

Portanto a sociabilidade doméstica restringia-se a alguns jogos, reuniões e visitas. (p. 117)

O principal modo de sociabilidade encontrado foi, tanto no campo quanto na cidade, as visitas sem cerimônia (não havia um convite prévio por parte do dono da casa), principalmente nas classes mais diferenciadas economicamente. “Ocasionalmente, essas visitas tornavam-se, entre os membros das camadas mais altas da sociedade, alegres reuniões, nas quais se dançava, jogava cartas, e se conversava com animação entre comes e bebes” (pág.117). O ambiente doméstico ganhava maior dinamismo em ocasiões especiais como Natal, Páscoa e batizados, tornando-se um local de confraternização.

“Era a sociabilidade externa que se impunha na vida dos colonos e imperava na maior parte da colônia, quando até mesmo os atos de fé e de devoção dos penitentes viam-se testemunhados pelos demais crentes nas igrejas e nas ruas. Essa sociabilidade externa ao domicílio era intercalada por pequenas brechas de vida social doméstica” (pág.118).

Cabiam às mulheres os trabalhos relacionados à alimentação e organização doméstica. “O trabalho manual sempre foi recomendado às mulheres pelos moralistas e por todos aqueles que se preocuparam com a educação feminina na época moderna, como forma de

se evitar a ociosidade e conseqüentemente os maus pensamentos e ações” (MAWE, pág. 204 apud SOUZA, 1997, pág. 122). Desta forma, as mulheres eram responsáveis pela fabricação doméstica de utensílios como almofadas, colchões, travesseiros, entre outras coisas.

Em relação aos utensílios de mesa há uma grande escassez por toda colônia, até a entrada do séc. XIX, havendo um hábito difundido por toda a sociedade de comer com as mãos. Assim, a ostentação de famílias de melhores condições financeiras dava-se, entre outras formas, pela presença de utensílios requintados de mesa, como era freqüente nas casas de “opulentos comerciantes que se beneficiavam dos monopólios régios e traziam toda sorte de produtos para serem comercializados nos portos mais importantes” (pág.123). As refeições eram feitas ao redor de uma mesa baixa ou de uma esteira estendida no chão, não havendo cadeiras. Tal costume podia ser observado também nas casas do Reino, persistindo até o final do período colonial. Essa simplicidade ia de acordo com o singelo cardápio dos colonos, baseado em farinhas como mandioca e de milho, variando de região para região. O arroz firmou-se entre os pratos da dieta dos colonos somente no séc. XVIII, embora já houvesse seu cultivo, aqui e ali, anteriormente. (p 124)

“De outra sorte, se no cotidiano dos colonos as refeições eram desprovidas de requinte e sofisticação, o hábito de reunir a família ao menos uma vez por dia durante a refeição principal, que ocorria por volta das onze horas ou meio-dia, chamada primeiro de jantar e depois de almoço, dá-nos a impressão de um convívio familiar pelo menos entre os indivíduos de algumas posses. O hábito de não se receber nem fazer visitas durante as refeições indica igualmente um certo gosto pela intimidade nessas horas” (págs. 125 e 126).

Em se tratando de higiene, constata-se a presença de diversos hábitos como os de lavar as mãos antes e depois das refeições.”Alguns desses hábitos de higiene ligavam-se possivelmente a práticas portuguesas e às normas impostas ao corpo relacionadas ao

convívio social e familiar desde o início da época moderna e, assim como no resto da Europa, foram sendo introduzidos lentamente na vida doméstica. Não causa, portanto, estranheza que tais costumes tenham sido observados pelos viajantes estrangeiros nas casas mais abastadas, cujos moradores teriam maior preocupação com as normas de civilidade e de convívio social em vigor na Metrópole” (pág.126).

A freqüente falta de suprimentos vindos da metrópole fez com que fosse desenvolvida uma prática de fabricação própria do necessário pelos próprios colonos e seus escravos em suas casas. Eram fabricados domesticamente produtos como alimentos, tecelagem (roupas caseiras e vestuário para os escravos), utensílios diversos (cozinha, limpeza, etc.), cerâmicas, redes vassouras, esteiras, sabão, combustível para candeeiros, entre outras coisas. “Todas essas tarefas, ou algumas delas, envolviam os habitantes dos domicílios pelo menos durante parte do dia”.(págs.147 e 148).

“Enquanto as mulheres se ocupavam em fiar, tecer e fazer rendas, os homens envolviam-se na fabricação de redes para pescar, salgavam o peixe que pescavam, curtiam os couros, trabalhavam na fundição fazendo facas, ferraduras e outros instrumentos de trabalho além de armas brancas”.(págs. 148 e 149). Neste período, a falta de moedas incentivou uma economia de troca direta entre as pessoas que foi sendo extinta com o passar dos anos.

“Trabalho e lazer confundiam-se no dia-a-dia dos colonos, sobretudo dos senhores, que, enquanto administravam seus negócios e cuidavam do funcionamento da casa, dedicavam-se a outras atividades, algumas delas manuais. Esse não-trabalho, como eram vistas as ocupações domésticas, em especial a das mulheres mas também a dos homens, que poderia ser feito a qualquer hora, leva à questão do ócio dos senhores, tantas vezes enfatizada pelos representantes do governo metropolitano, pelos demais estrangeiros e até pela historiografia. A imagem da preguiça generalizada do brasileiro é bastante forte em nosso imaginário e na iconografia do período colonial, que aponta para escravos e mucamas abanando seus senhores, os quais são vistos esticados em suas redes ou

confortavelmente instalados em suas cadeirinhas e sieges de passeio. Deve-se lembrar, no entanto, que esses grandes proprietários foram minoria, vivendo a maior parte da população envolvida nas várias atividades domésticas que acabamos de mencionar.” (pág.150).

“De qualquer forma, o trabalho permeou o cotidiano dos indivíduos e trouxe dinamismo ao interior dos domicílios, fosse ele dirigido para a subsistência e consumo dos moradores, fosse voltado para o mercado. Quando possível, grande parte das atividades desenvolveram-se nos anexos, aos quais já nos referimos, porém eles não impediam, devido à forma das construções, que as pessoas se encontrassem nos pátios internos e alpendres, nem a entrada e saída constante dos escravos. Nas casas mais simples e naquelas de cômodos, um grande número de pessoas convivia numa intimidade tão intensa, que não havia efetivamente espaços para uma vida privada, no sentido de vida definida pela família e pelos amigos, que se contrapõe à noção de público, isto é, aberto à observação de qualquer pessoa”.(págs.151 e 152).

Durante os séculos XVI a XVIII, não há uma preocupação efetiva com a vida em família e com a intimidade das pessoas. Tanto na vida urbana quanto no campo, há uma vivência quase que completamente pública entre a comunidade, mesmo que esta seja composta apenas pelos membros da família, seus empregados e escravos. “ Assim, é possível afirmar que a vida privada se constrói conforme ocorre a colonização, o que reflete, muito provavelmente, mudanças nas formações familiares dos colonos.” (pág 154).

História da Vida Privada no Brasil

Vol.1 – Cotidiano e vida privada na América Portuguesa

4) Cotidiano e Vivência Religiosa: entre a capela e o calundu – Luiz Mott

1. visão geral do capítulo:

As obrigatórias missas aos domingos e feriados católicos faziam de tais rituais cristãos uma forma de reunir a população tão dispersa, dada a imensidão territorial da América Portuguesa. Por outro lado, tais cerimônias funcionavam como uma espécie de controle da população por parte do clero, uma manutenção da hierarquia eclesiástica (eram arrecadadas as indulgências em tais ocasiões).

A oração era considerada o alicerce da vida espiritual. Seguindo tal linha, eram incentivadas práticas como penitências (em ambiente privado e público), chegando muitas vezes a auto-flagelação. “A religiosidade popular, ao gosto barroco, externava-se mediante a manifestações marcadas por forte emoção.” (pág. 172). Toda essa dedicação aos ritos católicos eram justificáveis de diferentes maneiras, como o medo de castigos (tanto em vida quanto após a morte), fé real e absoluta ou até mesmo obrigações tradicionais.

2. aspectos mais relevantes:

A elite, entretanto, buscava isolar-se do resto da população em tais circunstâncias através de “balaustradas e colunatas próximas do altar-mor” (pág 161). Uma outra forma muito utilizada era a construção, por parte dos mais abastados, de templos particulares. Tais

atitudes são reforçadas pela frequente falta de compostura, tanto dos celebrantes (muitas vezes chegando ao assédio de donzelas durante a confissão), quanto da população durante as cerimônias, ocasiões raras de convívio em sociedade. Tal situação incentivou o exercício de uma vida religiosa privada em detrimento de práticas religiosas comunitárias, longe de um maior controle dos párocos.

“Dentro de casa, uma série de imagens, quadros e amuletos sinalizavam a presença do sagrado no espaço privado do lar.” (pág.164). Tais objetos encontravam-se concentrados dentro dos quartos de dormir (em oratórios), podendo haver, em moradias mais abastadas, um cômodo específico para as imagens.

Dada a falta de conventos no Brasil Colonial, muitas donzelas enclausuraram-se em suas próprias casas, dedicando suas vidas ao cristianismo em completa alienação ao mundo exterior. Em um outro extremo temos uma enormidade de falsas beatas, já que tal cargo trazia reconhecimento social e vantagens materiais dos demais devotos da comunidade. Certa intimidade era demonstrada em relação a santos através das formas que os colonos referiam-se a eles, entre outras maneiras. As imagens eram tratadas com grande adulação, principalmente a de Nossa Senhora – preferência nacional desde aqueles tempos. No entanto a violência contra as imagens era frequente, sendo uma espécie de chantagem do fiel para conseguir algo. Tal prática pode ser vista como uma manifestação de adeptos de outras religiões forçados a praticar a única religião permitida: o catolicismo.

Mesmo com a forte proibição de práticas não consideradas cristãs pela Igreja Católica, estando o infrator sujeito a castigos, excomunhão e até mesmo exílio para a África, tais práticas eram realizadas em toda colônia. Sua principal função, em toda sua variedade, era curar as mais diversas doenças e ferimentos, muitas vezes desconhecidos por médicos locais. Seus praticantes, a maioria católicos, as viam como esperança em situações de perigo, muito comuns em suas vidas.

“Tais práticas heterodoxas remetem-nos a dois aspectos peculiares do mundo colonial que estão a merecer maior investigação: de um lado, a tênue fronteira entre a piedade lícita e a condenada pela hierarquia, do outro, a indiferença, para não dizer comprometimento, de clero luso-brasileiro *vis-à-vis* tais práticas supersticiosas.” (pág.196). Assim, conforme não era claro o permitido e o considerado pagão em relação a práticas e superstições em suas mais variadas formas, muitos homens e mulheres recorriam a feiticeiros (negros praticantes de costumes vindos da África, em sua maioria), enquanto o clero fingia nada perceber.

“Se por um lado notava-se em certos momentos e espaços da sociedade colonial corajosa ousadia por parte dos heterodoxos, fossem eles cristãos-novos, protestantes, adeptos das religiões tribais ou de feitiçarias de inspiração européia, todos eles negligentes ao risco de serem enquadrados nos artigos das *Constituições do Arcebispado da Bahia* ou, pior ainda, cair nas malhas do Tribunal da Inquisição, são igualmente evidentes os muitos cuidados tomados pela grande maioria dos desviantes no sentido de manter ocultas as crenças e rituais que pudessem despertar a repressão da justiça civil, episcopal ou inquisitorial.” (pág.201). Para que isso fosse possível, eram utilizadas três principais estratégias: realizar as cerimônias proibidas em locais reservados ou distantes do olhar de terceiros, ocultar-se na calada da noite e camuflar-se.

Assim, “cristalizaram-se na América portuguesa múltiplas manifestações de religiosidade privada – algumas decalcadas em modelos abençoados pela hierarquia metropolitana, outras em parte desviadas ou completamente opostas, quando não hostis, à ortodoxia. A abundância diversificada e o recrudescimento do devocionário privado no Brasil antigo explica-se, antes de mais nada, pela multiplicidade dos estoques culturais presentes desde os primórdios da conquista e ocupação do Novo Mundo, onde centenas de etnias indígenas e africanas prestavam culto a panteões os mais diversos. Por se tratar de crenças e rituais condenados pelos donos do poder espiritual, tiveram de ocultar-se no

recôndito das matas ou no secreto das casas. Contudo, a proeminência da religiosidade privada entre nossos antepassados, mesmo quando legítima e aprovada pela Igreja,

deveu-se sobretudo à inexistência, rarefação ou grandes dificuldades da cristalização de uma religiosidade pública e eclesial, haja vista as grandes distâncias do território, os perigos do transporte interno, a insignificância da vida urbana e o número reduzido de ministros, templos e da própria comunidade cristã.” (pág.220).

História da Vida Privada no Brasil

Vol.1 – Cotidiano e vida privada na América Portuguesa

5) Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista – Ronaldo Vainfas

1. visão geral do capítulo:

“Vizinhança de parede-meia na cidade, casas devassadas no meio rural, promiscuidade, assim transcorria o dia-a-dia da Colônia, ao que se deve acrescentar a escassez da população e a baixa densidade demográfica dos povoados e vilas.” (pág.226). Assim, a idéia de domesticidade não é sinônimo de privacidade para toda a sociedade colonial. Como consequência, temos a sexualidade das pessoas algo quase que de conhecimento público, sendo ainda sujeita a comuns denúncias, por parte de vizinhos e conhecidos, ao Tribunal da Inquisição, a quem cabia julgar se tais práticas sexuais denunciadas eram consideradas lícitas ou mereciam punição.

O hibridismo da população brasileira é uma questão chave neste capítulo: resultado de uma miscigenação generalizada entre as raças que aqui vivem e viveram, a primeira relação inter-racial ocorre já no encontro dos colonizadores portugueses com as índias nativas assim que desembarcavam em nossas praias.

Tal relação, assim como a do colonizador com a escrava africana ocorrida com o início do Tráfico Negreiro, é caracterizada como fortemente hierarquizada, parte importante de um projeto de ocupação territorial português e, muitas vezes, caracterizada “pela violência física, combinada com a exploração da miséria, traços essenciais do colonialismo escravocrata e das práticas do poder do Antigo Regime.” (pág.242).

Tais relações, inter ou intra-raciais, eram condenadas aos olhos da Igreja caso não estivessem sacramentadas devidamente. O concubinato, prática muito comum principalmente entre os séculos XVI e XVIII, era basicamente constituído por relações intra-raciais (geralmente com um homem branco e uma mulher de outra raça).

“Era, pois, em meio às deleitações de portugueses e índias, senhores e escravas, padres e suas mucamas que se ia processando a miscigenação e o povoamento da Colônia. Mas nem de longe as deleitações interétnicas e a miscigenação que delas resulta poderiam comprovar ausência de preconceito racial nos tempos da Colônia.” (pág. 238). Muito pelo contrário: o preconceito racial girava em torno da escravidão negra e indígena, além de mouros e judeus, documentado através de expressões como “raças infectas”.

2. aspectos mais relevantes:

“No Brasil colonial, terra rústica de poucas cidades, não pôde haver nem *civilità puttanésca* (OLIVIERI, in: ARIÈS e BEJÍN, pág. 93 apud VAINFAS, 1997, pág. 254) , nem sequer bordéis. Sociedade em que a prostituição funcionava sem o tradicional *prostibulum*, assim era a América portuguesa, o que bem mostrava a vulnerabilidade das mulheres pobres, forras ou escravas daquele tempo.” (pág.254), o que caracteriza melhor a hierarquização das relações entre as pessoas (principalmente entre raças diferentes). À América portuguesa faltavam bordéis, é verdade, mas a Colônia toda era ou podia ser um grande *prostibulum*, em especial as cafuas dos pobres, que não raro alcovitavam as próprias mulheres e filhas. Com razão Gilberto Freyre afirmou, num de seus rompanes, que o Brasil “parece ter-se sifilizado antes de se haver civilizado” (FREYRE, pág. 47 apud VAINFAS, 1997, pág. 255)”. E tudo isso sem os bordéis que tanto afamavam a Europa.” (pág.255).

A falta de privacidade das pessoas em suas próprias casas faziam com que lugares públicos (como beira de rios e matagais) fossem muito mais procurados para o ato sexual

(principalmente sendo esse ilícito aos olhos da Igreja), havendo uma inversão entre o público e o privado. Um outro paradoxo é encontrado na própria Igreja, visto que paróquias, conventos e mosteiros eram palcos de encontros sexuais ilícitos em sua maioria, evidenciando uma confusão entre profano e o sagrado na América portuguesa.

História da Vida Privada no Brasil

Vol.1 – Cotidiano e vida privada na América Portuguesa

6) Ritos da vida privada – Mary del Priore

1. visão geral do capítulo:

“Entre os séculos XVII e XVIII a oposição entre público e privado começava a delinear-se e a privacidade, na América portuguesa, tinha sua especificidade: se na Europa a mudança deu-se no sentido de apurar, aguçar os projetos individuais contra os do Estado Moderno (ARIÈS, in: ARIÈS e CHARTIER, vol. 3, pág. 9 apud PRIORE, 1997, pág. 276) aqui, como diz Emanuel Araújo, “a ordem pública portuguesa estruturou-se ao arrepio do povo que a habitava, tudo controlando e tudo provendo por meio de um cipoal de leis” (referência incompleta, pág. 23 apud PRIORE, 1997, pág. 276). Isso, sobretudo, nos principais centros comerciais, como Salvador, Recife, Rio de Janeiro, São Luís, ou nas zonas em que a descoberta de ouro provocou transformações radicais: Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Sul da Bahia.” (pág.276).

A aparência da nobreza torna-se mais importante do que a riqueza em si para a alta sociedade da América portuguesa. “Ter amigos influentes, ser reconhecido ou conversar com alguém importante em público, ser recebido na casa de personagem notório ou tê-lo à sua mesa, eram signos de prestígio que ligavam o mundo privado com o mundo exterior. (...) A privacidade se forjava, em grande parte, por causa das relações existentes na esfera pública ou daquilo que se traduzisse externamente em prestígio: presentes, camisas bonitas, hábito de Santiago, signos, enfim, que servissem para identificar um específico lugar social.” (pág. 287).

“Em questões de justiça e poder, o público e o privado também se imbricavam, pois, salvo nas cidades onde a administração judiciária ficava concentrada, o mandonismo local e as várias formas de justiça privada imperavam.” (pág.288).

“A intimidade não significava a separação ou o distanciamento de outros indivíduos, como ocorria na Europa, e sim uma forma específica de compromisso com a vida. (...) Dentro da casa busca-se a tranquilidade, o conforto material. Nela, a família – mesmo quando não cumpria esse papel - devia funcionar como uma encarnação modelar da comunidade, hierarquizada e solidária no recolhimento individual. O exterior configura-se como o lugar das transações econômicas e dos conflitos que delas exsudam; é o espaço da perdição e do desvio. O interior possui, assim, uma preeminência moral sobre o exterior.” (pág.297).

2. aspectos mais relevantes:

Na América portuguesa, onde as ruas eram verdadeiros esgotos a céu aberto, onde os animais domésticos aliviavam-se às portas das casas, os tonéis com dejetos eram despejados pelos escravos onde fosse mais fácil e a varíola grassava, as preocupações com a higiene e o corpo refletiam as mutações nas normas de comportamento, a modelagem e o afinamento gradual das sensações físicas. A total falta de higiene pública era contrabalançada pelo polimento, mas também pelo policiamento das condutas em relação à higiene ou ao corpo, revelando a emergência da intimidade e dos cuidados de si.” (pág.306).

“A privacidade era feita de pequenos ritos cotidianos. Mas ela abraçava, igualmente, os grandes ritos da existência, “as grandes constantes da condição humana” (DARNTON, pág. 237 apud PRIORE, 1997, pág. 308): o nascimento, o casamento e a morte. Viver consistia em passar essas etapas, ou melhor, essas seqüências cerimoniais que tornavam

significativos o universo e a existência individual. Para tal, impunham-se à natureza limites que se expressavam em rituais de agregação, trânsito ou separação.” (pág.308).

“Os ritos da vida privada pontuavam, assim, o curso regular das coisas, o fundo permanente de pequenos fatos diários, o tecido mesmo da existência humana.”(pág.330).

História da Vida Privada no Brasil

Vol.1 – Cotidiano e vida privada na América Portuguesa

7) O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura – Luis Villalta

1. visão geral do capítulo:

Pero de Magalhães Gandavo, um dos primeiros cronistas da colonização portuguesa na América, escreveu, ao aqui chegar, que os índios aqui presentes não possuíam as letras “F, nem L, nem R”, não possuindo “Fé, nem Lei, nem Rei” (GANDAVO, pág. 124 apud VILLALTA, 1997, pág. 332), vivendo desordenadamente e sendo freqüentemente caracterizados como bárbaros. Sua educação serviu, assim, como justificativa para a permanência do vínculo com a Metrópole, sendo essa mais “civilizada”.

Havia, no entanto, um rígido controle em relação ao direcionamento de tal educação, buscando-se sempre, por parte dos colonizadores, aumentar a dependência e, conseqüentemente, obediência, da população nativa. “Por F, L e R, e também pelas expectativas dos grupos sociais da Colônia, a língua portuguesa avançou, na proporção da passagem dos séculos, enquanto foram múltiplos os lugares de educação e, inversamente, estreitos os espaços da instrução escolar e dos livros. No século XVIII, porém, no discurso das autoridades, a educação escolar ganhou mais importância; a Coroa procurou, ainda, afiar o controle sobre a circulação dos livros e desenvolver uma política de difusão do português (PINTO, in: PIZARRO, pág. 519 apud VILLALTA, 1997, pág. 334). E a sociedade colonial passou a valorizar mais a instrução, o acesso aos livros em geral e às idéias “defesas”, proibidas.” (pág.334).

“Até chegar a uma larga difusão, a língua portuguesa percorreu um longo caminho. Viu-se, nas décadas iniciais do século XVI, quase esquecida devido à indianização do

colonizador português e, ao mesmo tempo, ameaçada pela presença freqüente de outros falares europeus. Depois, curvou-se, com diferenças no tempo e no espaço, às “línguas gerais” de origem tupi-guarani; além disso, na parte meridional do país (no extremo Sul e no Oeste do Paraná, territórios então jurisdicionados à Espanha, e também em São Paulo na época da União Ibérica), sofreu a concorrência do espanhol. Implacável com as línguas africanas, enfrentou o francês, quando das incursões fugazes na baía de Guanabara, entre 1555 e 1560, e no Maranhão, entre 1611 e 1615; e o holandês, no Nordeste, entre 1630 e 1654.” (pág.334).

Em áreas onde havia uma maior vinculação à política mercantilista (principalmente Nordeste agroexportador do séc XVIII) a língua portuguesa era predominante, já que temos uma maior participação de indivíduos de origem portuguesa. Já em áreas mais voltadas para o mercado interno (São Paulo no mesmo período, cuja economia era voltada ao abastecimento dos setores exportadores) a língua indígena (ou “língua geral”) difundiu-se por todas as camadas da sociedade, irradiando-se do privado para o público. No que diz respeito à língua africana, entretanto, não houve quase concessões por parte do colonizador. A preservação de seu idioma e cultura foi prejudicada pelas hostilidades existentes entre os diferentes grupos culturais que habitaram o país.

2. aspectos mais relevantes:

“Estado e Igreja tomaram livros e saberes escolares como fontes de inquietação, de questionamento e, no limite, de ruptura dos laços coloniais. Estabeleceram, assim, desde o séc. XVI, uma contradição entre F, L e R e uma civilização que se tornasse excessiva a ponto de suscitar a soberba nos colonos.” (pág.347). Assim, foi dada pouca atenção a escola na América Portuguesa. Sempre marcados pela influência jesuítica, os colégios foram proibidos de conceder “todos os graus e privilégios aos alunos” (pág.347) até 1689, garantindo a dependência em relação à Universidade de Coimbra. Mesmo com uma fase de reformas iniciada em 1759, quando o Estado assumiu diretamente a instrução escolar da população, a educação na América portuguesa continuava enfrentando

obstáculos como falta de recursos, forte influência religiosa, opressão da mulher e preconceito racial. A educação era, na prática, privatizada, mesmo tendo sido tornada pública por lei. “Valorizar a instrução estava muito além das possibilidades da escola e dos limites da existência das populações.” (pág. 353).

“Em 1818, quando as reformas já estavam sedimentadas, apenas 2,5% da população masculina livre, em idade escolar, era atingida pelas aulas régias em São Paulo, situação que devia ser similar à do Brasil em geral (SILVA, pág. 178 apud VILLALTA, 1997, pág. 357). (...) A instrução na Colônia processava-se, assim, em grande parte, no âmbito privado, preenchendo o vazio da escola pública e semipública inexistente ou escassa; quando se ultrapassavam os domínios da informalidade, estabelecendo-se vínculos formais entre professor e aprendizes, criava-se um ambiente se não tipicamente escolar, ao menos muito próximo de sê-lo.” (pág.357).

No que diz respeito a literatura, a grande maioria dos livros que circularam na América portuguesa nos séc. XVI e XVII eram de origem religiosa havendo, entretanto, a presença de obras proibidas (como livros de sorte) e outras raridades. “ A partir do séc XVIII, assistiu-se a uma mudança na composição das bibliotecas. Se, no modo geral, a tendência foi a continuidade do predomínio de obras devocionais e, de resto, religiosas, em algumas livrarias, em particular nas pertencentes a pessoas que tiveram acesso a uma educação mais esmerada, abriu-se espaço para as ciências e os saberes profanos, deixando-se contaminar pela ilustração.” (pág.361).

“Na Colônia, com efeito, jornais e livros proibidos eram facilmente contrabandeados. (...) E, com eles, vinham idéias que questionavam a Fé, a Lei e o Rei, estimulando, se não sedições, ao menos tertúlias literário-políticas que tinham por alvo a ordem colonial.” (pág. 368). Por outro lado, temos a utilização dos livros como forma de decoração das casas da elite.

“A relação estabelecida com os livros esteve perpassada pela oralidade e pela indistinção entre o público e o privado: a leitura privada e silenciosa , feita em bibliotecas de escolas, conventos ou residências, convivia com a leitura oral, desenvolvida no recôndito dos ares; e, ainda, com a leitura oral pública, realizada principalmente nas igrejas, sociedades literárias e salas de aula. A leitura oral, pública e privada, proliferou na medida em que reinava o analfabetismo.” (págs. 373 e 374). Assim, entre os séc. XVIII e XIX, a leitura e posse de livros pelo setor privado predominou, principalmente entre a elite intelectual da América portuguesa.

“Lidos de diferentes modos – intensiva ou extensivamente, oral e silenciosamente, privada e publicamente - , os livros foram motivo de inventividade para alguns leitores. Presente desde o século XVI, esta percorreu um longo caminho, do qual restauram poucos vestígios, sendo patente, no entanto, um acirramento dos ânimos conte F, L e R na passagem do Setecentos para o Oitocentos. Monarquia, sistema colonial, Igreja, fidalguia,... Nada parecia ser poupado, evidenciando que a ordem F, L e R estava em seus estertores. Um império colonial estava prestes a ruir; e outro, numa transação conservadora, prestes a nascer.” (pág. 385).

História da Vida Privada no Brasil

Vol.1 – Cotidiano e vida privada na América Portuguesa

8) A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII – István Jancsó

1. visão geral do capítulo:

Ao fim do séc. XVIII tornam-se freqüentes as manifestações de descontentamento geral em relação ao antigo sistema colonial, cuja ruptura deu-se em 1808.

“Ao contrário da cultura política do absolutismo, circunscrita às elites e rigorosamente excludente, a nova que emerge tem por portadores os letrados, mas, ao lado destes, estão agora, também, homens de ínfima condição no dizer da época, dotados, contudo, de visão política, qualquer que seja seu nível cultural.” (pág. 398)

Essa nova cultura política era discutida nos mais diferentes locais , pelas mais diferentes classes sociais. Buscava-se muita informação em relação às mudanças ocorridas no mundo para fundamentá-la. Tais informações eram conseguidas mais facilmente pela elite da América portuguesa, através de um comércio de livros proibidos pelo governo. “Nessas colônias desprovidas de imprensa , as novas idéias espriavam-se por meio de três suportes: os livros, as cópias manuscritas destes e a linguagem oral.” (pág.403)

“As transgressões desdobravam-se para outros planos do cotidiano, revelando a invasão da vida privada pela nova cultura política. Isso está presente na agressão a usos consagrados pelo costume.” (pág.419)

O colapso do antigo sistema colonial (1808) trouxe, na sua estrutura, novos parâmetros para a ação e sociabilidade políticas. Uma boa parte dos membros da jovem elite envolvidos nas sedições do final do século ressurgem como envolvidos nos principais eventos de contestação do status quo, muitos deles artífices do rompimento do localismo que é uma das características dos movimentos contestatórios do período anterior.

Quanto aos homens de menor condição que então se envolveram em projetos sediciosos, esses desapareceram definitivamente do cenário da vida pública, o que remete a uma outra regularidade a ser apontada. Tiveram, entretanto, outros por herdeiros, homens que, com suas rebeliões e revoltas, mantiveram a sociedade de senhores de escravos em permanente sobressalto, ainda que crescentemente unida na preservação das suas prerrogativas e privilégios.” (pág.436)

História da Vida Privada no Brasil

Vol.1 – Cotidiano e vida privada na América Portuguesa

Conclusão – Laura de Mello e Souza

1. visão geral do capítulo:

“Em 1808, quando d. Maria I, seu filho, o príncipe regente, e boa parte da corte portuguesa se fixaram no Rio de Janeiro, a América portuguesa viu-se pela primeira vez dotada da máquina estatal em toda a sua complexidade, e pela primeira vez instituições públicas de monta aí começaram a funcionar. Foi só então que o universo público se delineou com mais clareza; que os jornais, antes inexistentes, passaram a conformar e a expressar a opinião pública; que, aos poucos, as elites deixaram de mandar os filhos estudarem do outro lado do Atlântico, num atraso de dois ou três séculos em relação aos colonos da Nova Inglaterra, Virgínia, México, Peru.

Com a corte, por mais provinciana que se mostrasse quando comparada às demais da Europa, vieram hábitos e costumes civilizatórios.” (pág.440). Essa mudança ocorre ainda com o auxílio da abertura dos portos, já que a colônia passa a importar as modas e usos da Europa com maior facilidade.

Até então, nestes três séculos analisados por esta obra (séc. XVI a XVIII) temos uma América portuguesa onde as distâncias impedem a comunicação entre as pessoas e a vida em sociedade mas, simultaneamente, impele as pessoas a viverem muito próximas uma

das outras em pequenos grupos para possibilitar a sua sobrevivência. Temos uma linha não bem determinada entre o público e o privado, o espaço de um e de outro tornam-se interdependentes e indiferenciados.

Como fatores de restrição da intimidade temos a própria arquitetura das casas (paredes finas e cômodos polivalentes), a escravidão (convívio estreito e imposto entre raças de culturas muito diferentes, gerando um ambiente, em seu limite, potencialmente fatal) e o Santo Ofício, que incentivava delatores. Dessa forma, ações de natureza essencialmente privada eram realizadas em locais públicos afastados, longe da vista de todos. Como exemplo temos elementos antagônicos: a religiosidade e a sexualidade dos habitantes da América portuguesa, já que relações extraconjugais e homossexuais ocorriam em tais espaços, sendo que cultos condenáveis pelo Santo Ofício seguiam este mesmo padrão.

2. aspectos mais relevantes:

Essa falta de delimitação exata entre o sagrado e o profano é outra forte característica da sociedade em questão: padres assediavam donzelas em confessionários, encontros “pecaminosos” eram feitos dentro das Igrejas. As missas eram uma das poucas atividades que reuniam a sociedade em um mesmo ambiente e, por isso, tornaram-se um evento social acima de qualquer outra coisa.

O impedimento, por parte da Metrópole, da circulação de gazetas e da fundação de universidades na América portuguesa levou “para o âmbito doméstico o ensino das primeiras letras, as discussões políticas e intelectuais, o empréstimo de livros, a organização de bibliotecas e, até, uma relação peculiar com a própria língua.” (pág.443)

“Os três séculos que antecederam a “interiorização da Metrópole” conheceram, portanto, formas descontínuas e intermitentes de intimidade (DIAS, in: MOTTA, pág. 160-184 apud SOUZA, 1997, pág. 444). Cotidiano e vida privada se entretecem durante todo este

volume, e às vezes é difícil separá-los justamente por ser rarefeito o espaço específico da privacidade. (...) Cotidiano e privacidade, por fim, misturavam-se mais uma vez na vivência de certos rituais: o nascimento, o casamento, a morte, quando parentes e vizinhos se juntavam para partilhar dores e alegrias.

No decorrer do séc. XIX, muita coisa mudaria, e certamente o espaço da privacidade iria se ampliar, melhor definindo, contudo, os seus contornos. A vinda da família real, seria, sem dúvida, um ponto de inflexão. Mas nunca uma ruptura, como, aliás, também não o seria a independência de 1822.” (pág. 444).

História da Vida Privada no Brasil

Vol. 2 – Império: a corte e a modernidade nacional

1) Vida privada e ordem no império – Luiz Felipe de Alencastro

1. visão geral do capítulo:

“A transferência da corte trouxe para a América portuguesa a família real e o governo da Metrópole. Trouxe também e, sobretudo, boa parte do aparato administrativo português. Personalidades diversas, funcionários régios continuaram embarcando para o Brasil atrás da corte, dos seus empregos e dos seus parentes, após o ano de 1808.” (pág.12).

“Como na colônia, a vida privada brasileira confunde-se, no Império, com a vida familiar. Resta que, no decorrer do processo de organização política e jurídica nacional, a vida privada escravista desdobra-se numa ordem privada preñe de contradições com a ordem pública. Manifesta-se a dualidade que atravessa todo o Império: o escravo é um tipo de propriedade particular cuja posse e gestão demandam, reiteradamente, o aval da autoridade pública.” (pág. 16). “O Império retoma e reconstrói a escravidão no quadro do direito moderno, dentro de um país independente, projetando-a sobre a contemporaneidade.” (pág. 17).

“O escravismo entranhava nos lares, no âmago da vida privada, um elemento de instabilidade que carecia ser estritamente controlado. Em consequência, o poder, a segurança pública, devia tirar seu fundamento da esfera pública de dominação mais compacta, mais imediata, mais próxima: a municipalidade. Contudo, o governo central absorvia o espaço do poder municipal. Eventualmente manipulado por contrários, o

representante do governo do Rio de Janeiro poderia transformar os escravos domésticos em espões, trazendo a insegurança para dentro das casas, para “o sagrado das famílias” dos proprietários.” (pág. 18)

“Capital do país, corte da monarquia, sede das legações diplomáticas, maior porto do território e área de forte concentração de escravos, o Rio de Janeiro aparece, doravante, como o teatro das contradições imperiais.” (pág. 23).

“Entre a diversidade regional esboçada nas diferentes partes da Colônia desde o Seiscentos e a influência estrangeira continuamente manifestada após a abertura dos portos em 1808, o Rio de Janeiro funciona como uma grande eclusa, recanalizando os fluxos externos e acomodando os regionalismos num quadro mais amplo, pela primeira vez verdadeiramente nacional.” (pág. 24).

Em 1850, com o fim do tráfico negro, houve uma crescente e profunda modificação étnica e social na população, principalmente no município fluminense. Temos uma imigração lusitana forte, paralela a uma diminuição da porcentagem de habitantes africanos (o Rio de Janeiro possui, nesta época, a maior concentração de escravos africanos do Império, fonte de grande tensão social). Nesta altura (por volta de 1872) não há uma efetiva estabilização do sotaque da corte, fazendo do Império uma “sucessão de falares distintos” (pág.32).

“Cessado o tráfico, ocorre um retorno das divisas obtidas nas vendas de produtos de exportação e até então reservadas para financiar a compra de africanos. O efeito na balança comercial e na balança de pagamentos do Império é imediato.(...) Vários fatores demonstram que houve um forte acréscimo na entrada de importados - bens de consumo duráveis, semiduráveis, supérfluos, jóias etc. - destinados aos consumidores endinheirados da corte e das zonas rurais vizinhas.” (pág.37).

"Com a inauguração, a partir de 1850, de uma linha regular de navio a vapor entre Liverpool, na Inglaterra, e o Rio de Janeiro, o tempo imperial entra em sincronia com o tempo da modernidade européia. Compras e vendas de mercadorias, cartas e encomendas, taxas de câmbio, juros comerciais, viagens de parentes e amigos possuía, doravante, um parâmetro temporal fixo." (pág. 38)

"No imaginário brasileiro, tamanho foi o impacto da regularidade das suas chegadas às águas da Guanabara que a menstruação de todas as mulheres do Império, e da República, tomará o nome "paquete", em referência ao ciclo de 27 ou 28 dias que os *packet boats Brasileira* ou *Bahiana* levavam para singrar de Liverpool até o Rio." (pág. 40).

Temos, em 1850, um forte fluxo de americanos que tinham como destino a corrida do ouro californiana. Tal fato contribuiu para inserir o porto do Rio de Janeiro no comércio externo norte-americano. Produtos como tecidos, máquinas debulhadoras de milho e fogões eram encontrados na Nathaniel Sanders, a principal casa importadora americana no Rio.

Em contradição a todos os modismos e tendências vindas da Europa e difundidas no país com a chegada da corte, temos o desenvolvimento de um movimento antilusitanista: "o nacionalismo brasileiro desenvolveu uma maneira de ser, um comportamento individual, privado, que tinha um significado público de afirmação da singularidade nacional." (pág.60). Tal movimento era expresso das mais diferentes formas, como a mudança de nomes e sobrenomes de origem lusa para outros de origem indígena, forte procura, por parte da população, por cachimbos brasileiros, entre outras manifestações.

"Ao longo dos anos, a presença – passageira nos navio ou permanente nos consultórios- de médicos americanos e europeus, ao lado dos debates das faculdades do Rio e da Bahia, liberou a medicina brasileira da estreiteza do ensino coimbrão, dando lugar a uma heterodoxia médica que contrapunha à heterodoxia social e cultural da corte." (pág. 76).

“Por meio da homeopatia - e da valorização da fitoterapia tropical - , a medicina científica européia vinculava-se à medicina popular indígena e afro-brasileira. Vínculo que contribuiu para popularizar no país esse novo sistema terapêutico.” (pág. 77).

Entre 1830 e 1832 houve um surto de cólera mundial que atingiu também o Império. A maioria dos infectados era estrangeira, principalmente escravos africanos. Estes, além de não possuírem um sistema imunológico capacitado para combater o mal, viviam em condições precárias e, como forma de identificação social em meio a uma sociedade repleta de negros livres, não usavam sapatos. Como medida preventiva, aconselhou-se aos senhores que calçassem seus cativos, o que trouxe certo descontentamento aos mesmos. Nesse período a escravidão ainda era sustentada pela promessa de cristianização dos prisioneiros, livrando-os de uma vida pagã. A novidade é um apoio vindo da ciência, que desenvolveu estudos sobre “as limitações nas organizações cerebrais dos negros”.

“À diferença da escravidão na Grécia e na Roma antiga, o escravismo moderno reforça o estatuto legal do cativo com a discriminação racial: o escravo só podia ser preto ou mulato, nunca branco.” (pág. 88). Para isso o censo de 1872 era manipulado pela ordem pública de forma a esconder a existência de escravos brancos resultantes de gerações de relações entre escravas e senhores. Nesse censo todos os escravos foram ditos católicos, de forma a reafirmar o argumento descrito cima. “A ordem pública ditava a manipulação estatística que ocultava a desordem privada.” (pág. 83).

O fim do tráfico internacional em 1850 marca um início do tráfico interno no Brasil: temos uma maior concentração escravista nas zonas rurais do Centro-Sul, principalmente São Paulo. Tais escravos, nascidos aqui em sua grande maioria, passam a revoltar-se e a ameaçar seus senhores (muitas vezes o assassinato é consumado). Tal revolta expressa o fim do escravismo no Brasil. No entanto, “as relações entre proprietários e empregados, as novas formas de vida privada, ficariam, por muito tempo ainda, tributárias da ordem privada escravista que tinha vigorado por três séculos e meio em nosso território.” (pág.92).

2. aspectos mais relevantes:

"Entretanto, o estabelecimento do Segundo Império na França (1852 - 1870) dá ao Segundo Reinado um novo tom de modernidade e confirma o francesismo das elites brasileiras. Francesismo que ia além da cópia das modas parisienses expostas nas lojas da Rua do Ouvidor e referia-se, também, à vida rural francesa. (...) Folhetins, operetas e romances vindos da França difundiam no Império a imagem de um modo de vida rural, conservador e equilibrado, entrelaçado de aldeias e pequenas cidades nas quais o padre e o militar, quando havia casernas, apareciam como personagem de prestígio." (pág. 43).

"Daí a influência conjunta, por intermédio de autores franceses e dos círculos francófilos, de três correntes de pensamento e de prática social que, numa certa medida, se completam no cotidiano do Segundo Reinado: o positivismo, o kardecismo e a homeopatia. O positivismo enfatiza, nos escritos de Auguste Comte, a preeminência da cultura latina e introduz o Império do Brasil no concerto das grandes nações contemporâneas: não era pouca coisa para uma país até então vilipendiado por causa do tráfico negreiro. O kardecismo aparece como uma religião de brancos que integra o cientificismo e um dos componentes catárticos., liberadores, das religiões afro-brasileiras, o transe. Enfim, a homeopatia incorpora, como se verá em seguida, práticas da medicina afro-brasileira e da fitoterapia indígena. Médicos homeopatas interessam-se pelas curas obtidas mediante sonambulismo e o magnetismo, abrindo a via ao kardecismo, enquanto os positivistas fazem propaganda da homeopatia. Mudavam as idéias, mudava também a música imperial." (pág. 44).

Nesse período, temos a entrada de instrumentos tradicionalmente europeus em poucas regiões brasileiras (algumas casas do Rio, Recife e Bahia) como a harpa, a cítara, o cravo e o piano. Estes juntam-se com os mais comuns aqui presentes até meados do séc. XIX : a flauta, a rabeça e o violão. Fortes influências da musica e dança africanas aqui já estavam estabelecidas, refletindo a onipresença da escravidão afro-brasileira. O aumento

da importação de pianos (mercadoria fetiche dessa fase econômica e cultural), por volta de 1850, transforma radicalmente este quadro.

"De alto valor agregado e de imediato efeito ostentatório - as duas características que fazem desde então a felicidade respectiva dos importadores e dos consumidores brasileiros de renda concentrada - , o piano apresentava-se como o objeto de desejo dos lares patriarcais. Comprado um piano, as famílias introduziam um móvel aristocrático no meio de um mobiliário doméstico incharacterístico e inauguravam - no sobrado urbano ou na sede das fazendas - o salão: um espaço privado de sociabilidade que tornará visível, para observadores selecionados, a representação da vida familiar. Saraus, bailes e serões musicais tomavam um novo ritmo." (pág.47).

"Novidades nacionais e estrangeiras recebiam a aprovação da sociedade e da imprensa da corte - transformando-se em moda imperial -, e daí irradiavam para o resto do país." (pág. 50).

Assim, com a ajuda dos pianos, temos uma maior diversidade de dança, ritmos e apresentações. A ópera chega ao Brasil em 1843, atraindo cantores italianos para território nacional (eram pagos altos salários pelo teatro imperial São Pedro de Alcântara).

“Entretanto, nos bailes maiores, mais públicos, ocorreu uma ruptura fundamental. Separou-se a festa da rua, popular e negra, embora de origem portuguesa – o entrudo -, da festa do salão branco e segregado, o Carnaval.” (pág. 52).

A iluminação a gás chega ao Império por volta de 1860 e, com ela, desenvolve-se um novo costume : “O início da iluminação a gás na parte central da cidade atrai para fora das casa – para os cafés, as confeitarias e os restaurantes – as famílias que antes só se expunham ao olhar público nas missas dominicais e, às vezes, nos teatros. (...) No ambiente iluminado das casas, dos salões e dos cafés, a aparência individual devia

revestir-se de novos atributos estéticos. Chapéus, luvas e vestidos, muitas vezes provenientes de estoques que as crises econômicas ou as viradas da moda haviam tornado invendáveis na Europa e nos Estados Unidos, são importados no Rio de Janeiro. Alguns desses adereços deixam entrever os hábitos e as expectativas íntimas das camadas ascendentes na sociedade imperial.” (MELLO e SOUZA, pág. 89-141 apud ALENCASTRO, 1997, pág. 85).

As perucas foram amplamente aceitas pela elite imperial de forma a esconder os cabelos pixaim, loções eram vendidas com a promessa de clarear a pele do usuário e fotógrafos se especializavam em clarear a pele de seus clientes: “a escravidão era um estatuto exclusivamente reservado aos negros, aos pretos e pardos”. (pág.87).

História da Vida Privada no Brasil

Vol. 2 – Império: a corte e a modernidade nacional

2) O cotidiano da morte no Brasil oitocentista – João José Reis

1. visão geral do capítulo:

A morte era algo que realmente importava e preocupava as pessoas no Brasil oitocentista, sendo que seus ritos, símbolos e tudo o mais que a ela era relacionado sofreram mudanças nessa época.

Considerada como uma passagem, a morte viabilizava a vida eterna, a imortalidade da alma. Para o catolicismo, a alma só seria de fato morta se a pessoa fosse designada ao inferno. A existência do Purgatório como uma fase a ser cumprida durante essa passagem estabelecia uma relação (caracterizada por grande solidariedade) dos mortos com os vivos, já que missas e promessas encurtavam tal estágio da “geografia celeste”, além do arrendimento do indivíduo momentos antes de seu falecimento.

Já as tradições africanas viam em seus ancestrais uma espécie de guia durante a vida e durante a morte, considerada como uma travessia para o além. Tal travessia é prejudicada caso os devidos ritos fúnebres não são cumpridos ou a morte tenha sido precipitada. O catolicismo, a eles imposto depois de sua chegada ao Brasil, foi muitas vezes por eles africanizado, em uma mistura de rituais, santos, símbolos, deuses e imagens. A tradição católica, no entanto, predominava na esfera pública de suas manifestações religiosas, como esperado.

2. aspectos mais relevantes:

A morte era algo que merecia preparação através de rezas, confissão (morrer “em pecado” era algo temido pela maioria), testamento e missas diárias durante a velhice. Neste aspecto, a doença era vista como uma mensagem divina da hora da partida, possibilitando ao doente as devidas providências. A morte repentina era atemorizante justamente por privar o falecido de tais preparações, merecendo, portanto, atenção especial dos vivos.

Os testamentos, quando feitos de modo escrito, organizavam a vida da pessoa com o objetivo de amenizar a passagem pelo purgatório e facilitar a entrada no céu. Para isso, parte dos bens eram designados para os ritos fúnebres que deveriam ser seguidos após seu falecimento, dívidas deveriam ser pagas (maus pagadores não conseguem adentrar o “reino dos céus”), filhos bastardos eram assumidos, promessas a santos eram pagas.

“Esses documentos, às vezes escritos com muita antecedência, nomeavam santos como advogados no Tribunal Divino, indicavam a quantidade e o tipo de missas que considerassem necessárias a abreviar a passagem pelo Purgatório, escolhiam o modelo de mortalha, às vezes o tipo de caixão, estabeleciam o número de padres, pobres e músicos durante o cortejo e a cerimônia de enterro, e finalmente especificavam o local da sepultura.” (pág.102).

A morte tornava-se uma ocasião social, já que um grande número de pessoas reuniam-se ao redor do leito de um moribundo, dentre eles o padre. Este assistia com certa regularidade a morte de seus fiéis no Brasil urbano de séc. XIX, o que não acontecia com tanta frequência na zona rural, devido a distâncias e escassez dos mesmos. Tal costume é uma herança portuguesa, evidenciando a especificidade de nossa cultura funerária.

Os presentes poderiam ainda dar um “empurrãozinho final” para acabar com a agonia do moribundo, orando por sua morte. “Essa proteção humana que cercava a hora da morte em nossa antiga cultura funerária era fruto de uma sociedade pouco individualista, em

que a vida e a morte privadas ainda não haviam sido reduzidas ao pequeno mundo da família nuclear tipicamente burguesa.” (pág. 108).

As carpideiras tinham como tarefa fazer de um funeral uma incessante sequência de choros, rezas e cantorias, garantindo uma "passagem" mais tranquila ao morto, além de garantir fama ao cerimonial em questão.

Os mortos raramente eram enterrados com roupas de dia-a-dia. Era costume da época, principalmente no meio urbano, vesti-los em mortalhas de santos e em cores. Os escravos eram vestidos de branco, em mortalhas ou mesmo lençóis. Tais mortalhas (geralmente de algodão ordinário) caracterizavam a cor fúnebre de muitos grupos étnicos africanos. As mortalhas negras difundiram-se no Rio e em Salvador no início do séc. XIX, por toda a camada da sociedade e mesmo no interior.

"Uma amostra de mais de mil óbitos dos registros paroquiais de Salvador, em 1835 e 1836, revela que a mortalha branca foi usada por 44% dos mortos, a mortalha preta por 16% e o hábito franciscano por 9%. Os demais 31% foram enterrados com outros tipos de mortalhas, inclusive os hábitos de outros santos." (pág. 112).

A vestimenta escolhida devia ser vestida no morto por uma pessoa devota e especializada nesta função, já que nem todos podiam tocar no mesmo. Durante o velório, realizados na casa do falecido, não podia-se deixá-lo sozinho um momento sequer, já que espíritos ruins poderiam cercá-lo, segundo a crença popular. Para manter todos os presentes vigilantes e solidários (muitos nem conheciam o morto, já que a regra era quanto mais gente mais prestígio e mais ajuda para "completar a passagem para a outra vida") servia-se comidas e bebidas durante toda a sua duração.

O cortejo fúnebre deveria se acompanhado por muitos, reforçando o prestígio do morto e de sua família. Era comum contratar pessoas pobres para tal função em troca de esmolas.

Além disso, as velas de cortejos de certo requinte, eram distribuídas individualmente e eram bens escassos e de grande valor.

"Naquele tempo os funerais eram organizados com os detalhes das festas de hoje, objetivando impressionar os mortais, mas também pressionar os dignitários celestiais a receber bem o morto." (pág. 120).

Outro fator de requinte comumente utilizado era a presença de grande quantidade de sacerdotes, figura não tão comum no interior profundo do país e mediadores da salvação. O número de sacerdotes presentes chegou a mais de cem ao final do séc. XVII e diminuindo com o passar do tempo. Orquestras também eram contratadas, já que era de bom tom morrer ao som de boa música.

O local da sepultura também era alvo de planejamento e preocupação, devendo ser próximo de casa (e dos amigos e parentes). As igrejas eram, durante o início do séc. XIX, o local mais procurado por todos, sendo a frequentada em vida a que deveria abrigar o corpo do falecido. “Vida e morte convergiam ao mesmo lugar, marcando o fechamento do círculo do tempo terreno do indivíduo. O que sugere uma concepção não linear de vida, mas de retorno a um novo começo.” (pág. 126-127).

No entanto, movidos pelas idéias higienistas européias, os médicos brasileiros passaram a exigir reformas funerárias já que acreditavam que os mortos emitiam gases maléficos a saúde dos vivos durante o processo de putrefação. Tal movimento regulamentou-se em 1835, através de leis produzidas pelas assembléias provinciais que proibiam a prática de enterrar mortos em igrejas. No entanto, tal reforma causou muito protesto e foi sendo feita vagarosamente durante o desenrolar do mesmo século, apressada pelas epidemias de cólera.

Como consequência deste processo tem-se uma separação maior do mundo dos vivos e dos mortos e um distanciamento das relações entre as pessoas e o sagrado. “As mudanças

no estilo de morrer refletiram e influenciaram mudanças no modo de pensar e sentir.”
(pág. 141).

História da Vida Privada no Brasil

Vol. 2 – Império: a corte e a modernidade nacional

3) A opulência na província da Bahia – Kátia M. de Queirós Mattoso

1. visão geral do capítulo:

“Tratar a questão da opulência privada no Brasil no séc. XIX, e de forma toda particular em Salvador da Bahia, implica evidentemente confrontar abundância com miséria, enfocar uma sociedade do ponto de vista de suas relações com o dinheiro e com os seus bens materiais e imateriais. É tentar investigar também o que os domínios do luxo, do fausto e do aparato pretendem esconder ou revelar: um mundo de aparências que os textos da época descrevem com maior ou menor justeza”. (pág. 144).

O povo baiano do séc. XIX possuía uma tendência a parecer e aparecer. Tenta-se , com o auxílio do historiador e professor Vilhena (VILHENA, vol. 1, pág. 55-57 apud MATTOSO, 1997, pág. 144-179), cujo testemunho data dos primórdios do séc. XIX, identificar e entender essa característica da sociedade em questão.

A aristocracia baiana desempenhou o papel de nobreza por ser a camada da sociedade que possuía recursos para desempenhar tal função, baseada em uma vida de opulências e tradição familiar. Essa última característica, no entanto, não era comumente preenchida, já que a maioria dos senhores de engenho, principais fortunas baianas, era composta por emigrantes recém chegados e de genealogia não opulente. Tal “falha” era, muitas vezes, forjada pelas próprias famílias em uma tentativa de maior afirmação social.

É importante esclarecer que a riqueza atingiu praticamente todas as camadas da sociedade baiana, os escravos inclusive, mas que nem todo o topo da pirâmide social a possui. Assim, nem todo senhor de engenho é membro desta categoria e um escravo de um senhor de grande opulência torna-se muito mais favorecido do que o de um senhor mais humilde.

“De alto a baixo na escala das fortunas, o acúmulo de funções permite a unas sobreviver, a outros enriquecer. E permite a todos o dar-se a parecer. Essa prática não choca ninguém, muito pelo contrário; ela é a prova de habilidade tanto quanto de saber e de poder. Faz parte das estratégias profissionais de todo baiano.” (pág. 165).

“A escravidão deu ao homem livre na Bahia um sentimento de superioridade e de desprezo pelo trabalho, desprezo não só pelo trabalho manual, mas por todo trabalho longo ou muito cansativo, seja este qual for.” (pág. 176).

Tem-se, ilustrando tal fato, uma parcela da aristocracia baiana composta por pessoas que vivem de renda e parecem não trabalhar. Suas fortunas são compostas por diferentes fatores como bens imobiliários, ações, obrigações, depósitos bancários, locação de escravos, entre outros.

2. aspectos mais relevantes:

Vilhena (VILHENA, vol. 1, pág. 55-57 apud MATTOSO, 1997, pág. 144-179) projeta a opulência baiana a descrever em um tom crítico as mulheres da alta sociedade baiana no que diz respeito a suas roupas, jóias e adereços em geral, suas mucamas e as vestimentas e adereços a elas designados, suas cadeiras de passeio, número de escravos, entre outros. Nota-se, nesta descrição, a valorização do cerimonial por parte dessas mulheres, o luxo necessário para honrar a Deus e aos santos e o ciúme de uma Europa invejada e imitada.

“Viver na Bahia, ao que parece, não custava muito caro. Tentamos calcular o que era necessário ao consumo de uma família de cinco pessoas, no séc. XIX. Vimos que sobriaria a um trabalhador especializado de então uma margem suficiente do seu salário para a compra de um pouco do supérfluo que torna a vida diária mais agradável.” (MATTOSO, Queiróz, pág. 577 apud MATTOSO, Kátia, 1997, pág. 177).

“A riqueza da Bahia se baseia, levando-se em conta certa flexibilidade das hierarquias sociais, na convicção de que cada um dos níveis dessas hierarquias engendra suas próprias elites, isto é, seus homens e suas mulheres capazes de dar proteção e apoio. As redes de solidariedade, o desenvolvimento das instituições de crédito, das associações religiosas ou sociais, das sociedades de comerciantes ou de negociantes são sinais de riqueza, de opulência.” (págs. 178 e 179).

História da Vida Privada no Brasil

Vol. 2 – Império: a corte e a modernidade nacional

4) Imagem e auto-imagem do segundo reinado – Ana Maria Mauad

1. visão geral do capítulo:

“Imperador e Império tiveram a sua imagem desenhada pela pena aguçada e perspicaz dos viajantes e de seus “riscadores” (desenhistas), pelos pintores e retratistas e fotógrafos que por aqui transitaram. Independentemente da modalidade do registro, foi o olhar do estrangeiro que nos enquadrou, ao mesmo tempo que educava o nosso olhar, para que nós mesmos pudéssemos nos mirar nos espelhos da cultura importada de seus países de origem.” (pág. 184).

A vinda da fotografia para o Império proporciona uma disseminação da imagem por toda a sociedade, já que a pintura de retratos, única forma de representação da imagem de uma família anteriormente, era exclusividade da elite. A fotografia de paisagens também torna-se muito comum durante o séc. XIX, em uma tentativa de representação do Império em suas mais diferentes formas.

“A destacada presença da publicidade na corte aponta para um mercado consumidor bastante movimentado já na década de 1850. Trinta anos depois os anúncios, que já ultrapassavam as folhas dos jornais diários, invadiam os muros e espaços vazios da cidade.

A cultura visual dos jornais, revistas e das ruas abre uma janela para o cotidiano oitocentista do Rio de Janeiro, permitindo avaliar os significados atribuídos às noções de conforto e bem viver.” (pág. 202).

2. aspectos mais importantes:

“Ao escolher temas variados e isolados entre si para compor as vistas, tais imagens eliminam as relações sociais, justapondo-se numa colagem do real em que o progresso se equivale pelo que aparenta e não por sua realidade (FERRAZ DE LIMA, in: FABRIS, pág. 79 apud MAUAD, 1997, pág. 191). Guardando tal perspectiva, a fotografia brasileira no séc. XIX teve as exposições universais como espaço de excelência para a sua divulgação.” (pág. 191).

“Frequentar o ateliê fotográfico faz parte de um conjunto de códigos de comportamento que pretendem igualar o habitante do Rio ao morador de Paris, e a rua do Ouvidor ao Boulevard des Italiens, integrando a cidade na civilização ocidental.” (pág. 199).

Os escravos tinham suas atividades cotidianas recriadas em estúdio e exportadas para a Europa, onde tinha-se uma espécie de curiosidade sórdida pelo escravismo. Após a abolição, torna-se comum o aparecimento das “negras da casa” nas extremidades do retrato. Mais para frente, no séc XX, tem-se negros e imigrantes brancos trabalhando juntos nas lavouras de café.

“A capital imperial, que nada tinha de metrópole européia, aparece em imagens ambíguas de cidade colonial. (...) As classes populares só figuravam nas fotografias na condição de “tipos humanos”, objetos de atenção das casas fotográficas para produzir o lado pitoresco da sociedade imperial.” (pág. 208).

“Cidades do Vale do Paraíba no auge da produção cafeeira, concorriam com a própria corte como mercado consumidor de produtos importados, contratador de serviços fotográficos e de eventos culturais. Além dos fotógrafos itinerantes, companhias de espetáculos frequentaram a região, indicando que também na província o cotidiano se movimentava com base no consumo de bens simbólicos, ligados a um *habitus* (a palavra *habitus* é utilizada aqui no sentido de BOURDIEU) de classe que se formulava.”(pág. 211).

A corte era, assim, uma espécie de modelo a ser seguido. Os barões de café imitavam os costumes lá desenvolvidos, suas festas, bailes, saraus. Além dos bailes e saraus, outros entretenimentos eram comuns às famílias abastadas do Vale do Paraíba: jogos de cartas, dados, bilhar, entre outros. Na corte eram adquiridos utensílios como roupas, jóias, tecidos, pratarias, móveis e tudo o mais que lá existisse ou que pudesse importar de Paris, evidenciando um consumo ostentatório

História da Vida Privada no Brasil

Vol. 2 – Império: a corte e a modernidade nacional

5) Senhores e Subalternos no Oeste Paulista – Robert W. Slenes

1. visão geral do capítulo:

Em uma tentativa de tornar os subalternos de modo geral (sejam estes livres ou escravos) os senhores tinham, como prática relativamente comum durante o séc. XIX, o costume de incentivar as relações de parentesco entre as duas classes (senhores e subalternos), originando uma política de domínio relativamente bem sucedida.

“A prepotência dos senhores e seu afã de transformar trabalhadores em dependentes sobrevivem à substituição de escravos por imigrantes”.(pág. 236). Temos, no entanto, uma baixa taxa de fecundidade entre os cativos, exigindo uma constante “reposição” da mão-de-obra africana através do tráfico negreiro. O texto exemplifica tal fenômeno com a região do quadrilátero de açúcar (compreendido entre os povoados de Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiaí), localizado no “Oeste velho” de São Paulo. “Enfim, pouco mais de uma geração antes da Abolição (refere-se à cidade de Campinas, por volta de 1861), os cativos da região, como no resto do Sudeste, não estavam muito distantes no tempo de suas raízes culturais na África.” (pág.250).

Com a imigração em massa de trabalhadores, em meados de 1880, as fazendas passaram a competir entre si para “atrair” a presença dos mesmos através de incentivos econômicos e não econômicos. Dessa forma, fazendas mais produtivas (capazes de pagar melhores salários aos colonos ou cedendo espaço para plantação de gêneros alimentícios pelo

mesmo) possuíam, em sua maioria, acomodações de pior qualidade, como senzalas remodeladas, e vice-versa.

Como uma espécie de “arma de domínio”, os senhores achavam-se no direito de interferir na vida doméstica de seus colonos, devendo ser consultado nos mais diversos assuntos. Esse comportamento, uma provável extensão do tratamento dado pelo mesmo aos escravos, foi perdendo sentido conforme deu-se a expansão do colonialismo e as migrações tornaram-se freqüentes.

2. aspectos mais relevantes:

As relações de parentesco entre as classes provenientes do assédio por parte dos senhores em relação às suas cativas derivam situações extremas de grande incoerência, como a escrava pertencer ao próprio filho, exemplificado no texto através das histórias de Ana e Maria, alforriadas pelos filhos somente quando estes completaram a maioridade (podendo decidir o que seria feito com os bens deixados pelo pai das crianças, um senhor). Temas como este foram retratados no teatro (aqui temos a peça Mãe, de José de Alencar interpretada no Rio de Janeiro em 1860), trazendo acontecimentos como estes para discussão pública.

O assédio por parte dos fazendeiros em relação às colonas tornou-se uma prática relativamente freqüente, sendo mais uma herança do escravismo. Temos, no entanto, uma grande perda do poder de coação dos senhores que não mais podiam oferecer a liberdade ou ameaçar com castigos severos em troca de “favores” sexuais. Os colonos, em sua grande maioria de origem italiana, passaram a se mobilizar na defesa deste tipo de violência. O texto cita um caso de grande repercussão envolvendo a família do então presidente Campos Sales através de seu sobrinho, que acabou por assassinar o pai da moça pela qual se interessou e foi recusado. A comunidade italiana contratou um renomado advogado de defesa, um sinal da chegada de novos tempos.

História da Vida Privada no Brasil

Vol. 2 – Império: a corte e a modernidade nacional

6) Caras e Modos dos Migrantes e Imigrantes – Luiz Felipe de Alencastro e Maria Luiza Renaux

1. visão geral do capítulo:

Com o início do processo de substituição da força de trabalho escrava por imigrantes em meados do séc. XIX, deu-se o surgimento de duas correntes de pensamento que divergiam sobre como esse processo deveria ocorrer.

A primeira acreditava que os imigrantes viriam apenas para substituir os escravos nas fazendas, tendo sua força de trabalho como único bem. Dessa forma, não haveria restrições quanto à nacionalidade dos imigrantes (que poderiam ser inclusive africanos livres) e suas passagens seriam subsidiadas pelo Império. Por outro lado, poderia ocorrer uma reestruturação da propriedade de terra, através da imigração espontânea de colonos para cá, sendo esse possuidores de capital próprio e preferencialmente europeus, no que constituiria uma espécie de civilização do país (leia-se embranquecimento da população).

Em meio a tantas discussões temos a chegada dos imigrantes europeus aos latifúndios da América portuguesa. Neste momento, cria-se uma situação de impacto cultural com o ambiente aqui encontrado. A alimentação diferenciada dos europeus tornou-se um dos principais motivos de revolta no âmbito rural: artigos como vinhos, cervejas, queijos, manteiga e presunto eram aqui considerados como de luxo e, portanto, de difícil acesso. Em meio a esse conflito temos a introdução de um novo fator para os latifundiários: inicialmente denominada “pacto de ociosidade”, a greve surgiu em uma fazenda Martim de Sá, pelos trabalhadores alemães.

Temos, a partir de 1850, um aumento considerável de importações de gêneros alimentícios procurados pelos imigrantes, caracterizando uma mudança na dieta do país. Um claro exemplo deste fenômeno é a entrada do pão nos hábitos alimentícios da população, principalmente na corte. Isso ocorre devido a influência dos imigrantes portugueses no país, produtores e consumidores do alimento.

“Espalhado pelos imigrantes e a moda européia e americana, o consumo de pão aumente no Império e na República, transformando-se num item constante e incompressível das importações brasileiras. A exemplo do que representavam – num cálculo estritamente contábil -, até meados do séc. XIX, as importações de escravos africanos no país.” (pág.305).

Com a independência do país em 1822, os proprietários, fazendeiros e senhores de engenho foram obrigados a brasilianizar-se de modo a garantir seus direitos na nova ordem estabelecida. Já os proprietários de comércio, importação ou distribuição de importados (portugueses em sua maioria) não seguiram esse mesmo caminho, mantendo-se subordinados às matrizes européias. Esse movimento criou uma espécie de lusofobia frente aos comerciantes portugueses.

“A concentração de imigrantes pobres nas cidades confundem que contavam utilizar a imigração branca para “civilizar” o país. Torna-se evidente uma realidade social cujos termos eram até então antinômicos: a existência de europeus pobres, nivelados ao estatuto dos escravos de ganho e de eito, exercendo atividades insalubres e personificando formas de decadência social que pareciam estar reservadas aos negros.” (pág. 310).

“Majoritariamente desprovidos de posses, [*os imigrantes portugueses*] situavam-se, por um lado, como substitutos dos escravos nas fazendas e como empregados nas novas áreas pós-escravistas, atendendo assim às demandas dos fazendeiros. Por outro lado, como europeus e católicos, não destoavam do bloco cultural e demográfico formado pela classe

dominante imperial, confortando as expectativas culturalistas da corrente “civilizatória” presente no aparelho de Estado.” (pág. 315).

A imigração alemã consistiu em diferentes segmentos sociais de diferentes regiões, constituindo certa heterogeneidade dentro do grupo. Os imigrantes estabeleceram-se, em sua maioria, na região sul do país. A colônia organizada por Hermann Blumenau, que denomina-se a partir de seu sobrenome, caracterizou uma proposta bem sucedida de colonização.

“Por meio da pequena propriedade e da produção doméstica introduziu-se um padrão cultural novo no Império. Em núcleos como Blumenau, todos os imigrantes deviam começar a vida na mesma condição – a de colono -, fossem eles profissionais liberais, artesãos ou fabricantes em seu lugar de origem, determinando de entrada a estruturação de uma sociedade original no Vale do Itajaí. Isso não apenas era requisito básico imposto pelo fundador em concordância com as diretrizes do governo imperial: a situação econômica e social da maioria dos imigrantes não permitia que se envolvessem no grande comércio ou na grande agricultura de exportação.” (pág. 320).

2. aspectos mais importantes:

“De fato, os imigrantes [*alemães*] tentaram recriar a noção de *Heimat* (pátria), objetivamente reconhecida como a região, a comunidade, a escola, a igreja, o parentesco e as amizades marcadas por uma mesma situação social, características dos lugares onde haviam passado a infância e a juventude”. (pág.322).

Nessas colônias formadas na região sul do país, torna-se clara a adaptação dos imigrantes em relação ao novo ambiente, um processo complicado e muitas vezes melancólico. As roupas foram adaptadas ao novo clima e a falta de contato social entre famílias isoladas em suas terras traziam um saudosismo muito grande da pátria original, principalmente para as mulheres.

“O modelo de convivência levou ao surgimento, entre os imigrantes, de uma série de associações cujo objetivo era a manutenção dos seus costumes.” (pág. 326). Temos primeiro as escolas, seguidas pelas igrejas, grupos de leitura e trocas de livros, associações de ginástica, sociedades de fumo, entre outras. O objetivo era possibilitar o convívio social e a integração entre os colonos.

“Os clubes de caça e tiro obedeciam à mesma finalidade do lazer e do convívio. Sua origem remonta às corporações de jovens na Alemanha que, em tempos de perigo, se reuniam para a defesa de burgos e castelos e, em tempos de paz, participavam dos festivais de colheita da primavera. Aí, ao lado das competições de tiro, realizavam-se jogos, danças, cantos, etc., cujo propósito era exercitar o corpo, promover a diversão e estimular a camaradagem.”(pág. 326).

“A vida espiritual imbricava-se na vida privada. Entre os documentos das famílias teuto-brasileiras encontraram-se velhas Bíblias nas quais se anotavam as datas dos eventos mais importantes – casamentos, batismos, óbitos – dos seus membros. Os livros de canto distribuídos à comunidade, que eram levados aos encontros dominicais, também registravam em suas páginas a memória familiar.” (pág. 328).

O protestantismo torna-se uma forma de conservar os costumes dos alemães ou teuto-brasileiros que viviam nas colônias da região Sul do país desde a chegada de pastores da Alemanha. A convivência do protestantismo com o catolicismo cria certa aversão entre os fiéis, tendo como resultado certa opressão dos protestantes, minoria entre a população do país.

A educação possuía maior importância aos olhos dos alemães em relação aos portugueses. Isso acontece já que, no catolicismo, cabe ao padre ler e interpretar a Bíblia, sendo que os fiéis protestantes precisavam ler os textos sagrados.

“Os imigrantes [*alemães*] implantaram a escola em casa, daí nascendo as escolas comunitárias, nas quais em geral o professor era escolhido entre os próprios colonos, cuidando da roça e criando porcos paralelamente à sua atividade profissional.” (pág. 332).

“A cartilha escolar adotada nas colônias alemãs ainda no começo do séc. XX ilustra o biculturalismo dessas comunidades e o recorte entre a casa e a rua, a vida privada e a vida pública dos teuto-brasileiros. Escrita em alemão, a cartilha continha, além do ensino da gramática e da ciência, um resumo da história do Brasil. A certa altura, o texto aborda a questão da nacionalidade e da tradição cultural.”(ROTERMUND apud ALENCASTRO e RENOAUX, 1997, pág. 333).

História da Vida Privada no Brasil

Vol. 2 – Império: a corte e a modernidade nacional

7) Laços de família e direitos no final da escravidão – Hebe M. Mattos de Castro

1. visão geral do capítulo:

A expansão cafeeira foi nutrida pelo tráfico interno de escravos e não a vinda de um maior número de contingente africano, como é sabido. Por esse motivo, temos uma maior concentração de cativos nascidos no país a partir de 1850, principalmente nas fazendas de café.

Essa mudança na estruturação da população cativa no país faz com que os laços de família entre os escravos passem a ser identificados e respeitados nos processos de vendas e realocações dos mesmos. As famílias são as maiores beneficiárias das cartas de alforria na segunda metade do séc. XIX, particularmente mulheres e crianças.

“Crescia a pressão pela alforria entre os cativos com maiores recursos comunitários, escancarando as válvulas de escape do sistema. Mas isso ocorria porque, ao contrário do cativo recém-chegado da África, o escravo crioulo [*nascido aqui*], negociado no tráfico interno, trazia toda uma bagagem de práticas costumeiras, sancionadas na fazenda onde antes habitara, e encontrava-se diante de uma situação marcada pela total ausência de prerrogativas.”(pág. 355).

“A originalidade da argumentação dos cativos negociados no tráfico interno, nas últimas décadas da escravidão, está no sentido genérico que atribuíam ao “mau cativo” e na positividade que emprestavam ao “bom cativo”, sem o qual o senhor não merecia obediência.”(pág. 359).

“A generalização do tráfico interno, a troca de experiências de cativo, especialmente nas fazendas novas, onde tudo ainda estava para ser estabelecido, tendiam assim a levar os escravos a propor, de forma até então inusitada, um código geral de direitos dos cativos. Desde logo, esfacelava-se a própria essência da dominação escravista, que residia na capacidade de transformar em privilégio toda e qualquer concessão à ausência de prerrogativas inerente ao estatuto de escravo.”(págs. 359 e 360).

[A lei de 13 de maio] “limitou-se a reconhecer e confirmar um fato preexistente, evitando com esse reconhecimento as maiores perturbações e desordens, se não terríveis calamidades. A emancipação estava feita no dia em que os ex-escravos recusaram marchar para o eito e começaram o êxodo das fazendas. A lei confirmou-a, deu-lhe sanção dos poderes públicos mas sem a lei não deixaria de ser um fato que se impunha contra todas as resistências”, ponderava o *Jornal do Comércio* em outubro de 1888. (Jornal do Comércio, 17/10/1888 apud CASTRO, 1997, pág. 364).

“Costuma-se alegar que aos libertos nada foi concedido além da liberdade. Nem terras, nem instrução, nem qualquer reparação ou compensação pelos anos de cativo.”(pág. 378).

“Os libertos procuraram afirmar a experiência de liberdade que se abria aos homens livres despossuídos nas últimas décadas de cativo. Mobilidade, autonomia e não-qualificação racial eram os signos mais fortes dessa experiência. Ela ocorria, entretanto, estreitamente associada a relações costumeiras, de forte cunho pessoal e, muitas vezes hierárquico. Tais relações não se desfizeram imediatamente, forjando um mercado de trabalho que, na sua ponta mais lucrativa, marginalizava o ex-escravo por causa da

concorrência do imigrante e, na outra ponta, deixava os produtores menos capitalizados sem trabalhadores. Os ex-escravos souberam se aproveitar desse quadro, influenciando nas formas adotadas pelas novas relações de trabalho nas fazendas em que se fixaram. Para os últimos cativos, era fundamental afirmarem-se como “livres” e não mais como libertos. Não foi fácil impor essa diferença.”(pág. 383).

História da Vida Privada no Brasil

Vol. 2 – Império: a corte e a modernidade nacional

8) O fim das casas-grandes – Evaldo Cabral de Mello

1. visão geral do capítulo:

“No Brasil imperial, o papel privado que proliferou foram os chamados “livros de assentos”, pequenos cadernos em que o chefe de família anotava os principais acontecimentos da história doméstica (casamentos, nascimentos, batizados e falecimentos) no propósito eminente prático de dispor da correspondente informação em face da precariedade do sistema de registros públicos a cargo de pároco nem sempre cuidadosos ou competentes, como foi o caso até a proclamação da República. Esses cadernos também serviam para a anotação de operações financeiras e comerciais: o dinheiro que se emprestou ou se tomou emprestado, os lucros ou os prejuízos com as safras, etc. Eles podiam ir um pouco além, como no “livro de família” de Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti, que refere a origem da linhagem.”(Livro de família de Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti, Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (RIAP), 1950-3, vol. 43, pág. 429-452 apud MELLO, 1997, pág. 387). O texto utiliza esses livros para ilustrar a vida privada de senhores de engenho da mata pernambucana do séc. XIX.

“Os textos que o autor vai glossar são o perfil biográfico de João Joaquim da Cunha Rego Barros, terceiro barão de Goiânia (1797 – 1874), escrito por seu genro e sobrinho João Alfredo Correia de Oliveira, conselheiro, ministro, senador e presidente do conselho que

realizou a Abolição; e o diário de Sebastião Antônio de Acióli Lins, barão de Goicana (1829 – 91)”.(O texto de João Alfredo Correia de Oliveira, intitulado “O Barão de Goicana e sua época genealógica” foi publicado em 1922 na revista O Norte, sendo posteriormente reproduzido na RIAP, 1925-7, vol. 27, e reeditado em coletânea Minha Meninice & outros ensaios, pág. 43-87. O diário de Goicana foi publicado e prefaciado por Fernando da Cruz Gouveia na RIAP, 1978, vol. 50, pág. 153-344 apud MELLO, 1997, pág. 388).

O primeiro relato evidencia a preocupação de um chefe de família em relação ao futuro das mulheres da família, empenhando-se em casá-las com outros senhores de engenho ou homens bem posicionados e de tradição.

“É sabido que, no casamento pré-romântico, a felicidade conjugal não decorria predominantemente do relacionamento entre marido e mulher mas do atendimento de outras necessidades práticas de que o casal era apenas instrumento. À convivência conjugal bastava a estima e o respeito mútuos, a reciprocidade de serviços, sobretudo em caso de doenças.”(pág. 397).

Já em relação aos homens da família o esforço dava-se em conseguir recursos para enviá-los a estudar na Europa, mesmo que empréstimos sejam necessários.

Toda sua fortuna, no entanto, foi arruinada por seus filhos e herdeiros, destruindo um grande patrimônio conquistado.

O segundo relato, feito por Acióli Lins, evidencia certa simpatia abolicionista frente aos acontecimentos de 1888 devido a uma crença de superioridade em relação ao trabalho livre e não tendências modernizantes, logo frustrada após o estabelecimento de trabalhadores assalariados.

2. aspectos mais relevantes:

“Rego Barros era indivíduo eminentemente gregário, que “gostava da mundanidade, que ria as salas e mesas cheias; não podia estar só com os de casa; a arranjava passeios e divertimentos e ia às festas públicas.” Até 1857, em que ele construiu seu casarão recifense ainda de pé, a casa-grande do engenho “foi também a mais alegre vivenda rural por mais de um quarto de século.”“ Nos domingos e dias santos, os vizinhos iam ouvir missa e ficavam para o almoço e o jantar: as horas corriam alegres; conversava-se em boa amizade, jogava-se o voltarete e o trinta-e-um barato.”(pág. 408).

Já Acióli Lins não era um homem de grandes festividades, tendo como rede de sociabilidade quase que exclusivamente sua própria família que se estendia também a engenhos vizinhos.

História da Vida Privada no Brasil

Vol.3 - República: da Belle Époque à Era do Rádio

1) Da escravidão à Liberdade: Dimensões de uma Privacidade Possível - Maria Cristina Cortez Wissenbach

1. visão geral do capítulo:

Após a abolição, a integração da população ex-escrava com o resto da sociedade deu-se por diferentes meios dados a fatores como conjuntura econômica, regionalidade, representatividade perante a população local, entre outros. Temos, assim, sua integração a diferentes cenários da população brasileira, acentuando ainda mais o caráter mestiço da população, e, conseqüentemente, a diversos estilos de vida diferentes.

Tem-se, como característica de homens livres e pobres brasileiros em um contexto de monopólio de terras e pelos latifúndios, a grande mobilidade geográfica, impedindo o enraizamento destes indivíduos em uma região.

“Nos limiares do séc XX, o fenômeno da mobilidade dos homens livres e a intensidade do processo de miscigenação impõem, assim, outras dimensões para se interpretar os elementos constitutivos da privacidade desses grupos e os parâmetros que presidiam a vida cotidiana de largas parcelas da população brasileira” (pág. 59).

2. aspectos mais relevantes:

A vida do homem livre e pobre rural brasileiro, excluído do sistema monopolístico latifundiário vigente em território nacional, dava-se através de uma plantação itinerante voltada para a subsistência, possível devido a grande quantidade territorial ainda não povoada. Esses indivíduos, constituídos por uma grande parcela de negros após a abolição da escravatura, residiam em cabanas de apenas um cômodo construídas de forma simples e artesanal, cujos materiais variavam nas diferentes regiões do país. Em condições precárias de subsistência, as comuns doenças e infecções curavam-se através da sabedoria popular, indicadora de plantas e ervas encontradas pelas matas, muitas de efeito meramente psicológico. No que tange a alimentação, essa era baseada basicamente pela plantação existente, sendo complementada pela caça. Artigos como carvão, sal, fumo e pinga, no entanto, precisavam ser adquiridos em armazéns, o que garantia muitas vezes a única sociabilidade de alguns indivíduos com vilarejos vizinhos.

Nesse tipo de estilo de vida, a falta de representantes oficiais da Igreja era substituída por rezadores nos vilarejos, fazendo deste uma pessoa de destaque dentro do grupo. A relação dos indivíduos com as imagens de santos era de grande intimidade e respeito, sendo que costumava-se conversar com elas. Tinha-se rezas específicas para cada situação e as festas religiosas eram ocasiões solenes muito importantes, quando agradecia-se as graças concebidas e pagava-se as promessas realizadas.

Já em cenário urbano, tinha-se uma outra situação no que tange sociabilidade entre os habitantes: “enquanto saraus se davam nas grandes moradias, nos terreiros assistia-se aos sambas, lundus, cocos e batuques dos negros com seus gestos e sonoridade particulares.” (pág. 86).

As cidades, dadas as fortes correntes migratórias desencadeadas pela abolição e pelo contingente imigrante aqui estabelecido nesse período, sofreram um aumento populacional grandioso, dando origem a uma espécie de inchaço urbano, visto que tal

fenômeno não pode ser denominado desenvolvimento uma vez que tornou-se aparente a incapacidade destes centros urbanos de comportar dignamente toda a população presente.

História da Vida Privada no Brasil

Vol. 3 - República: da Belle Époque à Era do Rádio

2) Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras - Paulo César Garcez Marins

1. visão geral do capítulo:

O inchaço urbano originado através de fortes correntes migratórias principalmente pós-abolição devido ao saturamento de mão de obra rural trouxe conseqüências severas para as principais cidades do país. O desenvolvimento das mesmas foi incapaz de acompanhar esse crescimento populacional, causando aglomerações de indivíduos miseráveis em favelas e cortiços, vivendo em condições precárias de existência.

As epidemias de doenças alastravam-se facilmente nessas condições, o que pressionava ainda mais a elite no sentido de tomar atitudes drásticas. Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, uma reengenharia tentou ser implementada no início do séc. XX, destruindo cortiços e favelas e embelezando grandes avenidas. O resultado, no entanto, foi descontentamento em massa, deslocamento das aglomerações a reivindicações de peso como a Revolta da Vacina. As cidades continuaram não comportando dignamente seus habitantes e a pobreza continuou fortemente presente.

Tentativas de reestruturação deram-se também na capital paulista, no sentido de planejar e ordenar o crescimento da cidade, através de, por exemplo, controle de construções domésticas.

2. aspectos mais relevantes:

Com tal crescimento e reestruturação surgem os apartamentos, uma nova forma de vivência doméstica no país, pondo fim a resistência da população a habitações coletivas, surgida com as experiências sanitárias catastróficas ocorridas no passado.

Foram construídos conjuntos habitacionais com o intuito de por fim a barracos, cortiços e favelas. Esses, no entanto, continuaram existindo e expondo seus moradores a uma convivência intensa, cuja violência permeava tanto o espaço público quanto o privado, nos grandes centros urbanos.

História da Vida Privada no Brasil

Vol. 3 - República: da Belle Époque à Era do Rádio

3) Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo – Zuleika Alvim

1. visão geral do capítulo:

Com um afluxo estrondoso de imigrantes para o país, entre 1830 e 1930, tem-se uma convivência compulsória de culturas e hábitos extremamente diferentes em um país cuja cultura por si só já destoava em muito da de seus novos habitantes.

A Europa expulsora atravessava um período em que não conseguia absorver a quantidade de mão-de-obra existente, principalmente em países como Itália e Espanha, obrigando seus habitantes a uma vida miserável.

“Assim, motivos econômicos, perseguições religiosas, crescimento demográfico, desenvolvimento tecnológico, expansão das companhias de navegação, podem ser apontados como causas da emigração em larga escala, principalmente a partir de 1850”.(pág. 230).

As diferenças culturais eram encontradas dentro de um mesmo país, através de diferentes dialetos e hábitos que ressaltavam já durante a precária travessia enfrentada pelos emigrantes até a nova terra, não sendo necessário comparar países muito diferentes para encontra-las. A viagem tornava-se uma espécie de trauma, o que podia ser facilmente compreendido dadas às circunstâncias, aumentando a apreensão desses indivíduos em relação à nova terra.

Uma vez aqui, muitos se encontravam isolados em seus lotes localizados em plena floresta, procurando erguer o quanto antes um barraco para proteção da família. A paisagem em que se inseriam, se possível, buscava remontar a existente na terra de origem. O mesmo dava-se com o estilo arquitetônico da terceira moradia, visto que as anteriores eram erguidas rapidamente sem maiores preocupações estéticas. Nelas, a cozinha, cômodo em que tudo acontecia, corpo principal da moradia, com o intuito de evitar incêndios.

Já os imigrantes cujo destino era as fazendas cafeeiras paulistas, encontraram um ambiente bem diferente do caso anterior, voltado para ocupação territorial e não substituição da mão-de-obra escrava. Estes não conseguiram o tão esperado lote de terra e tiveram que se enquadrar aos recursos oferecidos pelos senhores dos latifúndios cafeeiros.

2. aspectos mais relevantes:

Suas casas eram pré-construídas (muitas vezes apenas senzalas adaptadas) e plantações próprias ocorriam apenas entre os pés de café, salvo pequenas hortas ao lado das casas destinadas a subsistência. Nestas hortas eram plantados os alimentos consumidos na terra natal, em uma tentativa de adaptação aos novos suprimentos alimentícios encontrados aqui. No que diz respeito aos hábitos de higiene pessoal, os imigrantes japoneses foram os mais prejudicados a princípio, tão acostumados a banhos diários de imersão. Os italianos, por exemplo, tinham o costume de lavar apenas mãos, pés e rosto após um dia de trabalho, banhando-se apenas aos sábados.

No que tange a religião, os imigrantes inicialmente foram obrigados a sanar a falta de um padre com encontros dominicais em que um integrante da comunidade, muitas vezes um dos únicos alfabetizados, tentava suprir tal falta. Associações de imigrantes foram feitas possibilitando com que igrejas fossem construídas e tornando possível a presença de representantes oficiais da Igreja. Estes, com o passar do tempo, tiveram suas funções

ampliadas, dando conselhos em relação às plantações e difundindo conhecimentos de medicina popular. Além dos padres, a falta de médicos era suprida por curandeiros, benzeduras e orações repletas de misticismo.

A convivência social dava-se através da Igreja católica, sendo freqüentes as festas dominicais e em dias santos, muitas vezes única forma de convivência social existente, quebrando o marasmo das fazendas. Os pastores protestantes, no entanto, condenavam veementemente tais celebrações.

A convivência era minada, porém, pelo ódio existente entre povos de diferentes países, como o caso dos alemães e poloneses, ou de um mesmo país mas diferentes regiões, trazendo uma hostilização diária entre indivíduos carregada de preconceitos. Os negros e caboclos eram considerados, de maneira geral, como inferiores em relação aos imigrantes. No entanto, a ajuda dos nativos tornou-se indispensável para a sobrevivência dos mesmos logo após sua chegada. Afinal, torna-se imprescindível à sabedoria local no que tange técnicas de lavoura, forma de lidar com a terra, construção de moradias e criação de animais.

Os negros e caboclos também foram de grande serventia aos imigrantes no combate aos índios, cujas terras estavam sendo invadidas e usurpadas. Mesmo não participando diretamente das matanças, os imigrantes foram omissos nessa questão.

História da Vida Privada no Brasil

Vol. 3 - República: da Belle Époque à Era do Rádio

4) A dimensão cômica da vida privada na república - Elias Thomé Saliba

1. visão geral do capítulo:

Com a chegada da República tem-se, em centros urbanos e culturais como a cidade do Rio de Janeiro da época, uma tentativa de modernizar pensamentos e idéias vigentes na vida privada dos indivíduos, em uma tentativa de, mais uma vez, imitar os padrões europeus em plena Belle Époque.

“A vida privada dos brasileiros apresentava-se distante sobretudo dos ideais liberais, que serviram de inspiração para implementar uma esfera pública, de forma ainda mais ambiciosa que no Império, a partir da Constituição de 1891”.(pág. 294)

2. aspectos mais relevantes:

O cômico correspondia à busca de uma singular e peculiar forma de representação (*cultural*), pois como representar e simbolizar a vida privada e individual no interior daquela indefinida comunidade imaginada chamada Brasil? Jogo de contrastes, deslocamentos dos significados, ligação entre o formal e o informal, trânsito entre o prescrito e o vivido, inversão da dimensão espaço-temporal – haveria algo de mais apropriado do que essas formas de representação, típicas do cômico, para retratar a vida privada brasileira na república?”(pág. 297)”.

Como jogo que mistura e embaralha os registros, numa indistinção notável, que se desdobrava do próprio processo aleatório da República brasileira, a representação pelo humor paródico ajudava a corroer por dentro quaisquer possibilidades de consistência, tanto do público quanto do privado.”(pág. 312)”.

Essa vida privada retratada e satirizada nos registros cômicos é restrita a elites cosmopolitas de cidades como o Rio de Janeiro, esquecendo os indivíduos não tão expostos nem tão retratados, habitantes pobres dos bairros de subúrbio, longe dos olhos e da atenção de uma elite em vitrine.

“Diante daquela instabilidade que praticamente se desdobrava da exclusão social, dos contrastes regionais e da mobilidade populacional, o humor paródico apegou-se ao movimento da dança e do jogo, ao movimento dos corpos e ao apelo dos sentidos...” (pág. 319).

“Maxixe, bailão ou farândola, era, afinal, pela dança, pelo domínio da agilidade movimentada e da animação pura que se procurava filtrar os formalismos e as distantes prescrições institucionais dos espaços públicos”.(pág. 326).

“A representação da sociedade brasileira pela dimensão cômica mostrava que o privado não apenas se confundia com o público, diluindo-o, mas também criava um espaço para o indivíduo afirmar-se perante aquela espécie de vazio moral, que se criava cada vez que a aceleração da história reforçava, por estruturas mais gerais e vastas temporalidades, os redutos da racionalidade”.(pág. 364).

História da Vida Privada no Brasil

Vol. 3 - República: da Belle Époque à Era do Rádio

5) Recônditos do mundo feminino - Marina Maluf e Maria Lúcia Mott

1. visão geral do capítulo:

No início do séc XX, tem-se mudanças no comportamento feminino que incomodaram bastante os conservadores. Em artigos de revistas femininas, as mulheres começavam a exigir igualdade em relação aos homens e a encará-los de uma maneira mais hostil, em tratamentos como “tirano”, demonstrando revolta em relação a situação vigente.

O homem, ao deparar-se com essa “nova mulher” mostrava certa desconfiança, principalmente na hora de contrair matrimônio. Tais mudanças refletiram-se no cenário público, com o Código Civil de 1916 atestando ser responsabilidade de ambos os cônjuges a manutenção da família, o que era atribuído somente ao marido no Código de 1890.

A violência física era freqüentemente usada como forma de opressão às esposas, em matrimônios de todas as classes sociais. O ato de violência só seria repreensível caso ocorresse de modo humilhante para a mulher, na frente de outras pessoas de mesmo nível (o que excluía empregados da casa).

Com medo da ameaça que constituía essa nova linha de pensamento feminino que colocava em risco a ordem social vigente, a elite conservadora passa a condenar veementemente os relacionamentos fora do matrimônio, considerando ilícitos esses relacionamentos pelos promotores da moral e da ordem.

2. aspectos mais relevantes:

À mulher, caberia manter o casamento e abrandar a sensualidade do casal. A beleza era relacionada à higiene e saúde, nunca à sedução. As mulheres deveriam tolerar as falhas dos maridos, mesmo relacionadas à fidelidade.

Na outra corrente, as mulheres passam a ser cobradas em relação a outros atributos, como intelecto. Nas revistas femininas, o homem também é posto em julgamento. A ala mais radical deste movimento feminino passa a defender o sexo fora do matrimônio e garantir o sustento da família sem o marido.

O desenvolvimento tecnológico e industrial trouxe uma nova gama de produtos domésticos, como o fogão a gás e o ferro elétrico de passar roupa facilitando um pouco a dura vida da dona de casa, cuja imagem era de privilegiada (já que o marido era provedor de todas as necessidades materiais e nada lhe faltava) e perdulária, uma espécie de carga a ser carregada pelo homem.

“Ao solidificar a concepção das esferas separadas, a mulher foi convocada a assumir a direção do lar em nome de uma determinada definição de família, e o homem o papel de provedor e chefe dessa família. Isso acabou por encobrir grande parte da população masculina, que nas primeiras décadas do século vivia à margem de um trabalho regular; como também da feminina, que mediante o trabalho remunerado se constituía na única provedora do lar e responsável pelos filhos, já que a presença do pai não é, como nunca foi, uma realidade absoluta em todas as famílias.” (pág. 421).

“ Perversamente, acabou também por circunscrever a família ao “lar feliz”, onde a mulher é apresentada como rainha, escamoteando-se, assim, o drama da história, os conflitos, as diferenças e as relações de poder que se dão no seu interior, e atribuindo-se às mulheres, sobretudo às casadas, uma importância social como forma de indenização, já

que as portas de acesso à igualdade de direitos com os homens foram cuidadosamente fechadas.” (pág. 421).

História da Vida Privada no Brasil

Vol. 3 - República: da Belle Époque à Era do Rádio

6) Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade

Nelson Schapochnik

1. visão geral do capítulo:

Os cartões-postais difundiram-se rapidamente no país devido a seu baixo custo de envio, facilitando a comunicação entre as pessoas, seja intra ou internacionalmente. Suas fotos retratavam as belezas nacionais e satisfaziam a curiosidade do resto do mundo em relação ao Brasil.

As paisagens escolhidas buscavam contemplar um país moderno e civilizado, sempre seguindo os moldes por nós importados da Europa. O culto às formas e à nudez feminina estampado em alguns postais revelam uma corrente liberal que coça a manifestar-se publicamente.

Nas grande metrópoles com São Paulo e Rio de Janeiro, retrata-se o progresso e a urbanização nos postais, evidenciando o desenvolvimento e modernização de tais locais e excluindo a grande massa populacional que não fazia parte de tais cenários e estilos de vida.

2. aspectos mais relevantes:

“No cartão-postal, a imagem imbuída de um claro “valor de exibição” incita o destinatário a ver a paisagem pelos olhos do remetente, apelando para o uso da imaginação ou daquela faculdade que Mário de Andrade cunhou de “conhecimento sensível”. (pág. 457)

As fotos e retratos familiares possuíam um caráter de culto a família, em uma espécie de tentativa de ligação com o passado ancestral. “Talvez uma das características de um álbum de família seja o fato de ele se apresentar como uma obra aberta. Embora o guardião da iconoteca familiar se esforce para preservar o acervo e imprimir uma lógica no seu ordenamento, algumas peças podem ser perdidas, outras podem ser acrescentadas e, ao fim e ao cabo, a sua própria morte propiciará uma redistribuição e a “invenção” de uma nova crônica familiar.” (pág. 463).

Era comum a procura de ateliês de fotógrafos profissionais para retratar a família, onde encontrava-se uma série de objetos peculiares utilizados. “À presença de um mobiliário variado (cadeiras, poltronas, pianos, mesas e aparadores), de objetos decorativos e ornamentais (colunas, vasos, livros, quadros, animais empalhados, flores), peças de vestuário (gravatas, bengalas, paletós, Chapéus, mantas), além de acessórios (armas, cortinas, escudos, toalhas, leques, tapetes, bonecas, e até mesmo uma bicicleta), poderíamos acrescentar a existência de painéis, biombos e telões pintados, que serviam para criar uma espacialidade, remetendo o retratado para cenários pitorescos e longínquos (jardins europeus, pagodes e palácios, bosques tropicais, colunas gregas).” (pág. 464).

As máquinas fotográficas portáteis surgiram no início do séc. XX, possibilitado a presença de fotos em jornais e periódicos. Estas tornam-se mais populares em 1930,

trazendo a documentação de festividades e ocasiões de menor formalidade, em que não era necessário um fotógrafo profissional, como aniversários, batizados, entre outros. Outras ocasiões documentadas eram as temporadas de férias em cidades como Poços de Caldas e Petrópolis, muito procuradas durante o verão.

O casamento era, sem dúvida, a ocasião de documentação fotográfica mais intensa, buscando retratar a importância e solenidade do evento. “A importância e centralidade conferida à noiva e todos os atavios aninhados sobre o seu corpo (vestido, véu, cauda, jóias) sublinhavam o papel que a mulher, excluída da vida pública, ocupava na esfera privada.” (pág. 475).

Os objetos encontrados em muitas fotografias buscam remontar o espírito doméstico ou de uma situação especial, como o globo presente em fotos de conclusão de curso superior, evidenciando a intimidade e a busca pela opulência.

História da Vida Privada no Brasil

Vol. 3 - República: da Belle Époque à Era do Rádio

7) A capital radiante: técnica, ritmos e ritos do Rio - Nicolau Sevcenko

1. visão geral do capítulo:

“Nenhuma impressão marcou mais fortemente as gerações que viveram entre o final do século XIX e o início do séc XX que a mudança vertiginosa dos cenários e dos comportamentos, sobretudo no âmbito das grandes cidades”.(pág. 514).

“No Brasil. No período estudado, esse papel de metrópole-modelo recai sem dúvida sobre o Rio de Janeiro, sede do governo, centro cultural, maior porto, maior cidade e cartão de visita do país, atraindo tanto estrangeiros quanto nacionais. O desenvolvimento dos novos meios de comunicação, telegrafia sem fio, telefone, os meios de transporte movidos a derivados do petróleo, a aviação, a imprensa ilustrada, a indústria fonográfica, o rádio e o cinema intensificarão esse papel da capital da República, tornando-a eixo de irradiação e caixa de ressonância das grandes transformações em marcha pelo mundo, assim como no palco de sua visibilidade e atuação em território brasileiro. O Rio passa a ditar não só as novas modas e comportamentos, mas acima de tudo os sistemas de valores, o modo de vida, a sensibilidade, o estado de espírito e as disposições pulsionais que articulam a modernidade como uma experiência existencial íntima”.(pág. 522).

2. aspectos mais relevantes:

Os hábitos e costumes da população tiveram que adaptar-se ao que era dito como de bom gosto pela capital do país e centro cultural. As novas regras, desde comportamentais até

modismos de vestuário e outros bens de consumo, foram cuidadosamente seguidas pelos indivíduos de classes mais favorecidas, cujas condições permitiam tais caprichos. Abaixo, temos algumas passagens que refletem estas mudanças:

“Se, como era o caso, muitos vinham de uma zona rural, habituados a andar descalços, ou de ambientes rústicos que obrigassem ao uso da bota, ou ainda de atividades subalternas exercidas com tamancos e chinelas, adaptar-se aos sapatos era um martírio, imediatamente revelado pelo ridículo de andar claudicante. No caso das moças essa complicação era acrescida pela exigência elegante dos saltos altos”.(pág. 556)

“Receber ou não energia elétrica e ter ou não acesso fácil à rede de bondes passou a ser não apenas o principal referencial da especulação imobiliária mas também um dos mais distintivos elementos de status, para a população que não dispunha de veículos próprios”.(pág.548).

Em se tratando de veículos, esses rapidamente despertaram a cobiça da população e a sua posse tornou-se sinônimo de status para os homens. O país, no entanto, não possuía a infraestrutura necessária para recebe-los, desencadeando um resultado caótico.

“Os carros começaram a afluir para cá antes que existissem uma estrutura viária, sinalização ou códigos de trânsito, gerando uma situação calamitosa, agravada pelo fato de que atropelamentos, mesmo seguidos da morte das vítimas, eram apenas passíveis de uma multa pecuniária de valor ínfimo para os infratores”.(pág.558)

Uma importante mudança cultural foi o desenvolvimento de uma cultura do esporte ligada à saúde, que refletiu na moda e nos padrões de beleza da sociedade, como veremos a seguir.

“A saúde enfim era a chave de um corpo moderno. Já vimos o papel que os tônicos, modeladores e aparatos elétricos cumpriam para esse fim. Papel semelhante passavam a

ter também os banhos de mar, os passeios ao ar livre, os piqueniques, o clima das montanhas e as estâncias hidrominerais”.(pág. 558).

“As filosofias da ação, os homens de ação, as doutrinas militantes, os atos de arrebatamento e bravura se tornam os índices nos quais as pessoas passam a se guiar. (...) As modas mudam para se tornar esportivas, leves, curtas, coladas ao corpo, expondo amplas áreas para a respiração e a insolação, exibindo os músculos e formas torneadas do físico”.(pág. 569).

“Nessa nova sociedade da cultura desportiva o valor máximo é necessariamente a idéia de saúde, cuja condição básica é a limpeza e cuja prova patente é a beleza”.(pág. 571).

“Nesse complexo sistema articulado pelas noções básicas de limpeza, saúde e beleza, o símbolo central era sem dúvida a imagem do corpo humano, utilizado intensamente pela publicidade comercial ou pela oficial, e apresentado em geral semidespido, jovem, saudável, atlético e impoluto”.(pág. 575).

Tais padrões e modismos eram, como se previa, importados da Europa e difundidos através das revistas, periódicos, televisão e outros meios de comunicação.

“Além dos jornais e revistas mundanas, outra fonte de assimilação dos mandamentos sempre fugazes do gosto era o teatro, mormente o das companhias estrangeiras, as francesas em primeiro lugar”.(pág. 539).

“Sua introdução (*do rádio*) aqui só se deu no início dos anos 20, mas tantos eram os problemas técnicos de transmissão, difusão, qualidade de sinal e programação, que só a partir dos anos 30 é que ele teria impacto decisivo para a cultura brasileira. A idéia inicial era fazer dele uma espécie de teatro burguês irradiado, com músicas clássicas, leituras de longos textos literários, recitação poética e discursos políticos intermináveis”.(pág. 588).

“Naturalmente nessa nova sociedade centrada no culto da ação, em paralelo ao grande desenvolvimento dos esportes há um surto das danças. Não qualquer tipo de dança e não a dança no seu sentido tradicional de entretenimento social cortês, praticada em grupos maiores ou menores, movendo-se em figurações coordenadas e gestos convencionais delicados. A dança que surge para empolgar o panorama cultural do século XX é baseada no ritmo pulsante, sincopado, frenético, de base negra, cigana ou latina e o que é buscado nela é um estado de completo abandono, excitação e euforia extática”.(pág. 593).

“Mas se havia uma prática cultural mais forte ainda que a dança, a música e o esporte, era sem dúvida o cinema, que era uma soma disso tudo e muito mais”.(pág. 597 e 598).

“Ir ao cinema pelo menos uma vez por semana, vestido com a melhor roupa, tornou-se uma obrigação para garantir a condição de moderno e manter o reconhecimento social”.(pág. 599).

“Os cenários (*dos filmes, Hollywoodianos em maioria*) passam também a ditar estilos, objetos e arranjos obrigatórios para os interiores das casas. Nos períodos de prosperidade e grande diversificação de consumo, como após a Segunda Guerra, o cinema se tornou a vitrine por excelência da exibição e glamourização dos novos materiais, objetos utilitários e equipamentos de conforto e decoração modesta”.(pág. 602).

“Além da televisão, outra fonte que se beneficiou da erotização dos objetos generalizada pelo cinema foi a publicidade. (...) O objeto do desejo se torna inseparável do desejo do objeto e um pode suprir simbolicamente a ausência do outro. O ato de consumo se torna assim, ele próprio, carregado de uma energia sensual, ao mesmo tempo fetichista e voyerista, marcado pelo gozo de desfilas entre os artigos, ver bem de perto e tocar os objetos, eventualmente possuí-los e exibi-los a outros olhos cobiçosos”.(pág. 603).

“Nessas condições, os rituais e celebrações mais relevantes passam a ser aqueles que consagram o indivíduo ou relações pessoais imediatas, como o aniversário, que diz

respeito a cada um, o reveillon, que é uma festa propiciatória do sucesso e prosperidade individuais, o casamento, os aniversários de casamento e os dias das mães, dos pais, dos namorados, das crianças, etc. E todos eles estão centrados na troca de presentes ou de cartões. Ou seja, indispostas ou incapazes de se tocarem, de se falarem abrindo o coração, de transmitirem carinho pela vibração emocional ou pelo contato físico, as pessoas os substituem cada vez mais pelos objetos, na convicção, é claro, de que quem recebe também prefere a comunicação pela mercadoria”.(pág. 605).

“Num mercado cuja competitividade obriga à inovação, variedade e sofisticação constante dos produtos, o casal jovem é o alvo ideal. É fundamental para a indústria de bens de consumo, usando dos recursos prodigiosos da publicidade, quebrar os elos de família e a cadeia de gerações”.(pág. 608).

“Nesse arranjo das coisas, a moça é sobretudo a portadora das fantasias relativas ao conforto, ao bem-estar e à decoração da casa, enquanto o rapaz fica no papel do provedor e do provador. É no sentido dessa representação estereotipada e desequilibrada dos papéis sexuais que atuam as chamadas Revistas Femininas, o grosso da publicidade e as diferentes formas de ficção que circulam na cultura massificada. É assim também com os brinquedos, ao menos se observamos pelo viés da campeã mundial e indisputável de vendas, a boneca Barbie. Um dos slogans de promoção da célebre criatura é “Eu quero ser como a Barbie, ela tem tudo!”(pág. 609).

A cidade do Rio de Janeiro, capital do país e centro artístico, cultural e político, sofreu uma grande perda com a transferência do governo para Brasília. “Desventrada ficou mesmo a cidade do Rio quando, em 1960, a capital federal foi transferida para a recém-inaugurada Brasília”.(pág. 617)

“(…) a intenção das facções era separar a política da história, a fim de tornar os círculos dirigentes imunes às pressões crescentes das tensões sociais. Era um modo de privatizar a política, distanciando-a da cena pública. Quando o decreto se cumpriu, em 1960, não foi

casual ele coincidir com a difusão da TV. Afinal, seria mediado por ela que o público agora poderia, à distância, assistir ao espetáculo político de Brasília. A mudança foi completa. O Rio de Janeiro nunca mais foi o mesmo. Nem o Brasil”.(pág. 619).

História da Vida Privada no Brasil.

Vol. 4 – Contrastes da intimidade contemporânea

1) Imigração: cortes e continuidades – Boris Fausto

1. visão geral do capítulo:

A vinda de um imigrante para um país tão distante e peculiar como o Brasil é um evento de grande dramaticidade para essas pessoas. Remontar em ambiente doméstico o vivido anteriormente na terra de origem torna-se um hábito frequente em uma tentativa de facilitar o processo de adaptação.

“A visão do estrangeiro como outro, objeto de curiosidade algumas vezes, objeto de temor e desprezo quase sempre, tem fundas raízes na história do mundo ocidental.”(pág. 20). Tal fenômeno é agravado pelas muitas diferenças encontradas entre nacionais e imigrantes, como será explicitado a seguir.

2. aspectos mais relevantes:

“Algumas cerimônias, relacionadas com momentos decisivos da existência, demarcam sensíveis diferenças entre nacionais e certos grupos de imigrantes. Comparecendo a um casamento israelita – índice em si mesmo de aproximação -, o nacional, assim como o imigrante de outra origem, terá a sensação de distância, revelada por um ritual que lhe é estranho, seja pelas orações, seja pelos gestos, que culminam com o simbolismo do copo quebrado sob os pés do noivo.” (págs. 24 e 25).

“Se os estrangeiros despertavam sentimentos contraditórios nos nacionais, a mesma contradição surgia em sentido inverso, embora com traços diversos: de um lado, inveja da forma como os nacionais se apresentavam, comportando-se como “donos da terra”; de outro, desprezo pela sua suposta condição física doentia, pela aversão ao trabalho. Os estrangeiros não formavam, é bem verdade, uma frente homogênea, pois as diferentes etnias distinguiam-se umas das outras, elaborando ou reforçando imagens preconceituosas do “judeu da prestação”, do “espanhol encrenqueiro”, do “turco embrulhão”, etc. Mas tinham em comum uma convicção essencial: todos se consideravam gente devotada ao trabalho, os verdadeiros construtores de uma cidade (São Paulo) que ia se convertendo em metrópole.”(pág. 26).

“A referência aos laços de grupo diz respeito à organização de microssociedades, situadas a meio caminho entre as esferas pública e privada, como é o caso dos clubes comunitários, teatros, associações de socorros mútuos formadas por pessoas de uma determinada etnia ou de uma determinada região do país de origem, sindicatos, templos religiosos, etc.” (PERROT, in: História da Vida Privada – da revolução francesa à Primeira Guerra, apud FAUSTO, 1998, pág. 28).

“Convém lembrar que, ao me concentrar no mundo da casa, não o encaro como um universo desligado do mundo da rua; ao contrário, um dos aspectos mais significativos da vivência doméstica me parece ser aquele em que se dá a confluência dos dois mundos no interior do lar. Desse modo, o jornal o rádio e, posteriormente, a televisão, constituem veículos por meio dos quais mensagens de um amplo e variado universo penetram na esfera privada, impondo determinados hábitos e uma nova organização do espaço e do tempo.”(págs. 36 e 37).

O imigrante pobre e recém chegado a metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro era obrigado a viver em cortiços, local de privacidade quase inexistente. O mesmo dava-se

nos tão comuns bairros étnicos, fazendo com que a mudança para outra região fosse vista como forma de aumento dessa almejada privacidade.

“A casa, com características de espaço privado, tem sido associada à ascensão da burguesia e à sedimentação de seus valores, ao longo do séc. XIX.”(pág. 40). As camadas imigrantes que obtiveram maior acumulação de riquezas não se contentaram com apenas uma casa, construindo tradicionais palacetes pela cidade de São Paulo. “Além de expressar êxito econômico de seu proprietário, o palacete combina a vida no interior do círculo familiar com outra dimensão, consistindo em um núcleo de prestígio e de proveitosos contatos com a elite.”(pág. 42). “No palacete, nem tudo era ostentação. Nele, o imigrante que chegara pobre e enriquecera ia refinando a etiqueta, com os olhos postos no paulista de elite que, por seu turno, imitava o francês. A falta de “Classe” representava uma barreira, aliás logo superada, ao ingresso no mundo dos chamados paulistas de quatrocentos anos.”(pág. 44).

A língua possuiu um aspecto de sertã contradição aos imigrantes, por viabilizar e ao mesmo tempo restringir a comunicação. “A língua funciona também como uma forma consciente e inconsciente de resistência à integração.”(pág. 52).

Um outro aspecto a ser considerado a comida representou uma espécie de elo do imigrante com sua cultura, seus antepassados, sua família distante, sua terra natal. No entanto, os ingredientes específicos a certos grupos (como o molho shoyu, no caso japonês), só eram encontrados nas grandes cidades, o que trouxe problemas para os habitantes do interior.

História da Vida Privada no Brasil.

Vol. 4 – Contrastes da intimidade contemporânea

2)As figuras do sagrado: entre o público e o privado – Maria Lúcia Montes

1. visão geral do capítulo:

“País historicamente marcado pela influência da religião, o Brasil encontrou no catolicismo um conjunto de valores, crenças e práticas institucionalmente organizadas e incontrastadamente hegemônicas que por quatro séculos definiram de modo coerente os limites e as interseções entre a vida pública e a privada.”(pág. 73).

Com o passar dos anos a igreja católica passou a desprender-se crescentemente de causas antes defendidas por ela veementemente, como a política e a vida pública de modo geral. As causas defendidas pelos pobres também perderam importância, fazendo com que as classes mais desfavorecidas se identificassem cada vez menos com essa nova igreja. “Sentindo-se abandonados à própria sorte, muitos deles se bandearam para o lado do protestantismo então em plena expansão, e das religiões afro-brasileiras, que enfim conquistavam reconhecimento e legitimidade no campo religioso no Brasil.”(pág. 79).

“É que, então (na década de 70), começa a surgir um novo tipo de igreja evangélica, inédito no Brasil, sendo as suas mais conhecidas representantes a Igreja Universal do Reino de Deus, a Igreja Internacional da Graça de Deus ou a Renascer em Cristo. Em menos de três décadas, essas igrejas conhecem um crescimento vertiginoso,

diversificando suas atividades e formas de atuação a ponto de definir um perfil próprio, que as distingue entre si e mesmo no interior do campo evangélico, onde configuram o que veio a ser chamado de “neopentecostalismo” (MARIANO, apud MONTES, 1998, pág. 85). Entretanto, apesar de suas diferenças significativas, o que aproxima essas igrejas é o mesmo uso extensivo e agressivo que fazem dos meios de comunicação, principalmente o rádio e a TV, como instrumento de evangelização de massa.”(pág. 85).

“De fato, à diferenciadas igrejas pentecostais “neoclássicas” que as precederam, oriundas de empreendimentos proselitistas vindos do exterior, estas são igrejas nacionais, contando com líderes genuinamente brasileiros.”(pág.91).

2. aspectos mais relevantes:

As festividades religiosas, com essa crescente mudança no papel da igreja católica, passaram a adquirir uma forte característica popular, unindo religião, música e dança. “Assim, bandonada pelas elites e pelo poder eclesiástico, a antiga glória da festa iria permanecer como memória ou forma viva apenas entre os segmentos populares – estes mesmos a quem, no mundo colonial, se destinava a pedagogia da festa -, entre os quais desaprenderíamos, contudo, a entender a forma de cultura, para não ver mais que a contrafação degradada do folclore.”(pág. 111).

Outra forma de perda de adesão enfrentada pela igreja de modo geral foi o comparecimento às missas dominicais, principalmente por parte dos jovens. “Quanto aos jovens, já não são mais necessárias as missas e festas litúrgicas como ocasião de encontro, substituídas pela sessão de cinema ou o passeio nos shoppings centers.”(pág. 147).

“É no entanto do interior dessa civilização global, saindo de suas próprias entranhas, que hoje se assiste ao ressurgimento dessas religiões outras que ela parecia ter tragado no movimento vertiginoso de sua expansão, e que se reafirmaram como uma das linguagens

por excelência de expressão da diferença, constituindo ao mesmo tempo o epicentro de um processo de transformação igualmente vertiginoso, que completa nas sociedades contemporâneas o ciclo das metamorfoses do sagrado.”(pág. 168 e 169)

História da Vida Privada no Brasil.

Vol. 4 – Contrastes da intimidade contemporânea

3) Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade –

Lilia Moritz Schwarcz

1. visão geral do capítulo:

“Na representação vitoriosa dos anos 30, o mestiço transformou-se em ícone nacional, em um símbolo de nossa identidade cruzada no sangue, sincrética na cultura, isto é, no samba, na capoeira, no candomblé e no futebol. Redenção verbal que não se concretiza no cotidiano, a valorização do nacional é acima de tudo uma retórica que não tem contrapartida na valorização das populações mestiças discriminadas. (...) Assim, comparado ao período anterior, quando miscigenação significava no máximo uma aposta no branqueamento, esse contexto destaca-se na valorização diversa dada à mistura, sobretudo cultural, que repercute em momentos futuros.”(pág 178).

“Era a cultura mestiça que, nos anos 30, despontava como representação oficial da nação. Afinal, como qualquer movimento nacionalista, também no Brasil a criação de símbolos nacionais nasce ambivalente: um domínio em que interesses privados assumem sentidos públicos.”(pág. 192).

2. aspectos mais relevantes:

Essa cultura passa a ser retratada e celebrada nessa época através da arte, como o livro *Macunaíma*, de Mario de Andrade, publicado em 1928, retratando as mais diferentes

raças presente no país através de um “herói nacional sem nenhum caráter”. A escolha de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil, em 1923, também reflete esse fenômeno.

“Para além do debate intelectual, tudo leva a crer que, a partir dos anos 30, no discurso oficial “o mestiço vira nacional”, ao lado de um processo de desafricanização de vários elementos culturais, simbolicamente clareados. Esse é o caso da feijoada, naquele contexto destacada como um “prato típico da culinária brasileira”. A princípio conhecida como “comida de escravos”, a feijoada se converte, em “prato nacional”, carregando consigo a representação simbólica da mestiçagem.”(pág. 196).

“Vinculada a todo esse ambiente, e em especial à todas as rodas de samba, é que surge a famosa figura do malandro brasileiro. Personagem caracterizada por uma simpatia contagiante, o malandro representava a recusa de trabalhos regulares e a prática de expedientes temporários para a garantia de boa sobrevivência. A malandragem, evidentemente mestiça. Ganha uma versão internacional quando, em 1943, Walt Disney apresenta pela primeira vez Zé Carioca. No filme *Alô, amigos*, o alegre papagaio introduzia Pato Donald nas terras brasileiras, tudo com muito ritmo, cachaça e direito a Carmem Miranda – mais um símbolo para exportação -, que misturava samba, maracás e frutas tropicais.”(pág. 198).

“O racismo aparece, dessa maneira – e mais uma vez -, como uma expressão de foro íntimo, mais apropriado para o recesso do lar; quase um estilo de vida. É como se os brasileiros repetissem o passado no presente, traduzindo-o na esfera privada. A extinção da escravidão, a universalização das leis do trabalho, não teriam afetado o padrão tradicional de acomodação racial; ao contrário, agiriam no sentido de camuflá-lo.”(pág. 204).

“Uma nova série de denominações – “Miscigenação, embranquecimento, mista” – aponta de que maneira a imagem de uma nação mestiça e branqueada tornou-se um grande senso comum. Além disso, a quantidade de variações do termo branca (“branca, branca-

avermelhada, branca-melada, branca-morena, branca-pálida, branca-queimada, branca-suja, branquiça, branquinha”) demonstra de forma definitiva que, mais do que uma cor, essa é quase uma aspiração social.”(pág. 229).

História da Vida Privada no Brasil.

Vol. 4 – Contrastes da intimidade contemporânea

4) Para não dizer que não falei em samba: os enigmas da violência no Brasil

– Alba Zaluar

1. visão geral do capítulo:

A partir da década de 80, temos uma difusão do debate sobre a questão da violência em todo o país, principalmente em grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro, tornando-o uma das preocupações centrais da população de forma geral. A mídia passa a veicular diariamente matérias sobre o assunto, vulgarizando e banalizando o mesmo perante a sociedade.

“Em veículos que passam um discurso da seriedade, o próprio conceito de violência tem sido usado de maneira abusiva para encobrir qualquer acontecimento ou problema visto como socialmente ruim ou ideologicamente condenável, resultando disso a confusão com a desigualdade social, a miséria e outros fenômenos. Como efeito não previsto nem desejado, em todos os veículos, outra distorção do fenômeno “mediatizado” torna-se presente nas subjetividades dos que cometem os atos violentos.”(pág. 247).

“O quadro é, assim, paradoxal. Os que mais padecem enquanto vítimas da violência difusa e privatizada são também os mais apontados como seus agentes. A pobreza é o determinante, ora da vitimização, ora da ação violenta.”(pág. 252).

Um grande problema ao se tentar entender e analisar o problema da violência no país é a impossibilidade de determinação de causas e atores sociais precisos. Tem-se apenas um emaranhado de fatores de grande participação no problema, como o comércio de drogas, responsável por incitar a violência e a criminalidade. No caso brasileiro, o aumento do fluxo deste comércio deu-se na década de 80, e seu principal produto é a cocaína.

Outros aspectos relevantes são a nova estrutura familiar, menos coesa e muitas vezes composta por apenas um responsável, o trabalho infantil como tentativa de aumento da restrita renda familiar, o mercado ilegal de contrabando como alternativa para o desemprego, o ineficiente sistema de Justiça vigente no país.

2. aspectos mais relevantes:

“Dentro da família, as divisões e afastamentos se dão pelo pertencimento a diferentes comandos (o Vermelho, o Terceiro, o Negro), e por posições diferentes na trincheira da guerra que às vezes separa polícia e bandido, soldado de suboficial e de bandido, assim como pela conversão às igrejas pentecostais, que proíbem o contato com as outras religiões, apresentadas via Embratel e satélite como manifestações do diabo. O processo de globalização de cultura, efetivado pela rápida difusão dos novos estilos de cultura jovem, transformou em parte os jovens em consumidores de produtos especialmente fabricados para eles: vestimentas, estilos musicais, drogas ilegais.”(pág. 290).

“Exatamente por estar num meio social pobre, no qual a solidariedade e a necessidade de cooperar sempre foram marcas, a quadrilha, enquanto um dos centros de reprodução da criminalidade como meio de vida – ensino das técnicas, transmissão de valores e de histórias de seus personagens, internalização das regras de organização -, opõe-se à família e com ela compete, bem como com outras formas de organização vicinal: os times esportivos, os blocos de Carnaval e as escolas de samba.”(pág. 297).

“O próprio funcionamento ineficiente e iníquo do sistema de justiça no Brasil certamente teve um papel crucial no modo como a crise da moralidade, o enfraquecimento do etos do trabalho, a importância cada vez maior do lazer e do prazer de gastar na sociedade de consumo, bem como as novas organizações transacionais, inclusive as criminais, vieram a se concretizar nesse país.”(pág. 305).“É imprescindível a recuperação das redes de sociabilidade vicinal e o fortalecimento das organizações vicinais, com a participação efetiva dos moradores no espaço público construído pela crítica social que desenvolveram no passado, assim como no processo recente de decisão sobre a urbanização de favelas, sobre a distribuição dos serviços e recursos do Estado, revitalizando sua tradição política baseada no associativismo, na produção e crítica cultural, bem como na festa. Essa prática social é indispensável para se desconstruir a violência difusa, que está em toda a parte porque tomou conta de corações e mentes, principalmente dos homens mais jovens que se trata de reconquistar.”(pág. 318).

História da Vida Privada no Brasil.

Vol. 4 – Contrastes da intimidade contemporânea

5) Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar – Maria Ermínia Tavares de Almeida e Luiz Weis

1. visão geral do capítulo:

Com o golpe militar de 9 de abril de 1964, o país entra em uma nova etapa de sua história, interrompendo os dezoito anos vividos em regime democrático. A política passa a refletir tanto no âmbito público quanto no privado da sociedade, principalmente para aqueles que fizeram da oposição uma escolha de vida.

“Nos regimes de força, os limites entre as dimensões pública e privada são mais imprecisos e movediços do que nas democracias. Pois, embora o autoritarismo procure restringir a participação política autônoma e promova a desmobilização, a resistência ao regime inevitavelmente arrasta a política para dentro da órbita privada.”(pág. 327).

2. aspectos mais relevantes:

A censura passa a examinar as principais formas de comunicação, como os jornais, teatros, músicas populares, filmes, etc. Para os artistas, ela torna-se uma ameaça ao sucesso de seus trabalhos e uma forma de silenciá-lo contra o regime em vigor, visto que estes compunham uma classe intelectualizada contestadora do regime em vigor.

“Uma de suas dimensões mais conhecidas foi a virulência (e a falta de inteligência) com que o regime atacou a produção artística e cultural do país – com impacto às vezes devastador sobre os seus profissionais. Só em 1969, o primeiro ano da era do AI-5, foram censurados dez filmes e cinquenta peças teatrais. (...) A repressão às atividades artísticas foi proporcional à sua importância como veículo de crítica ao autoritarismo e expressão de idéias libertárias, bem como ao prestígio público desses artistas.”(pág. 341)

“A censura abateu-se duramente sobre músicos e compositores de oposição. Não surpreende: a canção popular, pelo lugar que ocupa na indústria cultural e na cultura da juventude, foi o mais amplo canal de denúncia do autoritarismo no Brasil.”(pág. 345).

“Apenas uma minoria muito restrita da população de classe média intelectualizada faz da resistência ao regime uma atividade em tempo integral. Nessas circunstâncias, naturalmente, subvertiam-se de alto a baixo os padrões habituais da vida privada, então submetida aos imprevistos da luta organizada.”(pág. 338). A contestação tornou-se uma espécie de filosofia de vida, refletindo-se em outros cenários da vida privada não relacionados com política, como o surgimento de relacionamentos modernos, a utilização de vestuário colorido e informal, cabelos compridos, consumo de drogas ilícitas, entre outros. Essa nova mentalidade que surge com essa juventude contestadora passa a dar espaço a temas antes proibidos, como o sexo sem compromisso e o homossexualismo, vistos agora como opções válidas e aceitas.

História da Vida Privada no Brasil.

Vol. 4 – Contrastes da intimidade contemporânea

6) Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica – Elza Berquó

1. visão geral do capítulo:

“Pode-se dizer que, do ponto de vista demográfico e estatístico, mudanças e permanências vêm marcando a estrutura familiar brasileira nas últimas décadas. O caráter nuclear da família, isto é, casal com ou sem filhos, continua predominante, mas o “tamanho” da família diminuiu, e cresceu o número de uniões conjugais sem vínculos legais e de arranjos monoparentais – aqueles caracterizados pela presença do pai com filhos ou da mãe com filhos, contando ou não com outros parentes habitando conjuntamente.”(pág. 414)

“O comportamento matrimonial dos brasileiros nas últimas décadas alterou-se em alguns aspectos, mantendo-se em outros. Aumentou o número de separações e divórcios, conservou-se o da média das idades ao casar, e o papel das uniões não legalizadas cresceu na preferência das pessoas.”(pág. 415).

“O fato de os homens se casarem com mulheres mais jovens é uma constante praticamente universal e, segundo parte significativa das interpretações (GUTTENTAG e SECORD, in: *Too many Women?*, apud BERQUÓ, 1998, pág. 417), deve-se às relações de poder entre os sexos.”(pág. 417).

“A restrição civil a casamentos legais de mulheres com menos de dezesseis anos e homens com menos de dezoito não explica, por si só, a elevada taxa de uniões não legalizadas. A transitoriedade que caracteriza essa fase da vida, aliada à percepção da instabilidade do vínculo conjugal de seus familiares e amigos, pode levar os jovens a buscar formas de união mais coerentes com seu estilo de vida.”(pág. 421).

“Morar sozinho em um domicílio é uma situação que apresenta índices ascendentes no conjunto dos arranjos domésticos.”(pág. 432).

História da Vida Privada no Brasil.

Vol. 4 – Contrastes da intimidade contemporânea

7) Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano – Esther

Hamburger

1. visão geral do capítulo:

A grande abrangência da presença do televisor na sociedade brasileira é algo de peculiar que confere a este meio de comunicação grande poder e responsabilidade. Pessoas de diferentes classes sociais, sexo, idade, localização geográfica e meio de sociabilidade usufruem deste mesmo meio e possuem a alternativa de assistirem aos mesmos canais e programas, pelo menos no que tange a televisão aberta.

2. aspectos mais relevantes:

“A televisão oferece a difusão de informações acessíveis a todos sem distinção de pertencimento social, classe social ou região geográfica. Ao fazê-lo, ela torna disponíveis repertórios anteriormente de alçada privilegiada de certas instituições socializadoras tradicionais como a escola, a família, a Igreja, o partido político, a agência estatal . A televisão dissemina a propaganda e orienta o consumo que inspira a formação de identidades. Nesse sentido, a televisão, e a telenovela em particular, é emblemática do surgimento de um novo espaço público, no qual o controle da formação e dos repertórios disponíveis mudou de mãos, deixou de ser monopólio dos intelectuais, políticos e

governantes titulares dos postos de comando nas diversas instituições estatais.”(pág. 443).

“As novelas difundem, por todo o país, o que os emissores imaginam como o universo glamouroso das classes médias urbanas, com suas inquietações subjetivas, sua ânsia de modernização, sua identidade construída em torno de uma atualidade sempre renovada e exibida por meio do consumo de últimos lançamentos eletrônicos, de decoração e vestuário. Nesse mundo de ficção, a desigualdade social se resolve em geral pela ascensão social, muitas vezes via casamento.”(pág. 443).

“A moda, a gíria e a música que cada novela lança transmitem uma certa noção do que é ser contemporâneo. Personagens usam telefones sem fio, celulares, faxes, computadores, trens, helicópteros, aviões, meios de comunicação e de transporte que atualizam de modo recorrente os padrões do que significa ser moderno. Os modelos de homem e mulher, de namoro e casamento, de organização familiar, divulgados pela novela e sucessivamente atualizados, amplificam para todo o território nacional as angústias privadas das famílias de classe média urbana do Rio de Janeiro e de São Paulo. A novela estabelecem padrões com os quais os telespectadores não necessariamente concordam mas que servem como referência legítima para que eles se posicionem. A novela dá visibilidade a certos assuntos, comportamentos, produtos e não a outros; ela define uma certa pauta que regula as interseções entre a vida pública e a vida privada.”(pág. 443).

“A oposição entre novelas “realistas”, críticas da realidade social e política brasileira, e novelas “fantasiosas”, ou dramalhões feitos para fazer chorar, marcou o debate entre os profissionais de novela, assim como a literatura sobre o tema. A partir do final dos anos 60 e seguindo modelo proposto na Tupi, as novelas globais se contrapuseram ao estilo “fantasioso” que dominava a produção anterior, propondo uma alternativa “realista”.”(pág. 463).

Os temas retratados nas novelas passam a ser de grande polêmica e relevância, como o papel da mulher na sociedade, o sexo antes do casamento, questões políticas e muitas outras que abrangem o cenário político-social em que o país está inserido.

“Esse renovado senso de contemporaneidade é fruto de uma estratégia de marketing dos produtores, que se ajusta bem às pretensões críticas dos escritores, aos objetivos econômicos desenvolvimentistas dos militares, às suas ambições de integração nacional. Essa quase-obsessão pela conjuntura e a moda se acomoda também à estrutura seriada e interativa do folhetim, e mobiliza repetidamente a matriz melodramática convencional.”(pág. 467).

“Mas nos anos 70 o ritmo das transformações na maneira como as novelas representaram os tipos ideais de mulher, de relações amorosas e de estrutura familiar acelerou-se. O privilégio do beijo seria rapidamente substituído por uma liberalização crescente das novelas, que adentraram os aposentos íntimos dos personagens; cenários de quarto, casais na cama e gestos que simbolizam o orgasmo passaram a ser admitidos.”(pág. 471).

“Pesquisas de opinião, revistas especializadas em comentários e fofocas sobre novelas, cadernos especiais de jornais diários, programas de rádio e de televisão, cartas de fãs, trilhas sonoras, grifes de roupas, espetáculos teatrais e anúncios comerciais com atores pertencentes a elencos de novelas que estão no ar são alguns mecanismos atuantes sobretudo nas cidades grandes e que alimentam todos os dias a conversa envolvente sobre novela.”(págs. 479 e 481).

História da Vida Privada no Brasil.

Vol. 4 – Contrastes da intimidade contemporânea

8) A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado – Ângela de Castro Gomes

1. visão geral do capítulo:

O artigo remonta a história da política brasileira desde a década de 20, ressaltando os principais acontecimentos e analisando o cenário como um todo. Serão transcritos a seguir algumas das passagens centrais, em uma tentativa de remontar sucintamente o que foi exposto pelo mesmo.

“As interpretações da sociedade e da política brasileira, elaboradas a partir dos anos 20, têm esse contexto político e intelectual internacional como cenário. Vivia-se sob o ataque ao liberalismo e, para intelectuais cujo desafio era construir um mundo moderno com base em constrangimentos que o negavam, a força da maré da crítica podia ser explorada como um estímulo à criatividade.”(pág 506).

“Esse foi um tempo (*entre as décadas de 20 e 40*) de descoberta e de valorização do homem e da realidade nacionais, embora tenha dividido os intelectuais quanto à crença na possibilidade de se alcançar, no país, a modernidade nos marcos da democracia liberal.”(pág. 508).

“É trivial, em vista do que já se escreveu sobre a construção do mito Vargas e em vista do que ele, até hoje, significa na memória nacional, ressaltar o sucesso do empreendimento desenvolvido especialmente no Estado Novo.”(pág. 525).

“A capacidade incomparável da Getúlio de se comunicar com todo o povo, que via nele o “chefe-guia” e o “amigo-pai”, o qual vibrava vibrava no mesmo compasso que sua “família”.”(pág. 527).

“Pouco tempo depois, quando Getúlio se suicida, em 1954, sua popularidade explode em raiva e desespero popular, invertendo mais uma vez os rumos políticos traçados e considerados certos por seus opositores.”(pág. 531).

“Simplificando muito, pode-se dizer que o “populismo” foi definido como o produto de um longo processo de transformação da sociedade brasileira, instaurado a partir da Revolução de 1930 e que se manifestou de uma dupla forma: como estilo de governo e como política de massas.”(pág. 545).

“Jânio Quadros foi o presidente que se aproximou do povo com seus ternos desalinhados, jeito desengonçado e discurso vibrante, salvacionista e moralizador, sensibilizando os liberais da UDN, que o tornaram candidato.”(pág. 547).

“O que permanece, portanto, ao cabo deste longo percurso, é o diagnóstico da política brasileira como situada nesta tensão entre o público e o privado. O desafio é compreender as formas dessa interação, assumindo que o país não padece de nenhuma patologia ontológica em relação á democracia como caminho de uma almejada modernidade política.”(pág. 558).

História da Vida Privada no Brasil.

Vol. 4 – Contrastes da intimidade contemporânea

9) Capitalismo tardio e sociabilidade moderna – João Manuel Cardoso de Mello e Fernando A. Novais

“Os mais velhos lembram-se muito bem, mais os mais moços podem acreditar: entre 1950 e 1979, a sensação dos brasileiros, ou de grande parte dos brasileiros, era a de que faltava dar uns poucos passos para finalmente nos tornarmos uma nação moderna. Esse alegre otimismo, só contrariado em alguns rápidos momentos, foi mudando a sua forma.”(pág. 560).

2. aspectos mais relevantes:

A industrialização do país deu-se efetivamente neste período, mais precisamente entre 1950 e o fim da década de 70, em moldes de produção e consumo imitando as grandes economias modernas mundiais. Aqui produzia-se de tudo, desde a indústria pesada até os mais supérfluos bens de consumo, passando por novidades eletrodomésticas (como o ferro elétrico e o fogão a gás) e a praticidade de alimentos industrializados (aqui introduzidos em ampla variedade)

“Os avanços produtivos acompanharam-se de mudanças significativas no sistema de comercialização. As duas grandes novidades foram certamente o supermercado e o shopping center. (...) O shopping center, o primeiro do Brasil, o Iguatemi, em São Paulo, inaugurado em 1966, transformou-se num verdadeiro templo do consumo e do lazer, cheio de lojas que vendem quase tudo, de cinemas, de doceiras, cafés, lanchonetes, *fast-foods* etc. Mas, ao lado do supermercado e do shopping center, surgem, também, as grandes cadeias de lojas de eletrodomésticos, a revendedora de automóveis. As lojas de departamento, como o Mappin e a Mesbla, buscam clientes de faixas mais baixas de renda,

em vez de seus tradicionais, de elite e de classe média alta, que se deslocaram para a loja ou a boutique elegante.”(págs. 566 e 567).

Com essa nova gama de produtos revigorando o consumo interno do país, temos uma mudança no que tange os mais diferentes aspectos da vida privada dos brasileiros: uma melhoria na higiene da casa e pessoal (através da difusão de hábitos como escovar os dentes e utilização de desodorante pelas classes de menor renda), maquiagem e beleza, vestuário (peças mais baratas através da produção em massa, surgimento da calça jeans e de camisetas coloridas e estampadas, incorporação da roupa masculina no vestuário feminino a partir de 1960, saias mais curtas, biquínis, soutiens, foram apenas algumas de tantas transformações ocorridas nesse sentido).

“Vai desaparecendo, para homens e mulheres, a distinção rígida entre a roupa de ficar em casa e o traje de sair, de sair para a cidade, para visitar o fulano ou sicrano, de ir à missa todos os domingos, de ir às festas.”(pág. 572).

A transformações não são restritas apenas ao consumo, estendendo-se também para os relacionamentos entre homens e mulheres, agora mais compreensivos e menos hierarquizados. No que diz respeito a educação de crianças e jovens, “A educação das crianças perdeu seus aspectos francamente autoritários: o uso da violência foi justamente condenado; a comunicação e o diálogo ganharam força. Triunfou a liberdade sexual entre os jovens.”(pág. 653)

“Na ausência de valores nos quais os pais possam se apoiar para modelar o caráter dos filhos e restringir seus desejos de gratificação imediata, as crianças e os adolescentes ficam desorientados, sem parâmetros que regulem seu comportamento social.”(pág. 654)

Voltando ao consumo, este estende-se apenas às classes de maior poder aquisitivo e a recém formada classe média, excluindo uma massa de indivíduos sem renda suficiente para a simples sobrevivência.

“É a alta renda de todos estes grupos – dos que dirigem a maquinaria capitalista (grandes, pequenos e médios empresários, o pessoal de direção da empresa privada). Dos que estão na cúpula do Estado e de todos que cuidam dos endinheirados – que alimenta o mercado de consumo de luxo, de bens ou serviços.”(pág. 630)

“A nova classe média está, em geral, plenamente integrada nos padrões de consumo moderno de massas, de alimentação, de higiene pessoal e beleza, de higiene da casa. Tem todas as maravilhas eletrodomésticas, inclusive a TV em cores, 21 polegadas. (...) Tem telefone. Tira férias e viaja com a família pelo Brasil, de avião ou de carro; hospeda-se em hotéis “razoáveis”. Mas talvez o símbolo de status mais significativo seja o automóvel.”(págs. 631 e 632).

“Exposta ao impacto da indústria cultural, centrada na televisão, a sociedade brasileira passou diretamente de iletrada e deseducada a massificada, sem percorrer a etapa intermediária de absorção da cultura moderna.”(pág. 640).

História da Vida Privada no Brasil.

Vol. 4 – Contrastes da intimidade contemporânea

10) A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira – José de Souza Martins

“Nos tempos atuais, a ocupação territorial do interior distante ganhou um sentido totalmente diverso. Para os pobres, é o momento de fuga das áreas que os grandes proprietários e as empresas vêm ocupando progressivamente. Para os ricos, é um território de conquista. A ocupação territorial se faz em nome da propriedade privada da terra, de relevância econômica da propriedade fundiária como fonte de renda territorial e como instrumento para obtenção de incentivos fiscais e subsídios públicos.”(pág. 664).

“Na fronteira, o privado se instaura de um modo ambíguo. Ele se funda na contradição e no conflito da legalidade e da legitimidade. Para a Justiça e para os novos proprietários, que a si mesmo se definem como pioneiros, a legalidade se funda no papel e no recibo, na escritura verdadeira ou falsa, desde que revestida de aparência formal do verdadeiro. Para os pobres, os posseiros, os seringueiros, a legitimidade dos direitos gerados pelo trabalho é que valem ou que deveriam valer. É com base nesse direito que os pobres do sertão e da fronteira julgam ter o direito de se *assituar*, de estabelecer-se com a família na terra livre que ainda não foi marcada pelo trabalho de laguem. E de resistir.”(pág. 676).

2. aspectos mais relevantes:

“A vida cotidiana é pontuada e definida pela prosaica coleção de objetos do rancho de madeira e palha, da casa de adobe ou de barro coberta de folhas de babaçu, desenho habitacional dos povoados, até imensos, da região amazônica. E definida pelos gestos,

atos, expressões e relacionamentos por eles mediados, torna-se assim repositório de uma visão de mundo, de uma coerência de mentalidade. Ambos, meios de vida e visão de mundo, são essenciais para compreendermos o lugar que o descompasso das temporalidades que atravessam a vida de todos os dias tem na defesa de um modo de vida que encontra na intimidade um alto sentido defensivo. A fronteira combina assim, uma vida familiar altamente integrada e ordenada com os perigos próprios do viver instável no limite da sociabilidade compreensível, limite de espaços, de etnias, de visões de mundo.”(pág. 685).

